



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Integração Regional de Angola na SADC

Nome do Mestrando: Lopes Miguel

Orientação:

Professor Doutor Marco António B. Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2014

RESUMO

Integração Regional de Angola na SADC

O objetivo deste trabalho resume-se essencialmente na análise do processo de integração regional de Angola na SADC, considerando desde já a sua criação, assim como refletir sobre os instrumentos de apoio, desafios, fatores estratégicos e perspectivas geoestratégicas regionais. O principal em foco da integração é a evolução horizontal de referência para a política externa, económica e social, visando reduzir a dependência e desigualdades regionais e activar com sucesso as potencialidades de que Angola se dispõe.

Conhecer melhor a trajetória de Angola e a forma como pode contribuir com vista para o desenvolvimento harmonioso da África Austral em particular e no geral para o continente africano.

Durante a realização da pesquisa foi perceptível constatar uma dinâmica providencial de evolução sobre o processo do crescimento económico exponencial, enfatizando caminhos pelos quais passa a efetivação dos objetivos primários para o alcance das metas. Ao mesmo tempo, podemos considerar Angola enquanto Estado-Nação, pelas boas perspectivas, um parceiro forte e importante com quem se deve esperar na manobra e no exercício da política externa e de integração económica, com base nos indicadores e fatores estratégicos da estabilidade política e do crescimento económico e social.

Palavras-chave: SADC- Angola; Integração Regional; Desenvolvimento

ABSTRACT

Regional Integration of Angola in SADC

The objective of this work is mainly in the analysis of the regional integration process in SADC Angola, already considering its inception, as well as reflect on the support tools, challenges, strategic factors and regional geostrategic perspectives. The main focus of the integration is the horizontal evolution of reference for the external, economic and social policy to reduce dependence and regional inequalities and successfully activate the potential that Angola has it.

Better understand the trajectory of Angola and how you can contribute with a view to the harmonious development of Southern Africa in particular and in general to the African continent.

During the research was noticeable finds a providential evolution dynamics of the process of exponential economic growth, emphasizing ways in which the realization becomes the primary objectives for the achievement of goals. At the same time, we can consider Angola as the nation-state, the good prospects, a strong and important partner with whom one should expect the maneuver and the conduct of foreign policy and economic integration, based on the indicators and strategic factors of political stability and economic and social growth.

Keywords: SADC-Angola; Regional Integration; development

Resumo.....	i
Abstract.....	iii
Abreviatura e siglas.....	vi
Dedicatórias.....	vii
Agradecimentos.....	viii
Introdução.....	10
Capítulo I- Angola Enquanto Estado – Nação.....	17
1.1 O Contexto histórico recente.....	17
1.2 Os Contornos económico-políticos atuais de Angola.....	20
1.3 A Importância geoestratégica de Angola na construção da SADC.....	22
1.3.1 Definição de princípios e de posição.....	23
1.4 O Impacto da integração económica regional de Angola.....	24
1.5 Fatores indutivos de Angola e sua avaliação na integração regional.....	26
1.5.1 Objetivos de desenvolvimento do Milénio.....	26
1.5.2 Estabilidade política e democracia.....	27
1.5.3 Política externa de Angola.....	29
1.5.4 Fator migratório.....	31
1.5.5 Fator macroeconómico- área monetária.....	33
1.5.6 Fator Infraestruturas e re/construção.....	34
1.5.7 Fator Social.....	39
1.6 Avaliação sobre a integração de Angola na SADC.....	40
Capítulo II. O Contexto do processo de integração regional de Angola na SADC.....	45
2.1 Vertente estratégica- criação da SADC: aspetos geopolíticos e históricos.....	45
2.1.1 SADCC vs SADC: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.....	45
2.1.2 Visão e mandato da SADC.....	47
2.1.3 Objetivos da SADC.....	49
2.1.4 Objetivos da integração na SADC.....	51
2.2 Quadro funcional da SADC.....	52
2.3 Estratégia económica regional da SADC.....	55
2.4 Teoria económica da integração regional da SADC.....	61

2.5 Obstáculos à integração regional na SADC.....	63
2.6 A Crise dos valores na integração regional.....	63
2.7 Experiências de integração da SADC vs CEEAC.....	64
Capítulo III. O Estado da arte de integração político-económico no sistema internacional contemporâneo.....	72
3.1 O Velho e o Novo Regionalismo no desenvolvimento do comércio internacional.....	72
3.1.1 O Velho Regionalismo.....	75
3.1.2 O Novo Regionalismo.....	78
3.2 O Regionalismo e integração no processo evolutivo e sua inspiração da União Europeia.....	81
3.3 Surgimento dos Blocos: a União Europeia, o MERCOSUL.....	83
3.3.1 A União Europeia.....	85
3.3.2 O MERCOSUL.....	86
Capítulo IV. Análise do sistema e dos instrumentos de integração regional de Angola na SADC.....	87
4.1 Sistema e instrumentos de integração regional na SADC.....	87
4.1.1 Sistema político.....	90
4.2 Os Obstáculos da integração regional da SADC.....	91
4.3 Etapas do processo de integração na SADC.....	94
4.4 Os Setores de integração regional na SADC.....	96
4.4.1 O Valor estratégico das matérias-primas.....	98
4.4.2 As Relações de força entre produtores e consumidores.....	99
4.4.3 A União monetária.....	100
4.5 A Estrutura da União Africana.....	101
4.6 Blocos económicos regionais.....	106
4.6.1 CEEAC: Comunidade Económica de Estados da África Central: criação e objetivos.....	106
4.6.2 CEDEAO: Comunidade Económica de Estados do Oeste Africano ECOWAS: criação e objetivos.....	108

4.6.3 NEPAD- Nova Pareceria para o Desenvolvimento de África.....	110
4.6.3.1 Estrutura da governação da NEPAD.....	111
4.6.3.2 Princípios da NEPAD.....	112
Capítulo V. Desafios e fatores estratégicos de Angola na integração regional na SADC.....	113
5.1 Desafios e oportunidades.....	113
5.1.1 Política de estabilidade macroeconómica: objetivos e medidas da política.....	116
5.2 Angola, um poder e expressão de potencial e de capacidade na SADC.....	118
5.3 Aspetos políticos/diplomáticos.....	122
5.3.1 O Posicionamento de Angola no contexto internacional e regional (UA e SADC)	124
5.3.2 Diplomacia económica: as relações com as organizações financeiras internacionais e regionais.....	125
5.4 Defesa e segurança regional.....	127
5.4.1 Protocolo sobre o Órgão de Cooperação nas áreas de política de segurança da SADC.....	127
5.4.2 Tensões e crises da integração regional.....	129
5.5 Perspetivas geoestratégicas regionais.....	131
5.5.1 Perspetivas intra- regional.....	131
5.5.2 Perspetivas extra-regional.....	135
Conclusões.....	137

Referências Bibliográficas

Anexos

Abreviaturas e siglas

Angola- País do sudoeste da África banhado pelo oceano Atlântico, cuja origem vem de “NGOLA” língua Bantu, forma tradicional de capoeira no Brasil.

BNA- Banco Nacional de Angola

CPLP- Comunidade de Países de Língua Portuguesa

EUA- Estados Unidos da América

CEEAC – Comunidade Económica dos Estados Africano

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados do Oeste Africano

COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral

ISPDC – Comité Intre-estatal de Políticas e Dipolamcia

ISDSC – Comité Intre-estatal de Defesa e Segurança

SIPO – Plano Indicativo Estratégico do Órgão de Políticas, Defesa e segurança

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Programa Nacional de Desenvolvimento

PMD- Países Menos Desenvolvidos

PA – Parlamento Africano

PVDs- Países em Vias de Desenvolvimento

RAS – República da África do Sul

RDC – República Democrática do Congo

MRIEE – Mestrado de Relações Internacionais e Estudos Europeus

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

SADC C – Conferencia de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SI – Sistema Internacional

TA – Tribunal Africano

UA – União Africana

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

ZCL – Zona de Comércio Livre

Dedicatória,

Dedico este trabalho a todos os meus professores, por sua Importância fundamental e
essencial em meu constante aprendizado

A todos quantos direta ou indiretamente contribuíram com as suas ideias,
sugestões e incentivo,
Dedico-vos a minha conquista, com a mais profunda gratidão,
reconhecimento e respeito

Agradecimentos

O presente trabalho em tese, como se pode compreender é uma reflexão sobre a integração regional de Angola na SADC, não sendo apenas resultado de aptidões e capacidade de uma satisfação individual, é, acima de tudo, um conjunto de esforços conjugados que sem o qual tornar-se-ia difícil o fim da presente etapa, que hoje marca a concretizar de mais um passo importante na minha vida profissional e académica.

A toda minha família e amigos anónimos pelo apoio prestado acreditando sempre no meu esforço e empenho

Deste esforço, quero manifestar a minha indubitável e muito especial gratidão, a Senhora Doutora, **Joana Lina Ramos Baptista**, pelo tão sublime e singular apoio incondicional prestado durante a realização do meu curso.

Ao meu orientador **Prof. Doutor Marco António Baptista Martins**, pela forma sabia, como me orientou, pelo entusiasmo, motivação e confiança depositado.

Ao meu estimado colega do curso do mestrado **Doutor José Vilema Paulo**, pela amizade e total disponibilidade que sempre demonstrou no apoio e incentivo e auxílio nos arranjos metodológicos.

Respeitosos agradecimentos.

Introdução

O objectivo do presente trabalho consiste em analisar sobre o processo de integração regional de Angola na SADC, através da qual, procedemos a reflexão sobre os factores estratégicos potenciais, que concorram para o êxito do processo, assim como os modelos, instrumentos de apoio à integração regional e dos critérios indutivos de sucesso, em face aos interesses económicos e sociais de Angola, visando os desafios e oportunidades que se apresentam no contexto do desenvolvimento dos países-membros do bloco.

Como é óbvio, o principal enfoco da integração regional de Angola, é no essencial, a evolução horizontal de referências à sua política externa, económica e social, que procura reduzir a dependência e desigualdades regionais, com vista a ativar com sucesso as potencialidade de que se dispõe e a forma como pode contribuir para o desenvolvimento sustentável da África Austral em particular e no geral para o continente africano.

O tema integração regional tomou maior relevância nas relações internacionais depois da 2ª Guerra Mundial. Logicamente, a integração regional tem sido avaliada, sobretudo no contexto da globalização, como um instrumento indispensável para um patamar mais favorável de inserção internacional dos países que compõem a região integrada.

De acordo com Van Dúnem, (S.D), no mundo pós-Guerra-Fria, a base teórica do liberalismo económico torna a formação de blocos regionais num importante instrumento de defesa e posicionamento internacional. Isto inclui aspetos de competitividade económica quanto a estabilidade política.

Na verdade, em África, a opção pela integração regional permanece como melhor caminho para alavancagem do desenvolvimento. O projeto de integração regional já estava inserido no ideal Pan Africano, sobretudo na sua formulação no pós-Guerra.

Na era atual, após os anos 80, época de todas as crises, académicos e outros teóricos de várias latitudes e, ao mesmo tempo em que os países africanos, retomaram os seus esforços no sentido de contribuir na implementação da integração económica regional, como processo de abertura ao desenvolvimento económico, outras medidas passaram a fazer parte dos condicionamentos à África para obtenção de ajuda internacional.

O fundamento da teorização estabelecida segundo Moreira, (2010), uma característica fundamental do curso de relações internacionais em qualquer país é que a construção da sua política externa deve apresentar certa coerência e estabilidade no médio e longo prazo. Ou seja, para que possa ser *assinalada pela sua população de modo que tenha credibilidade com os seus parceiros externos*, a política externa de um país não pode operar de maneira nenhuma em sobressaltos e grandes inflexões de curto prazo, ao gosto da vontade dos governantes de plantão ou das pressões de grupos de interesse, mas sim, precisa manter ao longo dos tempos, uma coerência lógica que lhe confira sentido. Por outro lado, a despeito de ser política de Estado e não de Governo, por representar a “personalidade” do país na sua atuação externa, pois, a política internacional dos países deixaria de ter reflexos do interesse nacional se não apresentasse plasticidade suficiente para adotar-se ao longo prazo aos diversos contextos e ambientes políticos, económico, social e cultural etc., moldados sejam pelas forças e contingências interesses, sejam pelas forças e estruturas do contexto externos. É, portanto, esta plasticidade adaptativa, mas mantendo a coerência ao longo do tempo, que caracteriza a política externa de Angola, no que tange a sua integração regional na SADC.

a) Contexto

[S.L.], No meio do caos através do qual Angola se havia tornado, cerca de 800 mil portugueses abandonaram o país entre 1974 e 1976, o que em certa medida agravou de forma dramática a situação económica e social.(...).

No início da década de 80, assistiu-se ao recrudescimento do conflito armado, que viria a terminar em Dezembro de 1988, com um saldo negativo de número de mortos e refugiados, infraestruturas devastadas. Conflito esse que terminou por ocasião da assinatura de acordo tripartido em Nova Iorque (Angola; África do Sul e Cuba), que estabelecia a Independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas de Angola. Processo sobre qual, a Comunidade Internacional e Regional dedicou particular atenção, cujo desfecho foi o corolário de surgimento de novos cenários na política internacional, com consequências das mudanças de sistemas democráticos profundos e drásticos.

Acontece que, e de acordo com o Portal de Angola (2011), a queda do bloco da ex-União Soviética, sucederam-se em Angola os acordos de paz entre a UNITA e o MPLA,

seguidos do reinício das hostilidades (guerra aberta) que se prolongaram praticamente até 2002.

É neste contexto de fim de guerra civil, a que Angola iniciou um processo de recuperação dos espaços geoestratégicos e políticos perdidos na África Austral em particular e no continente em geral. Dando início a um amplo movimento político/diplomático, de acordo com Cumbucane (2009), levando a que este país, com grande nível de desenvolvimento sustentável, integrasse a SADC, com o fim de regime de apartheid na África do Sul. Angola, um país rico em recursos minerais estratégicos, busca a sua afirmação, marcando uma posição forte no contexto regional, que em parte, se reflete nas reservas que este país faz quanto à implementação do Protocolo Comercial da SADC. Esta situação, faz inferir a intenção de assegurar a recuperação e solidez da sua economia.

b) Problemática

A problemática da integração regional na África Austral, tem sido motivos de expectativas da agenda política e económica de Governos dos países-membros e dos vários organismos da SADC, da própria União Africana, assim como da Comunidade Internacional. Não só considerando um tanto quanto do seu peso geoestratégico e da importância económica, mas o facto de constituir-se num bloco forte e coeso.

c) Justificativo do objetivo

O justificativo de objetivo do presente estudo resume-se essencialmente pela importância atribuída à Angola em virtude de seu potencial e expressão do poder económico emergente, face aos seus abundantes recursos naturais. Apesar desse indicador, ainda assim, é expectante considerar a integração enquanto um processo dinâmico, multifacetado, que promove a aproximação dos povos, estados, comunidades e nações, ao qual as populações que se encontrem em diferentes grupos sociais (seja por que razões fossem, económicas, culturais, religiosas ou nacionais) se revejam sob um mesmo objetivo ou preceito, e que possam melhorar o seu nível de vida.

d) Expetativa do objectivo

A partir dessa percepção, e ao mesmo tempo que apresenta um curso coerente com base nos princípios e objetivos de integração, a perspectiva de Angola de integração regional na SADC, justifica-se ainda considerando Angola como um parceiro estratégico e pela sua posição da estabilidade política e económica na sub-região do continente e o relançamento de bases sólidas face as profundas mudanças internas iniciadas desde a década de 90, de modo a poder manter uma matriz fundamental, mas sempre se adaptar às mudanças de conjuntura nacional, regional e internacional.

O estudo procura também explorar as expectativas que nortearam a criação e a transformação da SADCC para SADC, os modelos e etapas de processo de integração regional, estabelecer padrões comparados com as outras organizações congéneres regionais e internacionais, visando experiências práticas e sustentáveis.

A afirmativa aristotélica segundo Mazzuoli (2007,p.22-34), o homem é um *ser social* transparece a ideia que, desde que indivíduos passaram a reunir-se em grupos, ligados por características sociais, culturais e políticas homogêneas, já se reconhecia a existência da sociedade. Essa noção apenas se alargou na medida em que o ser humano se viu obrigado a transpor impedimentos físicos que a natureza lhe impunha, como montanhas, florestas, desertos e mares, quando, então, descobria a existência de outras comunidades, surgindo, por consequência, a necessidade de coexistência com esses outros grupos, muitas vezes de características totalmente distintas às suas, bem como a de criação de determinadas normas de conduta a fim de reger a vida em grupo. Ao longo do tempo o Direito Internacional se caracterizou por ter sido predominantemente interestatal, condição esta que não perdeu completamente, ainda que com algumas atenuações.

No contexto atual da globalização nenhum dos países africanos individualmente, pode ultrapassar eficazmente, na realidade, o impasse envolvente no processo de desenvolvimento, se olhar para o mar dos múltiplos e graves problemas com que se confronta.

A problemática do desenvolvimento regional em Angola não goza da mesma prioridade política que outros temas, como a estabilização macroeconómica, o controlo do valor cambial externo da moeda nacional, a restrição monetária, etc.

A adoção de métodos corretivos em curso nos vários setores e, por vias da descentralização de decisões, da captação de fatores, recursos e competências, da valorização das vantagens competitivas regionais, da democratização do acesso à informação, às oportunidades de negócios, ao crédito “uma das modalidades de se mitigar a pobreza e corrigir a disfuncionalidade na repartição pessoal do rendimento nacional”, [ROCHA, 2010].

A integração regional de Angola na SADC é um processo que exige esforços e tendências político/diplomática, adotando princípios e mecanismos, através dos quais se realiza e, tendo em vista o momento atual face a competitividade e de afirmação de políticas estruturantes do crescimento económico, independentemente de incontornável o seu peso geoestratégico e geopolítico.

Sendo pacífico e perceptível o envolvimento de Angola na SADC, é imprescindível clarificar, na realidade, qual o real grau de envolvimento, interesse e participação, haja em vista que também o País integra a CEEAC, e considerar um dos pontos de discussão relevante segundo Rocha, (2010): Angola pode constituir-se num polo de crescimento da SADC centrado numa indústria-chave ou num aglomerado de indústrias-chave? Ou seja: estará o País interessado nesta posição, atendendo a outros interesses que se possam constituir em torno da CEEAC?

No entanto, para que este propósito tenha substância e condições de realização, a integração regional tem de ser pró-ativa e não passiva ou meramente reativa, segundo Rocha (2010), enquanto polo de crescimento da SADC, as atividades económicas de Angola deveriam estar centradas em dois eixos fundamentais que compreendam:

1. Energia-petroquímica”, sobretudo virada para o aproveitamento das potencialidades do mercado regional SADC e que poderia dar origem a um aglomerado de indústrias energia--intensivas e de derivados do petróleo.
2. Agro-indústria”, destinada a estruturar a economia não mineral e a potenciar a criação de empregos, a multiplicação de rendimentos e a redução da pobreza, o que torna o prognóstico sobre a efetiva capacidade de Angola ser esse polo de crescimento SADC, no longo prazo muito reservado é a situação da competitividade nacional, na sua visão abrangente: económica, institucional e empresarial.

Nesta perspetiva o abandono de uma economia centralizada e as reformas no sentido de pôr em prática uma economia de mercado que se prevê seja forte, para além de acarretar

agitação controversa, foi a base sustentável que hoje permita definir as balizas do crescimento económico.

Apesar de ser reconhecida como a melhor organização de integração económica regional do continente africano, 30 anos após a sua constituição a SADC (Southern African Development Community) continua a enfrentar problemas de afirmação, quer ao nível do desenvolvimento económico e social, quer ao nível da implementação das políticas e estratégias de integração regional.

Em face disso, o estudo levanta as seguintes questões problemáticas:

- Os principais desafios que Angola enfrenta, em face de integração regional na SADC?
- Os modelos de processo de integração regional: instituição e desafios.
- Identificação dos principais fatores geoestratégicos referentes ao processo de integração regional na SADC.

e) Objetivos

Os objetivos prosseguidos para a realização do presente estudo são:

Objetivo Geral:

- ✓ **Analisar o processo de integração regional de Angola na SADC**

Objetivos Específicos:

1. Compreender os fatores estratégicos potenciais de Angola para o êxito do processo de integração regional
2. Avaliar os modelos, instrumentos e critérios indutores de sucesso, face ao processo de integração regional na SADC;
3. Avaliar a evolução sobre o processo de integração de Angola na SADC.

Desde o auge da política africana contra o sistema de segregação racial do apartheid, nos anos 80, a África Austral tem sido a região de maior atenção da política externa angolana para a integração e o desenvolvimento do continente [SANTOS (S.D)].

Motivações de investigação: no entanto, as motivações centrais que levaram a escolha e o desenvolvimento do tema repousam sobre:

- A atualidade e importância do tema em questão;

- Desenvolvimento de pontes e talentos por forma a despontar novos desafios e conhecimentos científicos.

f) Hipóteses

- A integração regional de Angola na SADC é um processo fundamental, considerando os objetivos e os interesses nacionais e externos de Angola na SADC;
- O principal instrumento do processo de integração regional de Angola na SADC é o Protocolo Comercial da SADC, com finalidade da criação da Zona de Comércio Livre da SADC;
- Os desafios e os fatores estratégicos de integração regional de Angola na SADC, são a liberalização do comércio intra-regional, na base de acordos comerciais justos e equilibrados e de benefícios mútuos entre os países-membros;
- A contribuição no melhoramento de um ambiente favorável ao investimento nacional, transfronteiriço e externo, é uma base sólida para a evolução do processo de integração regional.

Hipóteses a testar:

Hipótese 1: - o processo de integração regional de Angola na SADC, assenta na evolução exponencial do desenvolvimento económico-político e cultural;

Hipótese 2: - o protocolo comercial da SADC, é o principal instrumento do processo de integração regional.

h) Metodologia:

Tendo em conta a validação das hipóteses definidas, aplicar-se-á a metodologia descritiva que assenta no seguinte:

- Sistematização e identificação das fatores estratégicos relevantes;
- Identificação dos principais modelos e instrumentos que constituem o universo a avaliar, considerar a partida que a base do trabalho é o desenvolvimento de pontes e talentos que despontam novos desafios e conhecimentos científicos;
- Selecção das etapas e sectores de integração estritamente descritiva da realidade regional.

g) Estrutura de trabalho

O presente trabalho apresenta uma estrutura que compreende cinco capítulos temáticos, sendo que o primeiro capítulo faz uma breve reflexão sobre a perspectiva de Angola enquanto Estado-Nação, considerando o contexto histórico recente, os instrumentos de sucesso de outros fatores indutores a realização do processo, assim como uma breve avaliação prévia sobre a integração regional de Angola na SADC.

Na análise do segundo capítulo, o estudo trata o contexto do processo de integração regional de Angola na SADC, na perspectiva de vertente estratégica, tendo em conta a criação da SADC, ao mesmo tempo que estabeleça uma ligação sobre os aspetos históricos e dos objetivos da SADC, com a observância de fundamentos teóricos e empíricos resultantes da transformação da SADCC vx SADC.

O terceiro capítulo faz uma análise sobre o estado da arte de integração política e económica de Angola no Sistema Internacional Contemporâneo, com ênfase sobre o Velho e Novo Regionalismo.

Nesta ordem, no capítulo quarto, o estudo aborda a análise do sistema e dos instrumentos integracionistas do processo, na visão política generalista, com uma incursão sobre os modelos, etapas e setores de processo de integração regional na SADC, considerando os objetivos e princípios perseguidos pela União Africana, assim como a relação de cooperação com as outras Organizações Regionais congéneres.

Finalmente, no quinto capítulo o enfoco resume-se sobre os principais, desafios e fatores estratégicos que Angola enfrente, na integração na SADC, com referência aos aspetos político-diplomáticos, defesa e segurança no sistema da União Africana, no campo das Organizações regionais, assim como as perspectivas intra e extra-regional. Por fim, as conclusões e as recomendações se as houver.

CAPITULO I – Angola Enquanto Estado-Nação

1.1 Contexto histórico recente

A conjuntura político-diplomática central foi no essencial para que Angola enquanto uma nação se realize e assume uma posição de relevo cada vez mais na região austral da África.

Angola, país africano, cuja origem vem de “ N’Gola” da língua bantu. É um país do sudoeste da África, banhado pelo oceano Atlântico, com uma densidade populacional de cerca de 21,256 milhões de habitantes censos provisórios (2013), com uma superfície de 1.246,700 km², cujo PIB per capite estima-se em USD. 4329⁵, sendo o HID (2012) situa-se em 0,508⁶, ocupa no ranking mundial o lugar 148^o, membro de pleno direito de organização regionais e internacionais.

O enfoco em que se insere a abordagem deste capítulo, pode ser caracterizado de acordo com o posicionamento de Santos (2008, p. 52), (...) Que futuro o do Estado-nação e da democracia representativa? Do que deixo dito já decorre que Estado clássico, na versão herdada do século XVIII, com o seu território, a sua população, a sua identidade, o seu exército, os seus órgãos de soberania, e em geral as suas instituições, está sendo, e vai continuar a ser, uma das vítimas da globalização acelerada. Futuro é o que esse modelo de Estado não tem. A própria Nação, a ele ligada por laços de civilização e de história, morrerá um dia. Basta esperar. (...)

Em assim, e segundo Salomão, (S.D), a povoação de Angola data do século V.a.C., embora haja indícios arqueológicos de ocupações anteriores a este período. Durante o reinado do D. João II, os portugueses chegaram á atual República Democrática do Congo, em 1484, e iniciaram um processo de colonização que se limitou às regiões costeiras desta parte da África.

Após a proclamação da República Portuguesa, em 1910, a colonização de Angola entrou numa nova fase, com maior disposição do governo republicano de investir no ultramar, tendo como resultado imediato alguma ênfase nos gastos em educação e, no plano económico, na exploração de diamantes. Desde os anos 1940, Portugal e outras metrópoles coloniais vinham sofrendo as pressões desencadeadas a partir da Carta do Atlântico, firmada por Franklin Roosevelt e Winston Churchill em defesa da autodeterminação dos povos, e dos processos de independência de países expressivos

(...). Em face do desenvolvimento dos acontecimentos que venceram quase uma eternidade secular, e na sequência da Revolução dos Cravos que deu lugar da queda da ditadura em Portugal em 25 de Abril de 1974, abriram-se novas perspectivas para a independência de Angola e das demais colónias portuguesas. O novo governo português, iniciou consultas e negociações, com os três principais grupos o período de transição e o processo de implementação de um regime democrático no país, chegando-se a prever a independência para 11 de Novembro de 1975 com assinatura dos Acordos de Alvor, em Janeiro do mesmo ano.

A fragilidade e crescente falta de legitimidade dos governos estabelecidos nos Estados recém – independentes da África subsariana resultaram, em muitos casos, em guerras civis e tentativas de golpes de estado. Angola, a partir desse período a que sucedeu a independência até 2002, altura em que alcançou a paz e iniciar o estabelecimento de um processo de estabilidade política e económica, e para a construção de um Estado-nação, conheceu momentos altos com devastação nefasta na região austral em particular e, no continente africano em geral.

Sobre o Estado-Nação, vale destacar as contribuições de Almeida (2013), o século XIX europeu prolongando-se pelo século XX, foi o do surgimento do Estado-Nação tal como o conhecemos hoje. É recente a ideia de que a forma ideal de organização política, social e cultural seja a da correspondência entre um território, o exercício da soberania por um estado, uma língua nacional, e um povo. Sabemos hoje como a criação do Estado-Nação foi feita na base de violências e simbólicas, de exclusão do Ouro e de intervenção do Mesmo. (...). Mas a colônia foi também o lugar da invenção, verificação e aplicação dos conceitos que permitiam legitimar o estado-nação e colocá-lo no topo de uma linha de evolução histórica.

Se, por um lado, o Estado-Nação permitia conceber uma ideia de “ comunidade” que elidia as diferenças e desigualdades internas (de género, de classe, de região, etc), a Colónia, por outro, assegurava a ordem “ natural” de desigualdade hierárquica, implícita na ideia de que alguns povos ou nações seriam superiores e teriam a obrigação de tutelar os outros, inferiores.

Segundo Afonso (2007, p.77 – 98)¹, considera Estado e Nação como sejam os conceitos e entidades diferentes que devem ser compreendidos na sua historicidade própria, antes que possamos descrevê-los nas suas articulações e implicações. Não sendo consensuais

os seus significados e atributos, como também não são os processos históricos que explicam a génese e desenvolvimento de cada um.

Neste sentido, por exemplo, nem todas as nações aspiraram ou aspiram a construir o seu próprio Estado, nem todos os Estados se constituíram na base de nações propriamente existentes, podendo igualmente haver nações sob o mesmo Estado, quer em aberto confronto, quer mantendo tensões latentes para ampliar o seu reconhecimento, autonomia e independência, quer, ainda, coexistindo e mantendo especificamente históricas e convergências estratégicas.

Há ainda a sublinhar dois modelos de nações que aqui podemos destacar (no sentido de comunidades de pessoas que partilham a mesma identidade cultural e a mesma linguagem) repartidas e divididas, e possivelmente marginalizadas e oprimidas, entre diversos Estados, como é o caso dos Curdos; ou comunidades e povos com uma e a mesma linguagem) ou comunidades e povos com uma forte identidade, mas sem território definido e sem Estado, como é o caso dos ciganos. É também muito importante não se esquecer todas as questões relacionadas com processos extremamente violentos e abomináveis de “limpeza étnica! como os que acontecem nos Balcãs ou no Ruanda, apenas para referir alguns dos que estão muito presentes na memória coletiva.

1.2 Os Contornos económico-políticos atuais de Angola

No período anterior a este processo, organizações e partidos políticos compostos e dirigidos por diferentes elites angolanas disputavam o poder do Estado na tentativa de inaugurar uma nova fase em terno de construção da soberania e dos destinos da nação angolana.

É suposto calcular que tais tentativas, por mais legítimas que tenham sido, na realidade invertiam de maneira elitista e subordinada a trajetória histórica de Angola, enquanto nação independente e desejosa de mudanças na geopolítica continental e internacional, almejava fazer.

As recentes disputas internas entre as forças políticas do país prejudicam a construção de um projeto nacional e deixam de lado a grande parte do povo angolano. Dessa forma,

¹ A Revista Portuguesa de Educação, 2007, 20 (1),pp.77-98, Apud Almeida Janela Afonso- Universidade do Minho, Portugal; Emílio Lúcio Villegas Ramos- Universidade de Sevilha, Espanha.

a efetivação de uma democracia que envolva as aspirações populares tornam-se hoje a tarefa mais importante para a consolidação de uma inclusão positiva de Angola na política internacional e regional, na qual cada etapa vencida é mais um ato notável digno de respeito mútuo e reconhecimento do seu peso político-diplomático.

Por outro, tanto quanto se sabe, os contornos económico-políticos atuais de Angola, são em parte, a fragmentação das consequências dos vários processos inacabados que iniciaram ainda no período de estabelecimento da data para a Independência de Angola, altura através da qual os três movimentos que tinham combatido o colonialismo português, se viram movidos em conflito armado entre si, para o controlo de Luanda. Os processos de integração económica como se sabe, são, via de regra, muito complexos, exigem políticas nacionais e comunitárias pró-activas, que visem aproveitar as vantagens que se creditam à liberalização dos mercados e de trocas comerciais. É interessante descobrir e pôr em prática a vontade de fazer convergir as economias para uma determinada norma da qual todos os países e todas as populações retirem benefícios no quotidiano.

O regionalismo e desfecho inesperado da Guerra fria representou para as Relações Internacionais um momento particularmente digno de análise, não só no que concerne aos fatores que terão proporcionado tal advento, mas também quanto as transformações que este teria traduzido no sistema internacional, nomeadamente a distribuição de poder e o protagonismo de novos atores no esforço conjunto de governação mundial bem com o da própria globalização.

Neste sentido e a semelhança do que se verificou com criação da União europeia (EU), o impulso no processo de integração de Angola na SADC, tem vindo conhecer vários contornos do ponto de vista económico, um processo com motivações secundárias no pós-conflito armado. Em muitas vezes, contornos esses que derivam de escassez ou mesmo por falta de fundos para a execução dos programas definidos no âmbito do RISDP da SADC.

É neste contexto de alguma incerteza causada pelo fim da bipolarização por um lado, e por outro, do conflito armado que emergiu uma nova fase no processo de integração regional e económica, na formação de blocos regionais, apesar das naturais diferenças entre diferentes blocos regionais e possível identificar elos de semelhança entre ambos,

que precisamente pela sua transversalidade podem ser eliminados os focos evidentes dos contornos económicos subjacentes no fator político.

Desta feita, julgamos salutar para lembrar que os contornos económicos-políticos de Angola nos seus processos de integração económico regional começaram desde o período em que o país aderiu a ideia da criação de uma instituição de forma de associação económica no espaço de África Oriental, lançada em 1965, no âmbito de uma Conferência da área realizada em Lusaka, na Zâmbia. Vinte Anos volvidos, em Dezembro de 1981, e sob os auspícios da Comissão Económica para a África das Nações Unidas (CEA), instituiu-se uma Zona de Comércio Preferencial (PTA), estendendo-se desde do Corno de África as Fronteiras Sul-africanas. O essencial da PTA resumia-se no *estabelecimento de um sistema* de preferências aduaneiras para os produtos originários da Zona, ponto de arranque para a eliminação integral das barreiras alfandegárias ao Comércio Intra-regional. Passado algum tempo, a PTA revelou-se, em toda sua extensão, um fracasso, e com ele os seus membros, na qual Angola é parte integral.

No entanto, o Tratado da PTA previa a transformação da mesma em mercado comum, após a sua entrada em vigor. Apesar de insucesso de iniciativa. Em Novembro de 1993, o mercado comum da África Oriental e Austral (COMESA) substitui a zona de comércio preferencial, contando Angola e Moçambique entre os signatários. Acontece que Angola, por várias razões retirou-se de membro de COMESA.

1.3 A Importância geoestratégica de Angola na construção da SADC

Se por um lado várias opiniões atestam ainda segundo a qual o processo de integração regional de Angola encontra-se num passo muito lento, não ter justificado ainda o seu peso que representa para África Austral, ao mesmo tempo, outras, defendam Angola, para a África é uma oportunidade, designadamente, dos pontos de vista político e económico.

Em particular, no domínio da política externa, quer seja considerada um caso particular, quer seja enquadrada no contexto da SADC e/ou no continente em geral. Angola é, sem exagero, pode ser argumento da razão de peso na afirmação da África Austral, no quadro do processo da integração regional, considerando por isso, a sua experiencia acumulada que se traduza na resolução pacífico de conflitos, diferendos e outros

dossiers que reclamam o seu protagonismo político, através dos mecanismos da consulta da União Africana e da SADC.

Apesar de desatualizadas as estatísticas que caracterizam o contexto de Angola relativamente a frequência das oportunidades, foi possível manter uma relação mais profunda que terá sido a vontade política e do seu peso económico, ainda que algumas opiniões apressadas mantêm o seu discurso ao contrário. Tal não encerra qualquer surpresa uma vez que o peso estratégico de Angola é, entre todos os que compõem a Comunidade Austral, a exceção da África do Sul, de longe, o de maior expressão, qualquer que seja o indicador utilizado.

Independentemente de, em certos momentos terem sublinhado as relações de Angola com o resto dos países membros da SADC, constringir-se de conflito, num quadro sempre caracterizado por uma grande complexidade, mesma assim, permitiram que, no essencial, se tivesse preservado um conjunto vasto de elementos (*histórico-culturais, afetivos*) que ponderam servir de base ao reforço da capacidade das relações hoje forjadas e que são, na sua significativa expressão política, económica, financeira, técnica e tecnológicas incontornáveis no seio dos países membros da SADC. Este fator relevante está, aliás, implicitamente, na base de aparecimento recente de dois novos e poderosos atores no quadro das relações externas de Angola: a China e a Índia. (OLIVEIRA,2012)

Se considerarmos o processo de paz iniciado em Fevereiro de 2002 como tendo trazido perspectivas novas e extremamente positivas ao enorme potencial que Angola representa, quer como entidade política, quer como protagonista no campo da economia. Com as novas perspectivas, novos parceiros se posicionam. Simultaneamente, os parceiros tradicionais tendem a reforçar a sua posição e o seu protagonismo no quadro da economia angolana e podem constituir, legitimamente, um importante desafio para os interesses profundos da SADC na sua relação com o restante dos países da África Subsaariana, particularmente.

Além de mais, uma questão se coloca a volta de envolvimento do país nos dossiers da África Austral e Central, segundo a qual, será na verdade Angola, é para a SADC uma oportunidade, quando se sabe que o seu rival África do Sul, do ponto de vista económico supera a região Austral! Angola pode ser argumento de peso na afirmação de âmbito da SADC, no quadro do processo de integração regional.

1.3.1 Definição de princípios e de posicionamento

No decurso dos últimos anos, o Governo de Angola, tendo em vista o seu posicionamento económico e financeiro positivo com as instituições internacionais, elegeu no plano interno como objetivo estratégico a alcançar até 2015, o Combate à Pobreza, um flagelo que ameaça o mundo em desenvolvimento e que tem constituído num fator de desequilíbrio cada vez mais crescente dos respetivos Governos e da Comunidade Internacional. Este desiderato subjacente na “Estratégia do Combate à Pobreza”, definida pelo Governo angolano no plano interno e com a contribuição da Comunidade Internacional, tem encontrado uma resposta vigorosa, conciliando com o processo cada vez mais permanente de consolidação da paz efetiva e de reconciliação nacional, quanto a estabilidade económica e social.

No plano externo merece destaque a participação efetiva de Angola nos vários processos, fóruns internacionais e com eles as estratégias adotadas, nomeadamente:

- Conferência mundial para o desenvolvimento social: (1995). Objetivo prosseguido: reduzir as desigualdades sociais, a fome e a pobreza;
- Cimeira do Milénio, (2000): objetivos prosseguidos- Erradicação da Pobreza e Fome. Reduzi-la em 50% até 2015;
- Nova Pareceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD 2001). Objetivos prosseguidos - Estratégia ao longo prazo. Eliminação da Pobreza com assunção do Objetivo da Cimeira de Milénio, da Redução da Pobreza até 2015;
- Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (SADC) 2003. A Eliminação da Pobreza e das Assimetrias como objetivo primário.

No cômputo geral a fixação dessas metas têm em vista permitir a uma intervenção integrada no meio de um processo evolutivo que representa uma contínua e permanente afirmação Regional e Internacional que tanto se desejam sólidas e Fortes, para o bem-estar social da vida das populações e os respetivos povos.

1.4 Impacto da integração económica regional de Angola

Está mais que evidente que a estabilidade da situação que se vive no país pós-guerra, através do acordo de paz celebrado em 4 de Abril de 2002, constitui até ao momento o substrato fundamental para a realização dos objetivos propostos a alcançar, apesar de que para muitos analistas supostamente o mesmo estava sujeito a riscos potenciais, de acordo com Convergência. (2007, p.32). O país na expectativa de alcançar as metas

macroeconómicas e as reformas necessárias, procurava consolidar o poder político, ao mesmo tempo, (...) O governo definiu um plano estratégico de desenvolvimento a que denominou por «Estratégia do Combate à Pobreza de 2003», ajustado a realidade dos programas económicos anuais, e que o retorno a guerra não passava de um sonho e de lembranças idosas. Estabelecendo de igual modo no seu Programa Geral do Governo para o Biénio 2005-2006, as prioridades estratégicas constituídas em:

- Sustentar o crescimento e criar as oportunidades económicas para os pobres;
- Capacitar os recursos humanos: e
- Incrementar a transferência e a responsabilização/prestação de contas.
- O alcance dessas metas pressupõe implicitamente garantir a manutenção de segurança e de um ambiente político sadio para a população e para a reabilitação das infraestruturas das instituições públicas. No aspeto económico a prioridade do governo foi a de continuar a execução do seu programa económico, sem excesso limitando o número de reformas a fim de garantir uma realização e implementação efetiva dos propósitos do mesmo programa.

A abertura do comércio estimula toda a economia: aumenta as receitas dos países exportadores e proporciona aos consumidores dos países importadores uma escolha mais vasta de bens e de serviços, a preços mais baixos, graças a uma maior concorrência. Além disso, permite que os países possam produzir e exportar os bens e os serviços em que são mais competitivos.

A integração pode, portanto, potenciar o crescimento económico. Mas pode também ter efeitos negativos. O acesso a mercados mais vastos e mais abertos implica uma maior concorrência entre empresas e entre países. Ao pôr em competição economias com diferentes graus de desenvolvimento, a integração pode, se não for devidamente controlada, aumentar o fosso entre os países mais avançados e os países pobres e marginalizar ainda mais as economias mais pobres da região. Por outro lado os direitos aduaneiros, além de ser um instrumento de política comercial e industrial, constituí uma fonte de receita para a despesa pública.

Para a integração económica e sua continua avaliação, concorrem vários fatores influentes no processo de implementação efetiva do Protocolo Comercial “PC-SADC”, criando desafios para o País. Nesta expectativa e de acordo com Santos (2013, p. 1) por ocasião da sua mensagem a Nação reafirmou enfatizando:

- (...) Os angolanos estão a trabalhar seriamente para recuperar o tempo perdido durante a guerra, vencer as dificuldades e melhorar as condições em que vivem.

- Têm todo um destino comum e valores, princípios e objectivos consensuais inscritos na Constituição da república, em que se revêm, mas nem sempre definem os mesmos caminhos e têm os mesmos métodos.

Podemos também acrescentar na sua visão estratégica os fatores que estiveram na base de abaixamento dos níveis de crescimento económico previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento para 2013, que em vez dos 7,1 por cento passou para 5,1 por cento.

Ainda sobre esta matéria e de acordo com Santos (2013,p.4), o sucesso da nossa política económica tem sido a consolidação fiscal, que começamos a implementar desde 2009 e que implica uma correta articulação entre as medidas de política fiscal e de política monetária, em gestão mais parcimoniosa das despesas públicas e o investimento nas infraestruturas que constituem a alavanca para o aumento da Competitividade da produção não petrolífera e para o desenvolvimento de sector nacional privado.

1.5 Fatores Indutivos de Angola e sua Avaliação na Integração Regional

1.5.1 Objectivos de desenvolvimento de Milénio

De acordo com o Relatório de Progresso (MDG/NEPAD, ANGOLA, 2013), elaborado conjuntamente entre as Agências das Nações Unidas em Angola e o Ministério do Planeamento do Governo de Angola, definiu como objectivos a prosseguir para o desenvolvimento do milénio os seguintes:

Objectivo 1: Erradicação da pobreza extrema e da fome

Meta 1: entre 1990 e 2015, reduzir para metade o número de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia;

Meta 2: entre 1990 e 2015, reduzir para metade o número de pessoas que sofrem de fome

Objectivo 2: Atingir a educação base universal

Meta 3: garantir que até 2015, todas as crianças, tanto rapazes como raparigas, possam completar o ensino primário

Objectivo 3: Promover a igualdade do género e conferir poderes às mulheres

Meta 4: eliminar a desigualdade do género no ensino primário e no secundário de preferência até 2005 e a todos os níveis de educação nunca depois de 2015

Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

Meta 5: entre 1990 e 2015, reduzir em dois quartos a taxa de mortalidade de cinco anos

Objectivo 5: Melhorar a saúde materna

Meta 6: entre 1990 e 2015, reduzir em três quartos a percentagem materna

Objectivo 6: Combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças

Meta 7: travar a disseminação do HIV/SIDA, até 2015 e dar início à sua erradicação

Meta 8.1: travar a existência da malária e de outras doenças importantes até 2015 e dar início à sua erradicação

Meta 8.2: controlar e começar a inverter a tendência actual da tuberculose

Meta 8.3: controlar e começar a inverter a tendência actual da tripanossomíase

Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

Meta 9: integrar nas políticas e programas nacionais os princípios de desenvolvimento sustentável e pôr termo à perda de recursos ambientais

Meta 10: até 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso sustentável a água potável

Meta 11: até 2020, ter alcançado uma melhoria significativa da vida de pelo menos 100 milhões de moradores de bairros pobres

Objectivo 8: desenvolver uma Parceira Global para o desenvolvimento

1.5.2 Estabilidade política e democracia

A estabilidade política em constante consolidação através do exercício regular do direito à escolha livre dos representantes dos órgãos de soberania, mediante a realização sistemática de eleições gerais, constitui uma contribuição valiosa a tomar em atenção no processo de integração, por responder a vontade popular sobre qual reside o fundamento da normalização do sistema democrático incipiente.

As realizações no âmbito da consolidação da paz, democracia e os passos dados na remoção de barreiras administrativas e fiscais ao negócio contribuindo para a redução do “risco país” aos investimentos privados, estrangeiros, revela-se com otimismo, facto assinalado por alguns investimentos de vulto em algumas áreas de atividade no país.

A realização de eleições gerais periódicas que dão outro ênfase ao renascimento de um sistema democrático sem precedentes no País constitui motivo de regozijo para a classe política e dos próprios angolanos, que anseiam sejam realizadas quanto antes as eleições autárquicas, cujo processo preparatório encontram-se na forja, tendo em conta que o país está a realizar o recenseamento populacional em algumas províncias.

Em princípio, o atual ambiente político e a permanente consolidação da estabilidade económica tem vindo a ser um capitalizador de redução de risco do país e a desconfiança no processo de paz e concórdia e, por conseguinte, concorra como indicador comum que permita atrair capitais quer da região, quer do mundo, para a “re/construção do País”.

Na sua longa teorização, Tjonnlando, (2011,P.1) o desenvolvimento das infraestruturas em Angola é uma prioridade fundamental do governo para a reconstrução do país. Há também um forte interesse por parte dos países vizinhos, da SADC e de outras organizações regionais e continentais na dimensão regional das infraestruturas de Angola. Todavia, as ligações entre as abordagens regionais e nacionais em matérias de desenvolvimento de infraestrutura em Angola têm recebido pouca atenção, quer no debate público, quer na literatura académica.

As infraestruturas continuam a ser um importante ponto para a maior organização regional na África Austral- a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Desde o seu estabelecimento em 1980, a organização tem realçado a necessidade de projetos de desenvolvimento transfronteiriços nas áreas da energia, água e transportes. A cooperação nestas áreas é considerada crucial tanto para facilitar o desenvolvimento nos Estados-membros, como para fomentar a cooperação regional. a ênfase da SADC, nos últimos anos, em promover a integração económica e a redução da pobreza tem reforçado este foco nas infraestruturas. (...)

Angola é também membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), que inclui outro membro da SADC – a RDC (para além do Burundi,

Camões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe). Até agora a CEEAC não tem participado no desenvolvimento das infraestruturas em Angola. Segundo Tjonnelando (2011,P.1), o crescimento real de Angola registou um ligeiro aumento de 3,4% em 2010, correspondendo a uma estimativa de USD.111,343 mil milhões, o produto per capita é de USD. 6412, para um valor estimado de 3,5% em 2011, impulsionado principalmente pelo preço do petróleo e por um forte crescimento real do sector não-petrolífero de 7,7%, o que ajudou compensar os efeitos dos problemas de produção registados no sector petrolífero. Prevê-se que o crescimento acelere para 8,2% e 7,1%, respetivamente, em 2012 e 2013.

Apesar dos progressos substanciais registados na melhoria das condições sociais desde 2002, o país ainda enfrenta enormes desafios no que se refere à redução gradual da pobreza, da fome da miséria, ao desemprego e ao aumento do desenvolvimento humano. O Governo continua a destinar mais de 30% do seu orçamento para gastos sociais.

O desenvolvimento das Infraestruturas constitui grande desafio para a integração da economia nacional na região. De particular interesse revestem-se as seguintes áreas influentes para a avaliação sobre a integração de Angola na SADC, conforme será abordado mais adiante: **(Energia elétrica, água potável, transportes, informação e tecnologia)**. Estas áreas são abordadas com detalhes no tema seguinte.

1.5.3 Política Externa de Angola

De acordo com a afirmação de José (2011,p.12), a política externa de Angola não está confinada a uma única Região, nem é restrita a uma única dimensão. Angola contribuiu para a construção de uma ordem regional, na União Africana e Mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo consciente do seu peso Territorial, económico e cultural e de sua democracia.

Na sua perspetiva, aborda Angola como ainda enfrentando quatro desafios elegíveis mas possíveis de contornar e ou realizar, assim destacados: o primeiro desafio apontado circunscreve-se na diminuição da profunda desigualdade económica e social. O segundo desafio afirma-se no de construção de um Estado democrático eficiente e íntegro. Considerar a existência ainda no sistema político-administrativo de uma cultura do peso da mentalidade do estado colonial, na qual assentava uma excessiva exclusividade de

acesso a educação e aos postos de trabalhos públicos privilegiando os quadros chamados “ assimilados ou cidadãos dotados de posses e posição social de destaque”. (...) O terceiro desafio consiste na construção de um modelo político social e cultural que se adapta às condições de Angola, um modelo que assuma o legado cultural do país, adotando aspetos autóctones pré-existentes ao período do colonialismo.

Finalmente, o quarto desafio assenta na reconstrução nacional. As tarefas de pacificação e reconciliação são particularmente fundamental para Angola, porque não dizem respeito exclusivamente a cessação das hostilidades entre inimigos da guerra civil, mas também à construção de um ambiente pacífico e democrático em Angola. (...)

Entretanto, segundo José (2011) refere que análise de temas da política externa angolana pauta-se pela diferença fundamental entre os processos de realização de interesses no plano interno, e no plano externo. No plano interno, ao menos ao âmbito teórico, o estado não tem limites para moderar a realidade. Quando ocorrem revoluções, algumas das relações fundamentais que presidem a ordem social podem ser alteradas, com o objetivo de se conseguir mais Justiça ou riquezas, com a passagem do capitalismo ao socialismo em Angola. Já no plano internacional, a realização de interesses encontra necessariamente vontade de um igual soberano/Estado, a impor limites estruturais a realização de objetivos limites que podem ir da aceitação cooperativa a resistência armada:

Independentemente do que acima foi dito, a política externa de Angola pode ser incipiente, mas gradualmente, já demonstrou o seu peso na sub-região austral e no continente no geral, como sendo um parceiro com que se pode contar, considerando em tudo que isso a sua solidariedade constitucional e a irmandade em que reside o seu principal fundamento de atuação nos processos e dossiers político/diplomáticos com podemos constatar no capítulo IV, do presente trabalho.

Assim é que sobre e segundo dos Santos, (2011), por ocasião de apresentação do seu Discurso sobre o Estado da Nação, reafirmou:

(...) A condução da nossa política externa continuou a pautar-se por uma atuação objetiva em atos e eventos conducentes a consolidação do entendimento e cooperação entre nações e a preservação da paz, da estabilidade e de segurança internacional. (...)

Como é óbvio, esta expressão do sentido de Estado, reflete a experiencia e do longo período de conflito armado violento de que a memória ainda reserva com graves reflexos negativos do povo angolano e dos angolanos no seu todo, considerando

necessário a defesa de diálogo e a negociação como fator preponderante e determinante no caminho da certeza para a busca de consensos e soluções pacíficas para todas as diferenças e contradições que eventualmente possam surgir no contexto internacional e regional.

Nesta expectativa e de conformidade com o sentimento patriótico segundo Dos Santos, (2011), assegura:

(...) Nós continuamos a cumprir as nossas obrigações e assumir as nossas responsabilidades no plano internacional, em especial no que diz respeito a África no seu todo e em particular no quadro dos conjuntos económicos e políticas a que pertencemos, como a SADC, e a CEEAC, e também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (...)

E sobre a cooperação internacional, mais adiante asseverou:

(...) Num plano mais amplo, Angola continuará igualmente a cooperar com a Comunidade internacional na luta contra o Terrorismo e as redes criminosas, o branqueamento de capitais, o tráfico de seres humanos e de substâncias psicotrópicas e as grandes endemias. (...)

Finalmente, sobre o posicionamento de Angola na arena regional e internacional Dos Santos, (2013,p.9) através da qual estabelece a fórmula de reviver as harmonias dos heróis neste sentido:

- (...) Devemos promover também a projecção regional e internacional das nossas figuras de destaque no domínio da cultural e o registo e reconhecimento internacional dos bens culturais e materiais que simbolizam a nossa identidade. (...).

Tendo ainda reafirmado a preocupação de continuar a aprimorar pelos princípios e mecanismos da política externa com todos os parceiros considerando a importância que o processo de integração regional insere na sua amplitude, ao afirmar:

No plano internacional, a realidade dos factos tem demonstrado que o uso da força ou a ameaça de assim proceder está tornar numa perigosa cultura política que em nada tem contribuído para se acabar com a violência. É necessário, portanto que os Estados façam prova de contenção e capacidade de diálogo, tendo em vista a necessidade de manutenção da paz e da segurança internacional. (...)

Dos Santos assegurou ainda que podemos assim afirmar, Angola enquanto Estado de direito e democrático, preza pela solidariedade recíproca no exercício da sua política externa, conferindo uma importância capital no padrão das relações bilaterais estáveis de cooperação crescente e com benefícios mútuos.

1.5.4 Fator Migratório

O fator migratório é um fenómeno que se não for controlado pode constituir um elemento fundamental para a desestabilização de um país e, daí as consequências decorrentes, quer seja económicas, sociais, culturais e políticas, dado o peso que representa no seu percurso em busca de melhores condições de vida, para a manutenção da estabilidade e segurança. Correia (2010, p.262), sobre a questão ilustra como o homem foi sempre um animal migrante. Mesmo quando, com o Neolítico, deixou de ser nómada e se sedentarizou porque, tendo-se tornado pastor e agricultor, deixou de depender da necessidade clássica de se deslocar para sobreviver, caçando e colhendo, nunca abandonou a sua vocação migratória. Para fugir aos rigores da natureza ou ao despotismo dos homens, na busca de eldorados ou por mero espírito de aventura, por ambição de conquista ou de expansão ideológica, o homem sempre partiu donde, com a sedentarização, se podia considerar o seu espaço originário.

(...) Hoje, com raras exceções, não haverá certamente nenhuma sociedade que não seja produto de migrações diversas. E o avanço tecnológico, esse fenómeno que tanto tem vindo a influenciar as perspetivas geográficas e geopolíticas, reduzindo mundo a uma dimensão muito mais pequena, colocando todos os cantos do Globo em contacto permanente uns com os outros divulgando certos lugares da Terra como mais atraentes ou capazes de proporcionar melhores condições de vida, e pondo a disposição do homem sistemas de transporte muito rápidos e com elevada capacidade de lotação, tudo isso, conjugado com os crescentes desequilíbrios regionais, demográficos e em potencialidade dos recursos económicos, tornou inevitável a exploração migratória. (...) Claude Raffestin, citado por Correia, (2010, p.263), reconhece, durante séculos a demografia foi sempre um instrumento privilegiado do poder. O poder projetou-se através dos fluxos migratórios, constituindo um óbvio fator de geopolítica clássica.

Na atual era da globalização as migrações não só estão a furtar-se ao contacto do poder como estão, até, a contrariar o poder. Pierre Marc Johnson, no seu texto no livro de Globalização, desenvolvimento equidade dá-nos números elucidativos: *«o crescimento demográfico é acompanhado de crescente migração. Quarente e dois milhões de pessoas migram temporariamente todos os ano à procura de trabalho. Seis milhões migram permanentemente. Neste momento, em todo o mundo, 130 a 140 milhões de migrantes legalmente registados vivem permanente fora dos respetivos países. Há 4 milhões de refugiados internos e 15 milhões de refugiados externos no mundo»* (S:D, p.294).

Claude Raffestin considera que a mobilidade dos fluxos migratórios, consoante as suas motivações, permitam classificá-las em autónomos e heterónimos (p. 79):

São autónomos os fluxos migratórios que resultam de uma opção deliberada, voluntária, do indivíduo ou grupo migrante;

São heterónimos os fluxos migratórios impostos, que resultam de uma contrariedade.

É claro que esta distinção entre estas duas categorias de fluxos migratórios está longe de ser perfeitamente definida.

Concluindo que os fluxos migratórios, salvo algumas situações limitadas, nunca serão totalmente autónomos e, por vezes, não são exclusivamente heterónimos.

1. 5.5 Fator macroeconómico: Área Monetária

Atento as crises decorrentes da grave económica e financeira internacional, o Governo angolano conduziu a partir de 2009 uma Política Macroeconómica apoiada no pilar sólido de uma Política Fiscal de Qualidade, coerente e credível, capaz de garantir com efeito contrário à Tendência de estagnação económica que se desenvolva em todos os países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento e emergentes, e que se acabou por verificar em muitos deles. (RELATÓRIO, 2011).

O estabelecimento da política doméstica e internacional orientou-se por uma firme determinação de valores objetivos e subjetivos, evitar a recessão, sem recorrer ao crescimento das emissões de dívida e da moeda, para não se comprometerem aos fundamentos fiscais e cambiais da estabilidade Macroeconómica. (...)

Dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional no mês de Setembro, indicam que Angola foi um dos poucos Países do mundo a escapar de recessão em 2009, pois o seu PIB cresceu 2,4 por centos enquanto o PIB mundial decrescia 0,7 por centos. (...)

As reservas líquidas internacionais do País subiram em 2010 o equivalente a 12 mil e 600 milhões para cerca de 17 mil e 500 milhões de dólares e situavam-se em fins de 2011 em 21 mil e 400 milhões, o que representa um incremento de 23,6 por cento desde o início de ano.

A inflação continua a ser um desafio para Angola. Depois de anos de descida sustentada, a taxa de inflação subiu 6 por cento em 2008, atingiu 13,7 por cento, e cresceu novamente para 14,7 por cento em 2010. Sendo estimado em 2011, abaixo de 12 por cento, projetados no Orçamento Geral do Estado.

É ponto assente que a rígida política monetária seguida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) em 2011, e apoiada pelos altos preços do petróleo que forneceram entradas crescentes de divisas, mostra o esforço de recuperação de confiança das instituições perante a Comunidade de investidores estrangeiros. Do mesmo modo, o país teve um bom desempenho nos três principais objetivos programáticos durante o ano: aumentar as reservas internacionais brutas, pelo menos em 1.7 mil milhões de USD; ajustar gradualmente o valor do Kwanza, em linha com os fundamentos do mercado, e baixar a inflação.

Além disso, o Governo angolano de acordo com emendas à Lei Cambial, estabelece que os bancos nacionais serão obrigados a manter um mínimo de 80% do seu capital em Kwanzas até o final de 2012.

Neste campo, as atenções estão viradas no sentido de acompanhar o processo de implementação do protocolo sobre finanças e investimento, observando igualmente as recomendações do RISDP, em particular:

- Harmonizar e monitorar a implementação dos programas específicos de convergência macroeconómica dos países da região tendo como referência as metas acordadas que são;
- Taxa de inflação a um dígito em 2008 – 5% em 2012 e 3% em 2018;
- Défice público em relação ao PIB não excedendo 5% em 2008 e 3% como âncora;
- Num espaço de 1% em 2012 e mantido em 2012 acima até 2018;
- Valor Nominal da dívida pública e garantia pública menor que 60% do PIB em 2008 e mantido ao longo do período do plano (2018).
- Liberalizar as transações das contas capitais e corrente entre os Estados Membros e adotar um mecanismo harmonizado de taxa de câmbio.

A economia de Angola caracterizava-se, até à década de 1970, por ser predominantemente agrícola, sendo o café sua principal cultura. Seguiam-se-lhe cana-de-açúcar, sisal, milho, óleo de coco e amendoim.

Angola é rica em minerais, especialmente diamantes, petróleo e minério de ferro; possui também jazidas de cobre, manganês, fosfatos, sal, mica, chumbo, estanho, ouro, prata e platina. As minas de diamante estão localizadas nas províncias de Lunda Norte e Sul.

1.5.6 Fator Infra-estruturas e re/construção

As Infraestruturas são o pilar fundamental para a circulação de bens e pessoas, e, como tal, jogaram sempre um papel de relevo em processo para o crescimento e desenvolvimento económico e a redução da pobreza de um país, conferindo maior dinamismo na concretização dos objetivos estratégicos considerando os benefícios recorrentes na integração, assim como a sua importância capital na economia, basicamente, no reassentamento das populações nas suas zonas de origem e/ou na realização das suas culturas agrícolas para o sustento doméstico. Não obstante a contribuição lógica de Tjonneland (2011,P.2), estes sectores das infraestruturas, carecem de investimentos e têm uma pobre manutenção. Uma importante análise, feita recentemente, - *Africa's Infrastructure: A Time for Transformation* (Infraestruturas em África, Tempo para Mudança), concluiu que a África tem as infraestruturas mais fracas do mundo. As redes de infraestruturas em África caracterizam-se pela falta de ligações a nível regional e os estagnados níveis de acessos aos agregados familiares.

Considera a emergência elétrica o maior desafio em África, em termos de infraestruturas. A escassez crónica de energia afeta 30 países africanos. Só para se ter ideia, o total da capacidade instalada de produção elétrica de 48 países africanos subsarianos é de 68 gigawatts, não superior à de Reino de Espanha, e 25% desta capacidade não está disponível por que as centrais elétricas são antigas e têm manutenção insuficiente.

O setor da água em África é minado pela grande variabilidade hidro-climática, armazenamento inadequado, aumento da procura e falta de cooperação transfronteiriça. Menos de 60 por cento da população africana tem acesso a água potável. Com mais de 60 rios transfronteiriços no continente, desenvolver infraestruturas em grande escala para gerir o uso da água e evitar conflitos é um desafio enorme.

O sector dos transportes também se caracteriza por ser ineficiente e ineficaz. A articulação entre diferentes meios de transporte (aéreos, rodoviário e ferroviário e marítimo) é fraca. Portos com pouco equipamento, redes ferroviárias antigas e acessos inadequados a estradas durante todas as estações do ano São problemas centrais do sistema de transportes em África. Apenas 40 por cento dos africanos que vivem em zonas rurais residem a 2 quilómetros ou menos de estradas circuláveis durante todas as estações, em comparação com cerca de 65 por cento noutras regiões em desenvolvimento. Melhorar a acessibilidade a estradas nas zonas rurais é vital de transporte de mercadorias lento, aumenta os custos e reduz o comércio inter-regional.

A nível estratégico e político, uma das primeiras e mais importantes expressões destas novas prioridades foi a declaração da fundação NEPAD, em 2001. Esta declaração identificou as infraestruturas como uma prioridade setorial fundamental e apelou ao aumento no investimento em manutenção, novas infraestruturas, ao estabelecimento de novos quadros regulamentares e à promoção de parcerias público-privadas. A esta declaração seguiram-se várias iniciativas e planos pan-africanos, tal como o Plano de Ação a Curto Prazo da NEPAD. A Conferência de Monterrey sobre o Financiamento para o Desenvolvimento concordou, entre outras, que o melhoramento das infraestruturas era essencial para o crescimento económico sustentável, diminuição da pobreza e criação de emprego.

De acordo com Angola, na sua análise, destaca que os objetivos políticos e acordos para um maior investimento em infraestruturas também conduziram à adoção de algumas mediadas. Os investimentos aumentaram significativamente em algumas áreas. O Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Europeia e o Banco Mundial, que juntos representam cerca de 70 por cento de todo o dinheiro de doadores externos para o sector das infraestruturas no continente, acordaram em melhorar a colaboração nas suas intervenções em vários sectores de infraestruturas e dar prioridade, entre outras coisas, ao apoio de projetos regionais e projetos “ emblemáticos” da UA ou NEPAD. Em Novembro de 2010, a cimeira do G20 em Seul, identificou nove áreas principais onde a tomada de medidas e a realização de reformas são críticas. Destacando o aumento de financiamento para os projetos de infraestruturas.

Nestas expectativas é mister destacar o papel da China e de outras potências emergentes na ajuda considerável ao reforçar o foco nas infraestruturas. Com a intervenção nas áreas dos transportes e da energia hídrica, no âmbito dos seus compromissos com países africanos. Contudo, a China nunca deu especial atenção a projetos regionais, tem concentrado as suas operações em poucos países, de entre os quais Angola, onde desenvolvem projetos quase em todo o país, e os acordos financeiros chineses estão ligados ao fornecimento do petróleo e de outras matérias-primas aos mercados chineses. Uma análise conjunta recente de África e da OCDE, sobre o progresso no desenvolvimento de infraestruturas e na redução de pobreza conclui com uma série de recomendações, que os governos africanos precisam de:

- Fazer mais progressos no desenvolvimento de quadros estratégicos;
- Melhorar a preparação de projetos, o desenvolvimento de planos de negócios e a sua implementação;

- Dar uma prioridade cada vez maior a projetos regionais, incluindo uma melhor coordenação entre organismos regionais;
- Intensificar os esforços para assegurar uma provisão mais equitativa dos serviços básicos nas áreas rurais;
- As recomendações aos parceiros de desenvolvimento do Norte (OCDE) incluem:
- Manter a atual expansão dos investimentos em infraestruturas, incluindo em projetos regionais;
- Fornecer os recursos adequados para preparação de projetos a montante, para ajudar a acelerar a implementação de projetos e programas;
- Apoiar a capacidade de CER, dos organismos sectoriais regionais e das agências de infraestruturas de cada país;
- Contabilizar o impacto das alterações climáticas em programas de apoio a infraestruturas regionais; e
- Aumentar o número de capacidades de cofinanciamento, adotando um papel mais forte na integração tanto da China e de outros parceiros, como do sector privado, em projetos de infraestruturas regionais, (TJONNELAND, 2011, P.5).

a) Estradas e pontes

De acordo com portalangop, (S.D), o Governo angolano elaborou em 2004, o Programa de Reabilitação de Estradas de país, que assumiu como prioridade a recuperação da rede fundamental pavimentada, acrescentando-se a construção de novos itinerários complementares.

Dados do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA) revelam que, de 2006 a 2010, Angola passou de 322 quilómetros para um total de 6.404 quilómetros de estradas reconstruídas, e oito capitais provinciais já estavam interligadas por estradas asfaltadas. O desafio é passar de 6.404 quilómetros para 13.800 quilómetros de estradas asfaltadas até ao ano de 2015, de modo a tornar cada vez mais fluidez a circulação de pessoas e bens no corredor da região austral. Este importante meio de comunicação conheceu uma ampliação larga da componente linha ferroviária como podemos observar mais adiante.

b) Caminhos de-fero e Aeroportos

Este é, aliás um desafio que o Governo assumiu e se impôs após a reabilitação e construção da linha férrea e conseqüente a circulação do comboio nos eixos tradicionais

do então caminho-de-ferro, de Luanda/Malange, Lobito/ Huambo/Bié/Moxico- Zâmbia e RDC, assim como o caminho-de-ferro de Moçâmedes/Lubango/Jamba Mineira/Matala/Kuando Kubango e Cunene/ Namíbia.

É interessante sublinhar que a reconstrução de Angola nos últimos dez anos foi possível graças à disponibilidade da comunidade internacional, particularmente a China que assinou um pacote de acordos de assistência financeira e técnica com Angola.

O Programa de Investimentos Públicos no sector inscreveu na sua carteira, desde 2008, a recuperação, modernização e apetrechamento de cerca de 30 aeroportos de grande, média e pequenas dimensões ao nível do país. Angola possui uma vasta costa marítima e uma localização geográfica que lhe confere vantagens na esfera económica se considerarmos o seu crescimento rumo ao desenvolvimento sustentável e consolidação dos instrumentos eficazes na área de serviços de transporte na região. Os portos e os corredores de desenvolvimento permitem um acesso aos países do *hinterlan*, nomeadamente, os países que utilizam os portos, a Zâmbia, e a República Democracia do Congo.

O sistema ferroviário está desenhado para permitir a ligação de Angola com os outros países da região, com cinco linhas que se estabelecem desde o litoral ao interior. No entanto, as obras e empreitadas de recuperação e construção estão em curso e numa marcha acelerada. A mais importante delas é a estrada de ferro de Benguela, que faz a conexão com as linhas de Catanga, na fronteira com o Zaire. A rede rodoviária, em sua maioria constituída de estradas de segunda classe, liga as principais cidades. Os portos mais movimentados são os de Luanda, Lobito, Benguela, Namibe e Cabinda. O aeroporto de Luanda é o centro de linhas aéreas que põem o país em contacto com outras cidades africanas, europeias e americanas.

Sector de Construção: Objetivos

- Contribuir para o esforço de construção nacional, promovendo a reabilitação e a construção das infraestruturas adequadas às necessidades do processo de desenvolvimento do País.
- Melhorar a circulação de pessoas e de veículos;
- Promover a realização de investimentos em infraestruturas, em coordenação com os demais setores;
- Aumentar e melhorar o nível técnico da mão-de-obra nacional ligada à construção civil;

- Consolidar o quadro legal e institucional do setor da construção.

Sector de Urbanismo: Objetivos

Promover a requalificação, reabilitação e valorização dos centros urbanos e rurais, possibilitando a fixação ordenada das populações, bem como a dinamização e integração dos espaços.

Na expectativa dos objetivos específicos, as prioridades apontam para o seguinte:

- Elaborar instrumentos de ordenamento do território, a nível provincial e municipal;
- Regulamentar as atividades cartográficas e cadastrais e continuar o processo de atualização e elaboração da cartografia nacional;
- Assegurar o planeamento e controlo do uso e ocupação dos solos da zona costeira;
- Dinamizar a implementação dos Programas de Requalificação Urbana e da Regularização das Reservas fundiárias.

1.5.7 Fator Social

a) Educação e Saúde:

O trabalho mostra o quão um dos projetos na área de educação, o treinamento de mão-de-obra qualificada tem sido, em parte realizado. Os profissionais formados são aqueles que foram julgados como necessários ao desenvolvimento imediato como gestores públicos, técnicos e engenheiros (especialmente agrícolas) e cientistas com formação aplicáveis á indústria. O analfabetismo é um grande fato social a ser combatido pelo bloco que já vai gizando projetos para a possível irradicação dos focos que ainda se manifestam a escala regional. Julgamos que a educação é um facto primordial que deve ser considerado mister, e para tal de se dedicar grande parte dos recursos disponíveis.

No quadro de Reforma Educativa em curso, de acordo com Santos (2011, P.1), o Executivo continua empenhado na expansão da rede escolar, na melhoria de qualidade do ensino e no reforço da eficácia e equidade do sistema de educação em todos os níveis. (...). Desde 2008, o Ensino Superior conheceu um crescimento notável, contando atualmente a rede de instituições de formação já expandidas por todas as províncias do País com 17 instituições públicas, sendo 7 universidades e 7 institutos superiores e 3 escolas superiores, assim como de 22 institutos privados, sendo 10

universidades e 12 institutos superiores, frequentados por cerca de 150 mil estudantes e contando com cerca de dois mil docentes, incluindo nacionais e estrangeiros.

No que a saúde diz respeito, a melhoria da economia regional é salutar e fundamentalmente, para que se possa manter os programas nacionais e regionais com aplicação de incentivos que comprometam e garantam a redução de prevalência, como forma de coroar profundamente a qualidade de vida humana.

Angola, através do Plano Nacional de Desenvolvimento esboçado em 2012, para o período (PND, 2013-2017), definiu objetivos e medidas de política que visam alcançar as metas para a satisfação dos compromissos e os imperativos nacionais, considerando que a construção/reconstrução do país, situa-se entre as prioridades eleitas que não podem esperar independentemente das condições e outros focos a estabelecer.

De acordo com o respetivo (PND 2012, p,58 - 59), nos sectores de construção, urbanismo e telecomunicações e tecnologia de informação, definem objetivos e prioridades específicos os seguintes:

1.6 Avaliação de processo sobre a Integração de Angola na SADC

As integrações ainda quando atingem o patamar transnacional, não são por regras mundiais. Trata-se de uma alteração importante na vida internacional que dá caráter a conjuntura, em seu apoio na experiência histórica que ajude a definição prospetiva, e sempre importantes avaliar as percepções da integração que são assumidas pelos estados alheios ao momento mas que recebem efeitos deste no seu ambiente decisório. (MOREIRA,2011,p,501).

Se por um lado, há vozes correntes que defendam a necessidade de construção de uma locomotiva para fazer avançar o processo da integração regional da SADC, comparada com a União Europeia, Angola, país saído de um conflito sem precedente, conseguiu conquistar, apesar tímida, uma marca na integração regional na SADC, tendo em atenção os esforços desenvolvidos no cumprimento dos compromissos assumidos. Embora não tendo aderido a Zona do Comércio Livre, justificadamente por razões da conjuntura económico-política atual, cujo binómio se afigura da imprescindibilidade na industrialização do país, para criar competitividade e com isso, estabelecer padrões da sua participação no mercado comum.

No entanto, e segundo (SOGGE, 2009, P.1 e 13), é disseminada a ideia de que a fragilidade dos Estados africanos se deve principalmente à índole de suas elites.

Acusada de ganância, corrupção e desdém pelas boas políticas, seriam movidas principalmente por rivalidades étnicas, primitivas.

Uma avaliação subgénero podia-se fazer para o entendimento da organização política de Angola, se a interação de diversos fatores objetivos se articulassem positivos entre si, nomeadamente:

- Estado de incessante violência, pública e estrutural;
- Economia dirigida a interesses externos;
- Aparato de Estado baseado em várias gerações de processos dependentes, territorialmente frágeis, militarizados, centralizados e corruptos, voltados para interesses descumunais; *Ipsa facto*, antidemocráticos;
- Desigualdades causadas pelo desenvolvimento desequilibrado e extrovertido;
- Provisão de bens e serviços públicos de acordo com as necessidades das elites, a qual carece de qualquer embasamento em processos democráticos e ou transparentes;
- Espaço de associação (sociedade civil) extremamente reduzido e despolitizado.

Angola emergiu para o autodeterminação desde de sempre em meio a disputa geopolítica. Primeiro, os Estados Unidos, porquanto estavam a enfrentar no Vietname reveses e fazer retrocederem (“*rol back*”)², o avanço comunista. Assim, pegou-se no contrapé o colapso em 1974 do Estado-cliente português, ruído em grande parte pelo fardo das guerras nas colónias africanas. Em segundo lugar, como gozasse de nova e bem-sucedida assertividade entre os países produtores de petróleo, o governo estado-unidense não hesitou em usar a força para estabelecer os termos de seu acesso ao petróleo angolano. Três décadas mais tarde, deflagraram os Estados Unidos guerra clandestina em Angola, valendo-se de Zaire e África do Sul como delegados regionais.

Mas, o surgimento de vários fatores ao longo do processo de integração na SADC, determinaram os avanços e constrangimentos que visam a realização das perspetivas.

Contudo, o essencial à integração económica e a autoformação de Angola nesse processo, estão no entanto, bem encaminhados. Mesmo face à crescente competição das elites e seus descendentes primordiais. A maior diversificação das fontes de surgimento de petróleo, receitas crescentes para Wall Street e corporações financeiras de domínio ocidental, e um mercado em ascensão para as exportações e investimentos ocidentais.

Outrossim, um dos fatores de avaliação em integração de Angola na SADC prenda-se pelo fato de o País, quanto à política regional, normalmente agir de forma unilateral, por vezes utilizando a sua posição e do peso geopolítica-estratégico.

² N. do T.: Rollback foi um princípio da política externa estado-unidense durante a Guerra Fria, o qual consistia em fazer retroceder (“*rol back*”), por força militar, se necessário, o comunismo em países onde estivesse instalado

Sobreintendendo uma pretensão de hegemonia regional, de um poder de influência que rivalize com o de África do Sul.³

Sem embargo, Angola mostra grande entusiasmo pelo Cartel petrolífero OPEP (*Organização dos Países Exportadores de Petróleo*), de que se tornou membro integral em 2007 e cuja presidência assumiu em Janeiro de 2009.

Em, contraste com a maior parte dos países de África Subsariana, Angola da avaliação que se faz, raramente medeia sua integração política por doadores ou pelo sistema de ajuda internacional. Angola respeita a noção de que o país, antes de receber a ajuda necessária, deva integrar-se ao Sistema de acordo com os termos dos doadores.

Os angolanos preferem ser respeitados: não desejam ser admoestados a aceitarem a “boa governança, transparência e responsabilidade”, quando inexistem os pré-requisitos para tanto.⁴

A estabilidade económica é um processo a considerar na avaliação dos avanços e recuas na integração regional, e estabelece os padrões para determinar o caminho a seguir. O sucesso mais notável de Angola foi a redução da taxa de inflação de três dígitos em 2002 (108,9 por cento) para dois dígitos (15,7 por cento) em 2005, e o Banco Nacional de Angola está empenhado em baixar ainda mais para um dígito até 2008, em linha da com a meta da SADC; a redução da inflação foi alcançada através do «Kwanza Forte» o que, por sua vez, foi possível pelos elevados preços do petróleo no mercado internacional. Criando no meio de seu percurso, desafios para o país, tanto no aspeto de consolidação, como também para o contínuo desenvolvimento.

Não obstante a estes aspetos, um passo importante rumo a uma eventual adesão de Angola à ZCL da SADC, é de extrema importância tomar em consideração vários fatores antes de apresentar uma oferta tarifária final, nomeadamente:

- O impacto dos Acordos de Pareceria Económica e Acordo Tripartido SADC-EAC-COMESA sobre o mercado nacional se Angola não aderir aos mesmos, uma vez que existe a possibilidade de se registar um desvio do comércio (Trade off). Este aspeto deveria ser impedido pelos certificados de origem mas a fraca capacidade dos postos fronteiriços risca de facilitar o comércio ilícito;
- Ter em conta o processo de revisão da Pauta Aduaneira concluído em 2012;

³ Por exemplo: prendergast, J.e J. Bowers 2003, Angola's Second Chance, Bruxelas, Grupo Internacional de Crise (ICG)”.
⁴ Lari, A. e Kevlihan, R.2004 “ Internation Human Rights Protection in Situations of Conflict and Post- Conflict. A Case Study of Angola”, African Security Review, 13:4.

- Negociar um calendário de liberalização adequado aos programas de desenvolvimento dos setores produtivos, solicitando extensões como o caso de Moçambique;
- Recorrer aos instrumentos de defesa comercial tais como as cláusulas de salvaguarda ou proteção das indústrias nascentes, já recolhidos dentro do Protocolo do Comércio mas não aplicados pelos países;
- Efetuar um estudo detalhado das perdas físicas e aduaneiras resultantes da eventual adesão;
- Criar uma estratégia ofensiva sobre potenciais mercados na Região;
- Efetuar consultas de disseminação junto dos setores público e privado sobre a eventual adesão à ZLC da SADC;
- Proceder uma análise sobre os pontos fortes, fracos, oportunidades, de perigos, relativos à eventual adesão (*SWOT analysis*).

a) Situação da Integração Regional em Angola

Angola encontra-se atualmente num momento importante no que a integração regional diz respeito. Actualmente, Angola faz parte da SADC, da Comunidade Económica dos estados da África Central (CEEAC) e da Comissão do Golf da Guiné. De referir que a nível destas organizações, a SADC tem realizado maiores esforços no aprofundamento do processo de integração económica regional. Igualmente, é uma das regiões de África com maior potencial económico o que poderá contribuir para um maior crescimento e desenvolvimento de Angola.

Nos últimos tempos, Angola tem dedicado maiores esforços ao processo da integração económica regional, consubstanciados nos avanços nas áreas abaixo apresentadas.

b) Liberalização Económica

Angola assinou o Protocolo a 14 de Março de 2003 e entrou em vigor ao 26 de Setembro de 2003. Porém, para efectivar a implementação da ZCL, todos os países membros deviam apresentar um cronograma que incluísse um plano de desarmamento pautal aos membros da SADC. Angola ainda não entregou o referido cronograma, pelo que continua de fato, sem aderir à Zona de Livre Comércio.

Com vista a acompanhar o processo de negociação e de implementação do Protocolo da SADC sobre trocas Comerciais, foi constituído em 2006 o Grupo Técnico Multi-setorial para implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC (GTMs), através do Decreto Executivo Conjunto nº63/03, integrado por representantes do Ministério da Indústria, que é responsável pela coordenação, Ministério das Finanças, incluindo o Serviço Nacional das Alfândegas, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Planeamento, Ministério do Comércio e o Comité Nacional da SADC.

O parecer aprovado pelo GTMs realçava a importância de priorizar a estratégia de industrialização de Angola, embora considerasse que esta não era incompatível com a adesão à ZCL, sempre que houvesse uma derrogação nos prazos de desarmamento, que seria incluído no ano de 2015.⁵

⁵ Documento sobre a Integração Regional de Angola no âmbito do Comércio, Indústria, Finanças, Investimento, Infra-estruturas e Serviços.

CAPITULO II- O Contexto do processo de integração regional de Angola na SADC

2.1 Vertente Estratégica – Criação da SADC: Aspetos geopolíticos e Históricos

- Conceito de integração regional: O termo integração regional é usado às vezes de forma confusa, porque na linguagem quotidiana, bem como na teorização sobre a integração, o termo tem sido usado para descrever tanto o processo como um bem e como um estado final do processo.

Este problema tem sido reconhecido ao longo da história da teorização da integração. Segundo Amitai Etzioni (S.D), Apud Boniface (2008), trata "integração-como o terminal condição, não como o processo de chegar lá". Enquanto Deutsch (S.D) fala de "integração como um processo conducente à criação de comunidades de segurança, considera um processo para a criação de comunidades políticas definidas nos termos institucionais e de atitude, uma condição também descrita por Jacob e Teune. Federalistas, Apud [BONIFACE, 2008]

Em muitos casos, o processo de integração política cria um novo quadro para a atividade humana, beneficiando também os atores não estatais, por exemplo, no campo económico. Por esta razão William Wallace faz uma distinção entre 'formal' e integração 'informal'. Formal integração de acordo com Wallace é um resultado de ações políticas deliberadas e inclui, por exemplo, o estabelecimento de instituições, políticas ou legislação. Informal integração, por outro lado, refere-se a um processo que tem consequências eficaz sem intervenção formal, autoritário Wallace (1990, 9-11).

Na teoria de processo de integração até agora identificado estabelece que integração pode ocorrer dentro de vários campos diferentes, por exemplo, políticos, económicos ou militar. Finalmente, a integração é um fenómeno multidimensional, político, social cultural e económico. O processo integrador conduz a um sentido de identidade comum e de comunidade. A integração surge como um resultado de um apoio conseguido de dentro da unidade que procede a integração, como é o caso na União Africana.

2.1.1 SADCC: versus SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Temos a consciência segundo a qual os povos africanos quase e desde a Antiguidade, bateram-se sempre por uma união entre si, considerando que só com base nessa

estratégia poderiam lograr os intentos de organizar-se para uma luta comum rumo a realização e na criação de condições de um sistema unificado para a integração continental da África. Os primeiros sinais para um continente uno e indivisível surgem com os ideais alicerçados pelos pioneiros do pan-africanismo do século XIX, princípios do Século XX, tal como William Edward Burghardt Du Bois, Marcus Garveí, Henry Sylvester William e Kwame Nkrumah (único africano nativo) tinham ideias dogmáticas, desfasadas da realidade corrente e dos objetivos tangíveis que cada um dos povos no interior dos territórios colonizados preconizava. Porque se existia consenso sobre a necessidade de libertar os povos africanos e se evoluir para à igualdade de direitos, independentemente da raça, cor, origem ou credo religioso, o mesmo não se pode dizer da possibilidade dos africanos coabitarem numa nação política continental. [VAN - DÚNEM 2013,p. 1]

Em África houve contornos revisionistas, ou seja, a maior parte dos precursores não reclamavam uma igualdade de direitos de cidadania, mas a emancipação dos povos africanos, a autodeterminação, enfim, a independência dos nativos e dos territórios do continente. Portanto, o pan-africanismo em África transformou-se em luta anticolonial, em nacionalismo ao contrário do que acontecia com os afro-americanos que reclamavam inclusão e igualdade de tratamento.

A euforia que apoderou-se dos intelectuais africanos fez do pan-africanismo um movimento de vanguarda: Sékou Touré (Guiné); Jomo Kenyatta (Kenya); Modibo Keita (Mali) e; Gamel Abd El Nasser (Egipto) impulsionaram o movimento e reivindicaram a independência de todos os territórios africanos, perspetivando uma unidade federal do continente.

No entanto, a questão da integração continental em África começou a ganhar debates acesos nos anos 60, mas só atingiu o peak nos anos 70/80 com a Conferência de Monróvia, Libéria onde os líderes africanos reclamaram a independência económica do continente e conseqüente preparação do famoso Plano de Ação de Lagos, que culminando com o Tratado de Abuja, através do qual estabeleceu a Comunidade Económica de África. [VAN DÚNEM 2013].

A SADCC⁶, a partir de então, integrou os países restantes até completar os atuais 14 membro que a compõe. Na verdade, Países como Angola e Moçambique somaram seus esforços aos da Tanzânia, Zâmbia e Botsuana para no quadro da então OUA

(organização da unidade africana), intensificar a ajuda dos movimentos de libertação do Zimbabwe, Namíbia e África do Sul.

No campo económico os seis países da Linha da Frente, juntamente com os vizinhos Lesoto, Malawi, Suazilândia criaram em 1980, a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral a SADCC. Cujo principal objetivo assentava: diminuir a dependência económica da África do Sul e a integração das economias da região não só nos aspetos prioritários de infraestrutura, mas também visando a criação de mercados e estimulando a produção.

a) Estados-membros da SADC

De acordo com a (SADC, 2005, p.1), são membros deste grupo: África do Sul, Angola, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe.

b) Bloco económico regional da SADC

África do Sul, Angola, Botswana, R.D. Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

2.2 Visão e mandato da SADC

A visão da SADC é um futuro comum, um futuro regional que garantirá um bem-estar comum, melhoria dos níveis dos padrões e qualidade de vida, liberdade e justiça social paz e segurança. Esta visão partilhada com o mandato está ancorada nos princípios e valores comuns, afinidades - histórico-culturais, dentre os povos da África Austral. (SADC,2005, p.1).

A SADCC, foi em termos económicos uma continuidade da ação política coordenada, então obtida na África Austral pelos países da Linha da Frente face ao poder desestabilizador económico e militar do regime do apartheid. Estabelecendo por isso, os seguintes aspectos marcantes:

⁶ A SADCC, criada na longínqua década de 70, princípios de 80, em 1992, transformou-se em SADC, em Windhoek/ Namíbia.

Saldo positivo:

Ter proporcionado condições e ter servido como canalizadora da ajuda internacional para projetos de integração da África Central.

Saldo negativo:

- Incapacidade de diminuir a dependência da África do Sul, como consequência de pequeno fluxo de comércio entre os países membros.
- Dificuldade em mobilizar recursos relevantes provenientes da própria região limitando-se assim, quase que somente aos recursos públicos da ajuda internacional;
- Em 1989, a Conferência de Chefes de Estado e do Governo, que teve lugar em Harare, Zimbabwe decidiria que deveria formalizar a SADCC “dar-lhe status adequado” substituído por um Acordo, Carta ou Tratado;
- A Declaração e o Tratado que fundou a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) em substituição a SADCC, foram firmadas na Conferência de Chefes de Estado e do Governo, celebrado em 17 de Agosto de 1992, em Windhoek, Namíbia.

Na perspectiva do Boniface, (2009, p.136-7) a SADCC (Southern African Development Coordination Conference), concebida originalmente como uma estrutura de cooperação sectorial e política contra o apartheid, transformou-se numa organização de integração regional com a SADC (Southern African Development Community) e a entrada da África do Sul em 1992.

Todavia, torna-se cada vez evidente que o processo de integração, não é um processo de meras expectativas. Concorre para alcançar fins e metas. E, calcula-se entre os países membros a existência de uma população de 1,2 bilhões de pessoas. O PIB somado dos países membros é de aproximadamente 700 bilhões de dólares, valor importante, especialmente levando-se em conta as economias emergentes de alguns países em franco crescimento.

Tanto quanto seja estabelecida em termos de uma afirmação coerente, é suposto notar que a estabilidade política que se exige hoje, é o resultado que pode permitir a realização dos propósitos e os objetivos que a SADC se propôs atingir, atendendo ao facto de a 20 anos volvidos, a SADC, no entanto, ainda não tem sido capaz de avançar em seu processo de integração. Embora as circunstâncias não sejam semelhantes por

exemplo com as da UE, segundo a qual, durante os primeiros 20 anos, a integração europeia já havia produzido, pelo menos, o mesmo que os planos de SADC para alcançar até 2008.

A África Subsariana (isto é, do Sara ao Cabo da Boa Esperança) experimenta uma grande crise económica, pondo totalmente em causa tantos os modos de desenvolvimento quanto o lugar do estado da sociedade, em parte herdados da época colonial. Continente instável, com pobreza e marginalização crescentes, a África permanece um espaço geopolítico dominado que inspira um «afro-pessimismo» as vezes exagerado.

A SADC, desde a sua criação na vertente político- diplomático, tem vindo a adoptar mecanismos de concertação política e económica, numa persuasão abrangente que determinaram com a incorporação no seio do bloco, países à membros seus com um peso geopolítico fortemente destacado na sub-região. No essencial, a cooperação com a UE e outras organizações regionais com peso nos processos de desenvolvimento e experiencias regionais, mostra-se como fator determinante que concorra na realização dos principais objetivos.

É ponto assente, para que a África possa acelerar o processo da sua integração, consolidar os progressos registados nos eixos de democratização e da boa governação e desempenhar cabalmente o papel que lhe é reservado no contexto das nações, vencer as barreiras e outros obstáculos. Tratar-se de privilegiar a competência, a eficácia e a justiça assim como a devoção à União Africana e aos seus ideais, inspirando boa circulação de informação com vista a rentabilizar o funcionamento das diferentes estruturas da Comissão Africana e de propiciar o reforço de capacidade institucional das instituições e organizações internas de suporte no processo de integração regional.

Apesar de incipientes as contribuições financeiras dos Estados-membros, para a execução dos projetos, baseada no PIB de cada um, considera-se a mais importante; a segunda é através da colaboração de parceiros económicos internacionais, como a UE e alguns países.

2.3 Objetivos da SADC

O objetivo principal desta organização foi a de reduzir a dependência económica dos seus membros sobre a República da África do Sul, mas também a construção de uma região economicamente integrada, culminando, em uma união aduaneira em 2015 e a introdução de uma moeda única em 2016. Para a concretização das metas do bloco, faz-

se necessária manter a paz, a estabilidade e a segurança na região no seu todo e aprofundar o processo da democratização interna dos países membros.

Não obstante a isso, é suposto iniciar o processo de integração política regional entre os chamados estados da linha de frente, conforme estabelece com maior ênfase o artigo 5 do Tratado, nomeadamente:

- Alcançar o desenvolvimento e crescimento económico, aliviar a pobreza, reforçar os níveis e padrões de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional;
- Desenvolver valores políticos, sistemas e instituições comuns;
- Promover e defender paz e segurança
- Promover o desenvolvimento autossustentável na base da autoconfiança e interdependência dos estados membros;
- Alcançar a complementaridade entre os programas e estratégias regionais e nacionais;
- Promover e maximizar empreendimentos produtivos e a utilização dos recursos naturais regionais;
- Alcançar o uso sustentável dos recursos naturais e proteção efetiva do meio ambiente;
- Reforçar e consolidar as longas afinidades históricas, sociais e culturais e ligações entre os povos da região.

Para além disso, os estados membros estão acometidos em garantir que a questão do alívio à pobreza seja tida em conta em atividades e programas da SADC, com objetivo último em erradicá-la. Na sua estratégia política definiu áreas de cooperação entre os Estados membros, nomeadamente:

- Segurança alimentar, infra estruturas agrícolas e de terra, comércio, finanças, investimento e mineração;
- Desenvolvimento social e humano e programas especiais, ciência e tecnologia;
- Recursos naturais e ambiente;
- Bem-estar social, informação e cultura;
- Política, diplomacia, relações internacionais, paz e segurança.

- Tratado da SADC 1992 (conforme emendado).

O VIH/SIDA constitui uma grande ameaça para o alcance dos objetivos da SADC, daí a sua definição como maior prioridade em todos os programas e atividades da SADC. As metas fixadas incluem ter em 2011 noventa e cinco por cento da população entre quinze e vinte e quatro anos informada sobre os conceitos básicos no que concerne a doença, ter menos de cinquenta por cento das crianças infetadas e, em 2015, obter um decréscimo do número de infetados. Para além de intervenção valiosa das ONGs Nacionais e Organizações Internacionais de carácter humanitárias e tantos outros parceiros pela causa, o Governo de Angola tem vindo a mostrar-se deveras preocupada com estabelecimento de programas e ações concretas de coordenação sectorial, o “ Instituto Nacional do Combate Contra a VIH/SIDA”, sob tutela do Ministério da Saúde.

Para atingir-se o desenvolvimento económico é essencial que se promova a indústria local como forma de poder-se superar a dependência em relação aos produtos industrializados estrangeiros e aos da África do Sul, que exerce um claro domínio sobre o mercado dos seus vizinhos. A estratégia principal consiste na reabilitação e crescimento das capacidades já existentes. Ou seja, os Governos da região poderiam criar esforços económicos que sustentassem o alcance dos fundos capazes de assegurar e solidificar as capacidades e sinergias que permitam acelerar a realização prática das estratégias adotadas.

A participação da mulher em todas as camadas da sociedade, vem-se registando aumentada, na perspectiva de erradicar todas as manifestações sexualmente discriminatórias, quer por imposição legal quer do ponto de vista cultural. Reduzir a violência contra mulheres e crianças, para além de se notar já uma participação considerável das mulheres nos cargos políticos-governamentais e parlamento. Recentemente, o Governo angolano aprovou a Lei Contra a Violência Doméstica, reforçando assim as medidas de proteção e aproximação cada vez maior da presença feminina na vida política, económica e social. SADC, (2005, p.1).

2.3.1 Objetivos da integração na SADC

A SADC enfrenta vários desafios cruciais desde a sua criação, mesmo após a adesão da África do Sul, a discussão para o estabelecimento de uma zona de livre comércio, que culminou com a assinatura do Protocolo de Comércio Livre em 1996, com o intuito de

tornar a organização mais eficiente, em especial diante deste novo objectivo, apenas permitiu a criação de estruturas próprias da SADC.

Nota-se no entanto, a dispersão de objectivos e meios, assim como a falta de capacidade (estrutural, logística, financeira e mesmo política) de se poder implementar os mesmos. De acordo com (MOREIRA, 2011, p. 498). Na doutrina tradicional dos fins do Estado, a defesa e conservação aparecem como, primeiro. A integração é um processo de alienação da livre decisão solitária no sentido clássico da soberania, e os Estados apenas praticam esta renúncia perante necessidades que já não podem enfrentar isolados. O motivo mais documentado pela experiência, consiste sobre o alcance da paz territorial, como sendo objetivo de otimizar a capacidade económica. Tal objetivo tornou-se mais premente em face da hierarquização das potências que reduz a maioria dos Estados à impossibilidade de competir com bons resultados. O segundo objetivo é aumentar o potencial político na balança internacional de poderes, agora especialmente também em função de bipolaríssimo que dominou a vida internacional. As médias e pequenas potências uniam-se para lutar contra o silenciamento que para elas decorria dos poderes os centros diretores. Algumas orientações visavam expressamente o regresso a um sistema multipolar. (...) Um dos objetivos da integração é “*eliminar Causas de Conflitos*”.

2.4 Quadro Funcional da SADC

a) Secretariado

O padrão de funcionamento das estruturas e órgãos, define o Secretariado como a principal instituição executiva da SADC, e é o responsável pelo planeamento estratégico, coordenação e gestão dos programas da SADC, e implementação do plano estratégico regional. O funcionário sénior é o Secretário Executivo e a sede é em Gaborone Botswana. Contratando com a coordenação de atividades sectoriais que era feito em cada país, a SADC adotou agora uma abordagem centralizada através da qual as 21 Unidades de Coordenação foram agrupadas em quatro Direções: Comércio, Indústria, Finanças e Investimento (TIFI)

- Infraestruturas e Serviços (I&S)

- Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR)
- Desenvolvimento Social Humano Programas Especiais.

b) Conselho de Ministros

Os ministros de cada estado membro reúnem-se em Conselho, geralmente dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Desenvolvimento Económico, Plano ou Finanças. O Conselho é responsável pela supervisão e monitoria das funções e desenvolvimento da SADC, e de assegurar que as políticas são devidamente implementadas, bem como de fazer recomendações à Cimeira. O Conselho reúne antes da Cimeira e pelo menos numa outra oportunidade durante o ano, e é presidida pelo país que detém a presidência da SADC.

c) Parceiros:

Em conformidade com os objetivos do Tratado, (SADC, 2005, P.1), a SADC procura envolver na sua totalidade, os povos da região e parceiros estratégicos no processo da integração regional. A SADC está comprometida em cooperar com todos parceiros que contribuam para o alcance dos objetivos do Tratado em áreas de cooperação, com objetivo de forjar relações mais próximas com as comunidades, associações e o povo em geral.

Para além dos países da região austral, o principal parceiro económico externo à SADC é a UE, com quem realiza importantes trocas há alguns anos. Apesar da parcela do mercado europeu estar decrescendo, desde 2010, as trocas comerciais ainda representam a maior parte das exportações e importações externas ao grupo. Muitas medidas têm sido tomadas para evitar o domínio económico pelo Norte. Não obstante parecer ser dado adquirido e controverso, o facto de que a curva de progressão da riqueza é cada vez maior, atendendo ao crescimento económico emergente mas, lamentavelmente, assistimos também a curva de progressão da pobreza cada vez mais acentuada no país, associada a tudo isso, o regresso e assentamento da população deslocada que se encontrava nos países vizinhos.

d) Cimeira

A SADC, na sua estratégia funcional, apresenta um universo de mecanismos interessantes de cooperação regional e internacional. Entre os quais, os comités, comissões subordinados aos órgãos supremos nomeadamente (Conferencias de Chefes de Estado e do Governo e Conselho de Ministros), que funcionam integralmente para a integração de vários sectores das economias e regiões. Conforme a estrutura adotada, cada sector está sob coordenação de um Estado Membro. O Estado e o Governo é a última instituição fazedora de políticas, com a responsabilidade de orientar a política e controlar as funções da Comunidade. A Cimeira reúne pelo menos uma vez por ano, geralmente em Agosto ou Setembro, num dos estados membros. Durante a Cimeira, o presidente - cessante passa o poder ao vice, e um novo vice é eleito para presidir no ano seguinte.

e) A Troica

A Troica consiste em presidentes anteriores, atuais e futuros da SADC, e assegura a implementação de tarefas e decisões, bem como a provisão de orientação de políticas para as instituições da SADC no período entre as cimeiras regulares. O sistema de Troica opera ao nível da Cimeira, e também ao do Órgão sobre Políticas, Defesa e Segurança, do Conselho de Ministros e Funcionários do Comité Permanente.

f) Comité Integrado de Ministros

Esta é uma nova instituição visando assegurar orientação apropriada das políticas, coordenação e harmonização de catividades transversais. É constituído por pelo menos dois ministros de cada estado membro e presta contas ao Conselho.

h) Comité Permanente de Funcionários

O Comité Permanente consiste num Secretário Permanente ou um funcionário de nível equivalente de cada estado membro. Este Comité é um comité técnico de aconselhamento ao Conselho, e reúne-se antes deste, sob a p residência do mesmo país em frente da SADC.

g) Tribunal

Logo que for estabelecido, o Tribunal vai assegurar aderência às provisões do Tratado da SADC e instrumentos subsidiários e sua interpretação apropriada, e arbitrar disputas quanto trazidas ao organismo.

j) Comitês Nacionais da SADC

Esses Comitês são compostos por parceiros chave idos do governo, sector privado e sociedade civil nos estados membros da SADC. A sua função principal é providenciar subsídios ao nível nacional na formulação de políticas, estratégias e planeamento regionais, bem como de coordenar e orientar a implementação ao nível nacional. Os Comitês são também responsáveis para a iniciação de projetos.

.k) Protocolos

De acordo com SADC, (2005, p.2) Os estados membros celebraram protocolos em várias áreas de cooperação que definem o escopo e objetivos, bem como mecanismos institucionais para cooperação e integração. Os protocolos são aprovados pela Cimeira sob a recomendação do Conselho, sendo que cada protocolo fica aberto à assinatura e retificação de cada estado membro, obrigado a ajustar seus dispositivos legais nacionais em concordância com o documento.

Cada protocolo é obrigado o seu registo pelo Secretariado Executivo da SADC, o Secretariado da Organização das Nações Unidas e da Comissão da União Africana.

2.5 Estratégia Económica Regional da SADC

A integração económica acontece quando se desenvolvem medidas para eliminar barreiras existentes entre diferentes economias nacionais, Balassa (1962: 1). Ela própria o aumento do volume de comércio externo e a diversificação dos produtos nos mercados nacionais participantes. Há ganhos pelas economias de escala, assim como há o aumento da competitividade internacional. As características gerais dos acordos de integração económica internacional e regional são a supressão de alguns dos itens de discriminação entre os países membros, a manutenção da discriminação em relação ao resto do mundo em vários aspetos e a limitação do uso unilateral de determinadas medidas de política comercial entre os países membros, segundo Robson (1980.2).3.

A atualidade recente em face da problemática da adoção da estratégia regional da SADC, num contexto internacional marcado por uma multiplicidade de problemas e de desafios que entre outros denominam: crise política ou de liderança, conflitos políticos, crise alimentar, crise energética, crise climática, e pobreza etc. em certa medida vão aumentando a tensão e a dose de já fragilizados dos governos do continente, estando tão expostos e concorrendo noutros males. (ROCHA 2010).

A transformação da SADCC em SADC tinha como objetivo promover uma maior cooperação e integração económicas, com vista a apoiar na abordagem dos vários fatores que terão tornado difícil de sustentar o crescimento e o desenvolvimento socioeconómicos, considerando a contínua dependência da exportação de alguns produtos e matérias-primas primários.

O Tratado da SADC preconiza que os aspetos relacionados com a integração e cooperação na região se expressam através de protocolos que estabelecem o quadro legal para a sua implementação. O Acordo que emenda o Tratado da SADC define as prioridades estratégicas e a sua agenda comum, visando providenciar a direção estratégica aos programas, projetos e atividades, estabelecendo a ligação dos objetivos e prioridades estratégicos com as políticas e estratégias a serem seguidas.

Em 2003, foi aprovado o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), que providencia uma agenda coerente e abrangente das políticas sociais e económicas para os próximos quinze anos. O RISDP baseia-se na visão da SADC, que indica as diretrizes para o desenvolvimento da Região e apoia -se no enunciado da missão da SADC.

Julgamos que a estratégia regional da SADC no contexto atual do processo da consolidação da estabilidade política económica e social, constitui o objetivo macro primário através do qual melhorar os mecanismos de concertação económica e política de caminhos rumo ao desenvolvimento, apesar de que as assimetrias definem-se como o tratamento diferenciado dos países tendo em conta o seu grau de crescimento económico e social. Neste sentido, a SADC, assume o papel objetivamente de assegurar os interesses dos países mais desenvolvidos. Considerando a partida que os países mais desenvolvidos desarmam-se quanto mais cedo possível, assim, acelerando mais os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos sucessivamente.

Em face disso, a SADC através do Protocolo Comercial, definiu a integração grupal dos países em função ao seu nível e o grau de desenvolvimento, assim ordenados:

Grupo I – o grupo de Países da União Aduaneira da África Austral (SACU), considerados os mais desenvolvidos e cuja integração de mercado e nível de desenvolvimento institucional os coloca numa posição de relativa vantagem em relação aos restantes parceiros. Inclui a África do Sul, o Botswana, o Lesoto, a Namíbia e a Suazilândia.

Grupo II – os países “de rendimento médio” ou países em desenvolvimento, de acordo com a terminologia das Nações Unidas (NU). Inclui as Maurícias e o Zimbabué, não tendo sido considerados os países em desenvolvimento membros da SACU.

Grupo III – os países menos desenvolvidos (PMD), de acordo com a terminologia das NU, que são o Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia. Não inclui os PMDs da SACU.

Princípios: de acordo com a Estratégia de Moçambique para o processo de integração regional na SADC, (S.D), definiu princípios estruturantes para avaliação do impacto ao longo do deste processo, nomeadamente:

- **Livre adesão** — baseada na avaliação realista de custos e benefícios.
- **Win/win** — no balanço geral, todos os participantes devem ganhar (não deve haver perdedores).
- **Assimetria**— é preciso que haja em vista solidariedade política e moral sobre qual os países membros mais desenvolvidos fazerem mais sacrifícios (e mais cedo um tanto quanto possível) com os países menos desenvolvidos. Lembrar também que as assimetrias existirão sempre em cada país, na proporcionalidade populacional, mas do modo positivo, claro.

Como forma de eliminar gradualmente as TBT entre os Estados Membros da SADC e outros blocos regionais e internacionais de comércio para promover a qualidade de infraestruturas, está a ser implementado o “Programa da SADC em Normalização, Garantia da Qualidade, Acreditação e Metrologia (SQAM)”. Com a implementação deste programa a região tem estado a dar passos positivos nesta área, destacando-se os seguintes aspetos:

- No âmbito da normalização: a harmonização de normas que constitui base para a harmonização da regulamentação técnica, com 53 normas já harmonizadas e ainda o apoio a ações de formação nos países membros;

- No âmbito da acreditação: a criação e reconhecimento do sistema regional e a formação dos pontos focais nos países da região. Neste âmbito foi criada a SADCAS, uma entidade registada no Botswana, que vai fornecer serviços de acreditação aos países da região;
- No âmbito da metrologia: a harmonização da legislação e da regulamentação, a formação, o desenvolvimento do Sistema Inter Africano de Metrologia, a criação de algumas infraestruturas básicas e ainda o apoio à acreditação dos laboratórios de calibração.

Neste contexto, exige os países Membros do Bloco contribuições para o **Fundo da Solidariedade Digital**, criado a ajudar a equilibrar o fosso numérico que separa a África do Mundo Desenvolvido e cada vez mais global.

O RISDP considera como área de intervenção catalítica a liberalização do comércio e da economia para que haja uma integração mais profunda e para a erradicação da pobreza.

Neste contexto as metas estabelecidas para a liberalização do comércio são:

- A criação da zona de comércio livre (2008);
- A criação de uma união aduaneira (concluir as negociações em 2010);
- O estabelecimento do mercado comum da SADC (concluir as negociações em 2015);
- A união monetária (introdução da moeda única em 2018).

O potencial económico de Angola manifestou-se, no entanto, ao nível do que constitui a grande prioridade da SADC: a garantia da estabilidade política e militar da região. Neste domínio, pode-se afirmar que Angola esteve sempre à altura dos seus compromissos regionais. Para além da decisiva ajuda aos povos da África do Sul e da Namíbia na instauração de um regime democrático e livre nos respetivos países, Angola constituiu militarmente para a estabilidade nos seus vizinhos do Norte, o Congo Brazzaville e o Congo Democrático.

Qualquer compromisso de Angola foi cumprido sem interesse económico ou hegemónico, mas apenas para fins de estabilidade política interna e regional, o que constituiu o sentimento de solidariedade na satisfação dos objetivos estratégicos da SADC para a região austral. Fruto do seu desempenho constituído na estabilização regional, este país possui hoje, um poderio de capacidade de intervenção militar na região. Além disso, Angola é um dos poucos países da África Austral que politicamente

está em condições de ombrear com a África do Sul e servir de contrapeso nas eventuais tendências hegemónicas deste país quanto à região em si do continente.

Dados recentes indicam que de um PIB total da SADC de 107.580 milhões de USD, mais de 80.000 milhões de USD, ou seja, quase 80%, pertencem à África do Sul. O potencial de expansão económica é evidente.

Angola define-se como um dos países mais estáveis da região e aquele que regista os mais elevados índices de crescimento económico sustentável. Na sua estratégia de expansão iniciou, um processo de internacionalização da sua economia, com importantes investimentos fora das suas fronteiras. Angola é parte do processo de integração regional em todo seu percurso definido e deve por essa razão estrutura-se do ponto de vista industrial considerando a sua situação geoestratégica privilegiada, das suas potencialidades em recursos naturais e das suas vantagens comparativas e competitivas que possui de modo a facilitar o acesso ao mercado regional estimado em cerca de 230 milhões de consumidores.

Grande parte do trabalho da SADC em cooperação económica destina-se a estabelecer uma zona de comércio livre tripartida entre as regiões abrangidas pela SADC, a COMESA e a Comunidade da África Oriental. O acordo tripartido da COMESA-EAC-SADC foi estabelecido em 2005 com o principal objetivo de reforçar e aprofundar a integração económica na região austral e oriental de África.

A visão e a estratégia na qual a agenda de cooperação tripartida se baseia é posta em prática através de um programa de trabalho cujos principais pilares incluem:

- Harmonizar e melhoramento da funcionalidade dos acordos e programas de comércio regional, incluindo o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre abrangendo os seus 26 países membros;
- Aumento da facilidade do comércio para melhorar o fluxo de mercadorias em corredores de transporte, através da redução dos tempos de trânsito e dos custos das trocas comerciais. Já estão a ser alcançados progressos significativos no Corredor Norte-Sul, que foi implementado como piloto desde 2007;
- Planeamento e implementação conjunta de programas de infraestruturas constituídos sobretudo por transportes de superfície (rodoviários, ferroviários, postos de fronteira, portos marítimos) e aéreos, TIC e energia. Reforçar a interligação física através do desenvolvimento de infraestruturas e melhorar a eficiência operacional dos postos fronteiriços

- e dos postos marítimos são fatores importantes para acelerar o desenvolvimento económico, além de facilitar e expandir o comércio inter-regional e internacional; e
- o Livre circulação de empresários na região tripartida para facilitar as atividades comerciais.

De ênfase refletida sobre a importância que se resume da questão, de acordo com Tjonnelando (2011,p.7), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), tem sido o maior instrumento e organismo a promover a cooperação no desenvolvimento de infraestruturas na África Austral. Procurou estabelecer nos primeiros anos da sua criação, uma redução de dependência em relação á África do Sul, seu maior objetivo para o antecessor da SADC, a Conferencia de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). O outro segmento da atual SADC, o Estados da Linha da Frente, centrou-se essencialmente em questões políticas e no apoio à luta de libertação dos povos da Namíbia e de África do Sul. Com a independência da Namíbia e o fim do regime de apartheid na África do Sul, as condições para acelerar o desenvolvimento mudaram consideravelmente.

A África do Sul aderiu à SADC e concomitantemente a isso, os objetivos da organização foram redefinidos com um programa de ação mais centrado na integração económica. Considerando o mar das dificuldades em transformar o seu programa de ação num programa de integração económica claramente definido, assumiu a tomada de medidas complementares em 2001, ao centralizar a coordenação e a implementação dos programas da SADC num Secretariado da SADC fortalecido, com sede em Gaborone.

A criação de grupos sobre áreas prioritárias entre a SADC e parceiros. Desta iniciativa, veio juntar-se os grandes ganhos através da Conferencia Consultiva Internacional sobre a Pobreza da SADC, que se realizou nas Ilhas Maurícias em Abril de 2008, ao lançar algumas bases para ajudar a reforçar o foco da SADC na pobreza, considerar outro resultado de marca da cooperação a Declaração sobre a Erradicação da Pobreza e o Desenvolvimento Sustentável, assinada pelos Chefes de Estados e do Governo da SADC.

2.6 Teoria Económica da Integração Regional da SADC

A perspetiva da teoria económica da integração na sua conceituação e formalização mais elaborada remonta desde ao trabalho seminal de acordo com Viner (1950), apud Ferreira, (2009, p.66) no seu trabalho de “Integração Económica em África: Poder e Identidade”. O processo de integração económica regional em África tem mais de quarenta anos, remontando aos primeiros anos de 60, para não referir os casos desenvolvidos em alguns países, ao tempo ainda colonial. É um facto que, desde muito cedo no início do processo das independências dos povos africanos, o discurso institucional, nomeadamente da Organização da Unidade Africana OUA, ou nacional, através dos seus líderes políticos, apontou a cooperação e a integração regionais como um fator, para uns decisórios, para outros supletivos mas de um enorme importância, impulsionador do desenvolvimento económico nacional e um meio de quebrar a fonte de dependência comercial externa.

Ainda na sua abordagem perspectiva reafirma que ao longo do período de realização a teoria económica recebeu várias contribuições que deram um maior impulso e dinâmica em seus processos de transformação e multiplicação, como é o contributo de Gehels (1956), Lipsey (1957), Meada (1956), Mundell (1964) e Cooper- Massel (1965), lançaram as bases daquilo que é hoje usual denominar-se a teoria ortodoxa ou tradicional de integração económica.

É consenso comum que qualquer criação de uma organização regional promotora da integração económica dos seus mercados nacionais baseia-se na adesão voluntária dos seus membros. Contudo, as suas estruturas económicas e políticas não têm que se encontrar necessariamente no mesmo patamar de desenvolvimento. Onde, individualmente, cada Estado membro tem um poder económico, político e militar ou um reconhecimento e um estatuto regional e internacional diferentemente dos outros membros e que lhe permite atuar de conformidade com os seus poderes.

Apesar tratar-se uma matéria de consenso o exercício do poder soberano residir fundamentalmente no peso do poder real sobre os outros Estados, ao mesmo tempo que se considera necessária o fator solidário, entre os povos ou seja membros fortes e fracos em seu peso.

É igualmente verdade que o processo de integração económica regional em África já remonta ao período longínquo. Sucessivamente reafirmado pelos dirigentes africanos como um imperativo consumado para a unidade continental e para a promoção do

desenvolvimento nacional e coletivo de África, o seu desempenho, no entanto, deixa uma sensação de frustração. Poder e identidade sempre estiveram ligados e condicionados um ao outro o andamento daqueles agrupamentos.

Se por um lado, o exercício do poder regional por parte de países cuja diferença de desenvolvimento económico, político e institucional é evidente, assegurar, tem feito retrair o empenhamento dos restantes países africanos membros, não obstante o aparecimento da CEDEAO em 1975, como forma de disputa regional da Nigéria face ao Senegal e à Costa do Marfim, estes dois integrados na CEAO que anteriormente tinham surgido, ou a recomposição dos poderes de afirmação regional com a entrada da África do Sul para a SADC ou até mesmo a inclusão da R.D.C, (apesar de ser considerado como um país da África Central), ou ainda outra realidade fundamentada com a entrada de Angola na CEEAC (que se refere à África Central), portanto, são elementos que refletem muito bem que a identidade geográfica pouco ou nada conta nestes processos, dependendo muito dos interesses do peso político e económico, associado sob comando de equilíbrios políticos regionais. Podemos julgar também que não é de estranhar, neste contexto, que a resistência à perda de soberania nacional para os agrupamentos regionais seja uma das suas manifestações mais evidentes. Trata-se daquilo que Deng (1996, p.49) apelida de “ incompatibilidades” relacionadas com questões tangíveis, tal como a distribuição do poder ou da riqueza, ou intangíveis, estas diretamente ligadas às várias identidades, nacional, cultural ou moral.

Sobre esta matéria, é pertinente aferir as contribuições defendidas segundo Gehels (1956), Lipsey (1957), Meada (1956), Mundell (1964) e Cooper- Massel (1965), através das quais estabeleçam a formula segundo a qual, a criação de qualquer organização regional antecede de cumprimento de princípios e mecanismos viáveis de acordo com o seu poder ou peso político e económico, quer seja forte ou fraco, sem recorrer a alguma influencia externa. O mais sensato disso, é a base de adesão que se circunscreve no primado de voluntariedade, não sendo contudo, imposição ou coação política. Havendo necessariamente que respeitar ao princípio da universalidade aceite com base no direito internacional público e das demais Cartas das despectivas Organizações internacionais (ONU, UA e SADC). Assim como aquilo que chamou de teoria ortodoxa ou tradicional de integração económica.

Apesar de que e, nem sempre, a grandeza de um Estado ou país, se revela como sinónimo de mais valentia no contexto do primado no estabelecimento das relações bilaterais, isto sim, é determinado como se sabe, pelo fator PIB de cada país e

fundamentalmente considerar os princípios que assentam na unidade nacional da nação, na identidade cultural, na promoção do desenvolvimento nacional e coletiva, pelo respeito a ordem constitucional.

2.7 Obstáculos à integração Regional na ASDC

Apesar de termos afirmado que no capítulo antecedente, sobre a longínqua trajetória do processo de integração regional de África, é importante que se diga o quanto, no meio de todos estes entraves, a integração económica africana assumiu, nos primeiros anos após o início da vaga de independências no continente, características bem mais próximas da cooperação económica do que de uma verdadeira integração tradicional ou seja a mais desejada dos seus mercados, de acordo como o estipulado na teoria económica da integração.

Embora isso, o movimento de cooperação e integração regional em África seja uma realidade de algumas décadas, pois as dificuldades sentidas pelos seus membros em aprofundar as suas relações políticas, económica e culturais, antes do mais comerciais, evidenciam a existência de inúmeros fatores que condicionam a prossecução desses objetivos.

Como é evidente, estes fatores não são somente exclusivamente económicos. É certo que, na maior parte dos casos serão obviamente determinantes na articulação das relações entre os Estados membros e, senão mesmo com os blocos regionais em si. Não obstante que por um lado outros de índole histórica possam igualmente desempenhar um papel saudável. Por outro, a reflexão e o balanço que se faça sobre a prática e os resultados alcançados pelas organizações regionais africanas de integração económica necessitam de ser analisadas e questionadas à luz das particularidades próprias dos países em desenvolvimento, considerando o seu peso político e económico neste contexto.

2.8 A Crise dos Valores na Integração Regional

Na era do mundo contemporâneo e clássico, os valores tenderam sempre ao de cima, ou seja, a história recente universal mostra o quão é tão importante a preservação dos valores, ao mesmo tempo que em alguns casos, a sua imposição torna-se num ato formal, sobretudo no caso dos alunos, assim como as revoluções industriais da época,

tiveram sempre em atenção os laços históricos culturais com respeito as tradições primitivas.

O estabelecimento das relações de cooperação e de concórdia, visam essencialmente os valores cimeiros da união e de espiritualidade comum. Não obstante algumas contradições e ou divergências na tomada de posições diferentemente das opções de afinidades culturais.

De acordo com o Santos (2008,p.60), afirma que; a crise dos valores continua a ser para mim outro motivo de profunda preocupação. Pode uma sociedade política funcionar sem valores? Creio que não, é difícil pormo-nos de acordo sobre a resposta negativa. O vazio ético, ou tão só a anomia dos valores éticos, conduz a anarquia, que é a negação de uma sociedade política organizada, enquanto comunhão de destino.

Mas se é certo que, eticamente, ainda não bateram no fundo, alguns dos mais significativos valores morais e societários, de géneses confessional, racional ou consuetudinária, vertiginosamente se apagam. A família, enquanto primeira célula coletiva e primeira escola, dissolve-se, as entidades espirituais, enquanto travão ético, perdem autoridade e acatamento. A velha escola oficial enfrenta a competição das maiores escolas mediáticas e perde.

2.9 Experiencias de Integração da SADC versus CEEAC

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) reconhece que, em ordem de atingir com sucesso os objetivos estabelecidos no Tratado (1992), exige-se empenhamento político e mecanismos efetivos e apropriados, para tornar um participante ativo nos mercados regionais e internacionais. Reconhece-se igualmente, que “ *nenhum país da Africa Austral poderá atingir, isoladamente, este estatuto*” (SADC,1992).

No entanto, entende-se que o mais importante para a Organização é a elaboração e adoção de um quadro político de cooperação, o qual contemple aspetos como: a) maior cooperação e integração económica, na base do equilíbrio, equidade e benéfico mutuo, e a qual permite o investimento e comércio além-fronteira e uma movimentação mais livre de fatores de produção, mercadorias e serviços no interior das fronteiras nacionais; b) valores e sistemas económicos, políticos e sociais comuns, os quais realcem a iniciativa e a competitividade, a democracia e a boa governação, o respeito pela lei e a garantia dos direitos humanos, a participação popular e o alívio da pobreza; c) reforço

da solidariedade, paz e segurança regionais, com vista a que o povo da região viva e trabalha conjuntamente em paz e harmonia. (SADC,1992).

As diferenças socioeconómicas no seio de cada um dos blocos e entre os blocos são muito grandes, quando avaliadas em função de indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, população, valor do comércio, externo, rendimento disponível e sua distribuição, etc. as assimetrias regionais, sociais e étnicas são, também, assinaláveis nos países em vias de desenvolvimento (PVDs) integrantes de blocos com a **SADC, CDEAO/ECOWAS, CEA e MERCOSUL**.

Os discursos dos países mais desenvolvidos e das agências internacionais como ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) têm tido um corte nitidamente liberal. No entanto, isso tem contrastado com a existência de políticas e práticas proteccionistas dos blocos em relação a países – terceiros, com destaque para as restrições nas importações de produtos agrícolas provenientes dos PVDs.

Por outro lado, a SADC reconhece que o sucesso da integração económica na África Austral “ dependerá do grau de existência de *instituições nacionais e regionais*, com adequadas competências e de capacidades para estimular e dirigir, de modo eficiente e eficaz, o complexo processo de integração”, bem como implicará “o reforço dos poderes e capacidades dos órgãos regionais de decisão. Anteriormente, as decisões eram tomadas por Estados individuais, havendo com efeito, a partir de agora serem tomadas regionalmente e aquelas tomadas a nível nacional deverão por isso, ter em consideração posições e circunstâncias regionais.

E, de uma forma pouco explícita, a SADC reconhece também a necessidade de se rever o conceito de soberania, quando afirma que “ a tomada de decisões a nível regional implica também mudanças onde e no contexto em que a soberania exercida não é uma perda de soberania” (SADC,1992). A experiência comparativa entre a SADC e a CEEAC que se apresenta tem como objetivo fundamental listar e cotejar, do ponto de vista económico, social e, em determinadas circunstancias, político, as vantagens e os inconvenientes de Angola estar inserida nestes espaços regionais africanos⁷.

Num momento em que o país se encontra num processo profundo de criação das condições para a reabilitação das infraestruturas e o relançamento da atividade

económica, torna-se útil avaliar os resultados económicos da sua integração na SADC e na CEEAC, nos termos seguintes:

- 1) Em que estado de implementação se encontram as diferentes políticas de liberalização do comércio?
- 2) Tem-se registado uma efetiva convergência entre os países no concernente às taxas de crescimento e aos níveis médios de rendimento? E de que modo as desigualdade regionais têm-se comportado?
- 3) Até que ponto tem sido a integração regional a locomotiva do crescimento interno -no caso em que registaram taxas convenientes de variação do Produto Interno Bruto? Ou será que no caso de países como Angola, Gabão, Guiné-Equatorial, Congo, Camarões, Chade, etc., concentrados numa economia mineral de enclave, o crescimento é muito mais extrovertido e bastante divorciado das dinâmicas de convergência comunitária e de liberalização das trocas.
- 4) Como se encontra a competitividade em cada um dos 22 países destes dois espaços económicos? E como tem sido a respetiva tendência de mudanças⁸.

Segundo o Relatório do Ministério do Planeamento de Angola (2003), a SADC e a CEEAC são espaços heterogéneos nos assuntos das suas características económicas, sociais básicas e gerais, e divergentes, em matérias de processos de obtenção de níveis de desenvolvimento próximos. Qualquer uma delas representa processos de construção económica lentos (as dinâmicas de convergência são, na maior parte dos casos, negativos e representadas por índices e coeficientes de baixo valor) e sem uma via clara de prossecução.

As políticas económicas de cada integrante parecem estar mais ajustadas e preocupadas com os subdesenvolvimentos internos e as formas de os extinguir ou, pelo menos, amenizar, do que com os grandes desígnios da integração económica. Países que há, a mais tempo pertencem a SADC e à CEEAC do que Angola, ainda não conseguiram transformar em bem-estar nacional o que a teoria do livre-câmbio aponta como os grandes benefícios da liberdade de comércio.

⁷ As mais recentes tendências do comércio internacional levaram a intensificação das trocas entre países desenvolvidos e industrializados em gama de produtos semelhantes. Diferenças de produtividade, qualidade e preferência dos consumidores explicam porque o comércio se efetiva.

⁸ Na realidade há três zonas, ao considera-se a COMESA. Deixando os aspetos económicos de constituir critérios fundamentais de diferenciação entre os países – dada a relativa homogeneidade e semelhança entre si – são chamados outros atributos diferenciadores, como os culturais e mesmo os religiosos. Dum ponto de vista cultural, Angola está bem mais inserida na CEEAC do que na SADC, aspeto que pode ter sido reforçado pela imigração forçada para com os dois Congo durante o conflito militar. Também do ponto de vista religioso a convergência é muito mais acentuada com os países da francofonia. Até que ponto estes valores são suficientemente dominadores para se sobreporem aos económicos é uma questão de reflexão. Que na SADC.

A grande maioria dos países destes espaços enfrenta desafios importantes, não dispendo de potencialidades equivalentes. Angola pode ser considerada como uma das principais exceções, justificada pelas reservas minerais, hídricas, energéticas e humanas que ostenta.

No entanto, as opções estratégicas em política económica podem apresentar-se difíceis no contexto duma equação de integração regional que não apresenta muitos graus de liberdade e complexidade pelo fato de se pertencer a dois agrupamentos muito diferentes em atributos físicos, económicos, sociais e institucionais.

Na verdade, é fundamental não perder de vista que no passado e atualmente a intensidade de comércio externo entre os países da SADC é praticamente nula, exceção feita às trocas entre as economias dominadas pelo rand sul-africano e a própria África do Sul e que se constituíram na SACU (South African Customs Union): Botswana, Lesoto, Namíbia e Swazilândia⁹. Alterar este quadro estrutural de baixa intensidade de trocas comerciais intra - SADC, num contexto de crescente globalização das economias e de forte concorrência entre produtos, com certa que será difícil, exigindo, para além de políticas adequadas e concertadas, uma apertada vigilância à proliferação do contrabando de produtos de origem extra à comunidade regional.

O desemprego é outro dos grandes problemas da região, de par em par com a pobreza, sendo duvidoso que simples abertura das fronteiras economias possa trazer um forte contributo para o seu desalento. A rica África do Sul apresenta-se como um dos recordistas mundiais em matéria de desemprego, com uma taxa que ronda os 40% da população ativa.

Angola, devido a excessiva extensão temporal do conflito armado interno e às inadequadas políticas de desenvolvimento apresenta uma taxa de desemprego estimada entre 27% e 30% da respetiva população ativa. Estas elevadas taxas de desemprego são, com certeza, um forte óbice à redução da pobreza e podem contribuir para uma ainda maior proliferação do VIH/SIDA.

⁹ A SACU acaba por ser um círculo de países que gravitam na órbita dos interesses económicos – tarifas aduaneiras comuns, mecanismo de repartição de receitas alfandegárias – e políticas da África do Sul.

Ainda e de acordo com o referido Relatório, a avaliação do desempenho do principal foco e prioridades para o exercício fiscal de 2013/14, podemos constatar o quanto todos os Estados membros partes da ZCL da SADC eliminaram as barreiras tarifárias ao comércio intra-regional, excepto a Tanzânia e o Zimbabwe, que solicitaram derrogação da implementação dos seus compromissos tarifários.

Um dos grandes receios é que a Zona de Livre Comércio e o próprio Mercado Comum desta zona acabem, também, por ser instrumentos de crescimento económico da África do Sul. Os países membros da SACU acordaram liberalizar muito mais rapidamente os regimes tarifários do comércio externo do que alguns membros da SADC, entre os quais Angola. Este compasso de espera terá de ser aproveitado no sentido de se melhorarem as condições para uma maximização das vantagens associadas à liberalização das trocas comerciais

Breve história da CEEAC

A região Central do continente tem sido caracterizada como uma zona de África bastante problemática. A partir dos anos 60, altura em que grande parte destes países se tornou independente, tem vindo a registar inúmeros conflitos, não só de ordem interna e infraestrutural, (fruto de processos independentistas mal conduzidos) como também de conflitos inter- estados, motivados fundamentalmente por razões étnicas.

Por outro lado, sendo a RDC um país muito rico em recursos naturais e minerais, cobiça dos países fronteiriços e alguns interesses externos têm dificultado tão almejada pacificação da região. De modo que a cooperação e integração regional nesta área geográfica do continente, é ainda determinada e condicionada por fatores de natureza política, de paz, estabilidade e segurança, cujo epicentro desestabilizador se localiza na região dos grandes lagos.

A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) resulta da fusão entre a União Económica e Monetária da África Central (UDEAC) e a Comunidade Económica dos Estados dos Grandes Lagos (CEPGL) (Burundi, Ruanda e o então Zaire (RDC)). Criada em 18 de Outubro de 1983, tem a sua sede em Libreville no Gabão, sendo constituída por onze Países, com uma população total estimada em 235 milhões de habitantes. A entrada de Angola para a Organização, primeiro com o estatuto de observador (1998) e depois como membro de pleno direito (1999), deveu-se a razões de

natureza política, partilhando uma extensa fronteira À Norte e Nordeste com a RDC (cerca de 2500 km), o país precisava de controlar as incursões e apoios que a UNITA recebia a partir daquele país, bem como a imigração ilegal que praticava o garimpo nas áreas diamantíferas.

Esta Comunidade Económica é formada por países produtores e exportadores de petróleo (Angola, Camarões, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe), dos quais Angola é o mais representativo, com uma produção diária de 1,2 milhões de barris em 2005 (praticamente 60% da produção total diária da Comunidade), o que faz com o denominado “*oil map*” do Golfo da Guiné, que reúne ainda a Nigéria, a Guiné Bissau, Guiné Equatorial e o Senegal, seja um quadro estratégico de atuação dos já tradicionais Estados Unidos da América, Reino Unido e França, bem como a China e a Índia, os novíssimos elementos nesta equação.

Para a SADC, apesar dos avanços verificados nas várias áreas de intervenção da sua política estratégica estabelecida para o processo de integração, cuja experiência não pode ser considerada regular, há ainda a assinalar o fato de não existir uma “*locomotiva*” para conduzir com firmeza o processo de Integração Regional, a semelhança do que aconteceu por exemplo com a União Europeia, considerado veículo do processo de integração regional, mas que foi necessário a liderança do flanco Alemã, ao qual todos os outros membros seguiram-se a reboque. Neste contexto, convinha sublinhar que além desses aspectos visados, há ainda, a considerar os fatores sobre experiências de integração da SADC, com outras organizações regionais, agrupadas marcadamente do processo:

-
- Apesar das enormes riquezas na região, existem elevados índices de pobreza e desigualdade entre os vários países integrantes;
 - As desigualdades socio-económicas são grandes quando avaliadas através do Produto Interno Bruto, das trocas comerciais e da distribuição de rendimentos. As duas grandes economias da SADC são a África do Sul e Angola cujos rendimentos nacionais brutos representam 76% das potencialidades da região.
 - Poucos países da África Austral tiveram alternância política.
 - Na SADC, a integração e o impacto na vida dos cidadãos são fracos, devido à ausência de qualidade, natureza, objetivos e vontade política das lideranças dos Estados Membros.
-

- Os líderes do continente e da região preocupam-se com os objectivos a atingir, mas dificilmente encontram a coesão necessária para fazer a integração funcionar.
- No contexto actual não há livre circulação de pessoas e bens, a não ser num número reduzido de países.
- Muitos dos acordos ficam no papel, porque os Estados os ratificam apenas para manter o compromisso mas sem vontade de os colocar em prática.
- Há grande desconhecimento por parte dos cidadãos sobre o que é a SADC e quais os benefícios dessa organização.
- Os governos da SADC têm enormes desafios no que concerne à Democracia, ao respeito e à protecção dos Direitos Humanos.
- Constata-se uma politização dos tribunais e os partidos da oposição são pouco expressivos.
- A corrupção, as restrições à liberdade de imprensa e a violação dos direitos dos cidadãos são grandes obstáculos à democracia. A alternância na obtenção da eficácia da estratégia económica e política na SADC, é suposto adotar mecanismos que podem ser viáveis para a integração regional:

-
- Adopção de uma estratégia política/comercial para a integração económica regional.
 - Avaliação do impacto da SADC na vida das populações.
 - Criação de mecanismos que garantam a participação efectiva dos cidadãos nos processos políticos e de desenvolvimento regional, através de processos de sensibilização e informação.
 - Inclusão de Protocolos relativos aos Direitos Humanos na região.
 - Introdução de mecanismos de monitorização da implementação dos Protocolos de Cooperação.
 - Garantir o envolvimento do sector privado na criação de um mecanismo institucional para as questões económicas regionais.
 - Harmonização das normas internas de cada Estado com os protocolos assinados na Região da SADC
 - Ratificação por parte de Angola do Protocolo de Isenção de Vistos na região.
 - Garantir maior coordenação e articulação intersectorial entre os Estados e as organizações da Sociedade Civil a nível da SADC.
 - Implementar reformas jurídico-constitucionais que assegurem uma maior participação dos cidadãos.
 - Criação de uma massa crítica da região através do intercâmbio das comunidades académicas e universitárias.

A grande evolução que se assiste no mundo da atualidade tem imensas influências, nem todas positivas, na África subsariana, e portanto, nas duas regiões em análise. Os grandes avanços verificados pela desburocratização dos sistemas democráticos, pela liberalização da economia mundial e pela globalização têm-se feito sentir na maioria dos países pertencentes à SADC, à CEEAC ou ambas as organizações.

Desenvolvimento Económico e Humano na SADC

O índice médio de crescimento registado na SADC foi o mais baixo em África, pois as outras regiões conseguiram registar índice de crescimento económico¹⁰. Esta tendência de estagnação dos índices de crescimento da economia da SADC é atribuída a vários fatores, dentre os quais se incluem a redução registada no ritmo de crescimento da economia Sul Africana, a maior economia da região, os efeitos negativos da seca prolongada que afetou a região nos últimos anos, a instabilidade política registada em alguns países, o agravamento de impacto económico e social do HIV&SIDA, e a fraca recuperação da economia global.

No entanto, o crescimento económico não foi homogêneo em toda a região. Não obstante a desaceleração registada em relação a 2002, Moçambique, Angola, Malawi e a República Unida da Tanzânia, continuaram a registar os índices de crescimento mais elevados na região, com 7%, 6,2%, 5,9% e 5,5%, respetivamente.

No que diz respeito ao Desenvolvimento Social e Humano é preferível observar os principais desafios enfrentados pela Região continuam a ser a *“pobreza e o alastramento do HIV e SIDA e de outras doenças transmissíveis”*. Na Região, dos cerca de 200 milhões de habitantes, 70 milhões ainda vivem abaixo do limiar da pobreza internacionalmente aceite de 1 (um) dólar americano por dia. O grau da gravidade e o impacto do HIV e SIDA na SADC, são outros indicadores que já estão a afetar a capacidade produtiva das comunidades, empresas e governos. Assim, a epidemia constitui, presentemente, o constrangimento mais grave que afeta o desenvolvimento da Região¹¹.

¹⁰ Este dado é válido se comparado com os Agrupamentos da União Africana e os Grupos Económicos Regionais. Isto é comparando a SADC com os outros agrupamentos económicos regionais ou comparando a sub-região da África Austral a outras sub-regiões africanas.

¹¹ Secretariado da SADC - Relatório Anual 2003-20, Agosto de 2004.

Mas, nem por isso, as experiências de outras latitudes regionais se afastam a possibilidade de uma reflexão simplesmente pelos laços culturais e linguísticos, aspetos muito mais fundamentais através dos quais assentam o recurso dos interesses de cada Estado membro da Comunidade ora integrada. Assim, podemos destacar numa breve análise histórica, os Blocos regionais como é os casos da União Europeia e o MERCOSul. União Europeia (UE) é uma organização continental, que congrega cerca de 27 países, cujos destinos passaram a estar mais profundamente ligados, com a constituição, a partir de Janeiro de 1999, da União Económica e monetária (UEM).

A UE consolidou os processos democráticos realizados no seio dos países-membros garantiram uma disciplina financeira coletiva. Apesar desses avanços, ainda tem assegurado o crescimento económico visível: as taxas de crescimento das economias europeias têm sido baixas e não acompanhadas pela subida das taxas do desemprego. Isto faz com que subsistam dúvidas quanto ao futuro de uma organização, cuja viabilidade irá depender gradualmente de seu sucesso económico.

Ao contrário da UE, as instituições do MERCOSUL não estão concluídas. Ou seja, não é provável que o MERCOSUL, evolua sem que sejam eliminados os obstáculos dos sistemas burocráticos existentes no caminho que irá conduzir a criação de um mercado, mutuamente vantajoso e em igualdades de circunstâncias. E o fato de não conseguir pôr em funcionamento os instrumentos básicos para uma *área de comércio livre* e uma *união aduaneira*, de acordo com Michael Reid (“The Economic”, 1996). As enormes possibilidades demonstradas pelo MERCOSUL favorecem a criação de poderoso lobby, particularmente ao nível do setor privado e da classe política brasileira. **O MERCOSUL é visto como *exemplo da união aduaneira* mais avançada *existente na América Latina*.** Num mundo cada vez mais em transformação acelerada, impõe-se a definição de regras de convivência desburocratizada. O MERCOSUL, vale sublinhar que está virado tanto para a *UE, como para o Acordo de Comercio Livre da América do Sul*, em princípio, ganharia mais do que perderia com o acordo de comércio livre com os EUA.

CAPITULO III. O Estado da Arte da Integração Política e Económica no Sistema Internacional Contemporâneo

3.1 A SADC versus UE

O objetivo central desta abordagem consiste em estabelecer uma análise sobre os processos de integração regional existentes na SADC e na União Europeia. Neste contexto, apesar dos objetivos e das finalidades aparentemente serem os mesmos, é suposto que os dois continentes sofrem processos distintos de integração. Isto porque cada qual possui a sua cultura, sua política económica e outras especificidades.

A resenha que se pode fazer, começa com o tratamento de breves aspetos históricos, políticos e jurídicos do processo de integração europeia e as fases desse desenvolvimento, ao qual, como é reconhecido, iniciou na década de 1950 com a união de apenas seis países. A partir deste período até aos dias de hoje, a União Europeia, com carácter de supranacionalidade, sofreu muitos avanços e retrocessos no seu processo de integração regional. Este amadurecimento atualmente, ocorreu principalmente pela intervenção e pela articulação pacífica e habilidade de Jean Monet como mentor deste processo, sendo este, junto de Robert Schuman, os principais protagonistas desta realidade¹².

Neste processo de integração regional da União Europeia, ressalta-se um fato curioso que tem haver com a adesão da Turquia a União Europeia, fomentado pela diferença cultural e religiosa, considerando que a Turquia, passa a fazer parte da UE, é o único país de origem islâmica, enquanto que os restantes 27 estados possuem origem judaico-cristã.

No entanto, se a posição geográfica turca pareça ser um ponto de interesse económico do bloco, num prisma diametralmente oposto, a fobia ao Islã decorrente especialmente do “ pós-11 de Setembro”, sua proximidade ao Iraque, Síria e Irão, a existência de conflitos armados com alguns deles e a possibilidade de movimentos terroristas no continente devido a ligação entre terrorismo e islamismo foram decisivos contra a adesão turca.

¹² TAVARES, Antonio Augusto Goncalves, Regionalismo e Integração, Reflexões sobre o Processo Evolutivo do MERCOSUL e a sua Inspiração no Modelo da União Europeia, 2012.

Mesmo assim, o contexto e o rumo dos acontecimentos obrigou algum cuidado dada as certas alterações introduzidas à União Europeia pelo Tratado de Lisboa, em uma conjuntura política através da qual a predominância à falta de consenso no que a criação de uma Constituição Europeia diz respeito. O instrumento altera os Tratados de Roma e de Maastricht, conferindo a UE um enquadramento jurídico e ferramentas que lhe permite fazer face aos desafios do mundo globalizado e que não conhece fronteiras. Por meio deste instrumento, a UE passa a ser uma entidade única, dotada de personalidade jurídica própria, e mais forte para enfrentar as questões globais, políticas, económicas e sociais do bloco e do mundo. Os êxitos, os dilemas e as perspectivas da integração da SADC, bem como do aspeto histórico e especificidade do processo de integração na África Austral, e a formação de blocos económicos vêm ocorrendo no mundo todo com o objetivo de fortalecimento económico, e todos tomando por base a Europa.

É certo que a África Austral e Europa possuem diferenças culturais, económicas, históricas que não permite esperar que a integração regional da África Austral ocorra com facilidade. Um grande e recorrente desafio está na natureza das instituições da SADC e na necessidade de defini-las por intergovernamentais ou supranacionais, no qual as decisões do bloco estejam atreladas a vontade política dos Estados-membros e as normas produzidas no âmbito integracionista sejam internalizadas para produzirem efeitos jurídicos. Isto visa ao controlo político do bloco, possibilitando o veto de decisões que colocam em risco a soberania dos países membros e obstaculizaria a justa integração. Para tanto, os Estados-membros ainda precisam definir em conjunto questões voltadas a soberania, a organização política, ao desenvolvimento económico, a integração cultural, etc, para que possam chegar ao objetivo comum.

Os fundamentos do desenvolvimento da SADC no contexto do processo evolutivo de seus Estados que vêm procurando se desvincular de políticas protecionistas para se adaptarem a uma fácil e competitiva convivência internacional, são em certa medida, fatores resultantes dos vários estádios comparativos na inspiração da União Europeia. Conforme já o afirmamos no capítulo anterior, foi por meio da liberdade de concorrência estabelecida no rol de liberdade fundamentais que a União Europeia, quando estava na fase hoje vivenciado pela SADC, conseguiu chegar a fase do mercado comum.

A criação de um parlamento da África Austral como órgão legislativo, deve ser suficiente para que seu produto, a lei possa ser corroboradora por todos os países que compõem o bloco para que neles tenha validade. Busca-se um controle não apenas legal, mas também político, no desejo de uma cultura de democracia participativa e de representatividade civil, de pluralidade ideológica e política que deve permanecer todos os cidadãos da África Austral, indistintamente.

Os países da subregião austral, contudo, sempre demonstraram sua condição de desigualdade social, desarticulação política, econômica e sociais. Por conta disso, necessitam uma mudança urgente neste sentido para garantir a ruptura da subordinação do poder hegemônico¹³. Esta necessidade de coesão social, por fim, ocorrerá com esforços e acordos entre os governos e a SADC, num clima de colaboração mútua, buscando maturidade para a integração total do bloco.

3.2 Velho Regionalismo

A definição de regionalismo deve abarcar um grupo de países pertencentes a um espaço geograficamente circunvizinho. É assim que enguadramos a África austral, a África Central, a ZOPACAS e a CGG como objetos deste estudo de regionalismo angolano. O regionalismo é uma iniciativa que reforça a política e economia dos países envolvidos, projetando uma região que, caso desprovidam das políticas de integração, não teria o mesmo peso no cenário internacional. Embora não se deva abrir mão de conceitos definidos, um estudo de casos de integração regional deve considerar os vários fatores que concorrem para uma explicação satisfatória¹⁴.

Madeiros(2008), a noção de regionalismo econômico pode ser dada como a vontade política dos governos no sentido de favorecer o desenvolvimento de elos econômicos internacionais com os países geograficamente vizinhos. O termo globalização, embora comporte diversas conceituações no âmbito da política econômica¹³, caracteriza-se pelo crescimento da atividade econômica para além das fronteiras políticas, regionais e nacionais, em proporções mundiais possibilitando aos diversos atores, em movimentos migratórios, buscar nas trocas e nos investimentos o lucro pela concorrência.

¹³

Martinière, Guy. o novo dialogo América Latina-África: fundamento das relações Sul-Sul. Rio de Janeiro: Estudos afro-asiáticos, 4:50-51, 1980.

¹⁴ Guilherme Nazareno Flores – Mercosul e Uniao Europeia – O Estado da Arte dos Processos de Integracao Regional, segundo

KARINE DE SOUZA SILVA. (2014, P.321/325).

Os efeitos da globalização espalham-se em vários níveis, nomeadamente, nos planos económicos, político e social. De modo muito sucinto, podem ser descritos como: a redução da distância económica entre países, regiões e agentes; limitação da soberania dos governos nos planos nacional e internacional; perturbação dos olipólios existentes, através da mudança das regras de mercado na luta pela vantagem competitiva entre empresas de um país ou entre países; alargamento do fosso entre ricos e pobres a nível mundial e inerentes aumento de desigualdades; a resultante destes efeitos é uma “interdependência” internacional, à luz de intrincadas relações entre os mercados.

As duas grandes Guerras travadas no século xx deixaram sequelas profundas no velho continente. De acordo com Cunha (2004.p.51-51), “depois da última guerra, da qual a Europa emergiu, abalaram as suas forças vitais, a opinião europeia começou a aperceber-se pela primeira vez, da necessidade de uma série de aproximação entre diversas nações no terreno político. Afastada a ameaça de unificação sob império de um sistema autocrático e de estado, despontou a ideia de associação.

Os Estados europeus, em plano de paridade, numa construção política comum que qualquer que fosse a intensidade do veículo, a estabilidade podesse restituir a Europa o prestígio e a prosperidade perdidas em razão do antagonismo mesquinha entre os seus povos. É importante sublinhar que o Velho Regionalismo tem que ser encarado a luz de um contexto específico marcado pela bipolaridade do período da Guerra Fria.

A discussão sobre região e regionalismo é bastante variada em suas abordagens e assume diferentes perspectivas em diversas teorias e em diferentes campos do conhecimento científico. Em grande medida, para a economia, regionalismo é a ação de uma região que se “atrasou” no “desenvolvimento” que, para muitos, foi sinónimo de industrialização capitalista (MARQUES, 2007). A região tornou-se numa abordagem, o lugar das reivindicações, e tanto nela quanto o regionalismo foram apresentados como se fossem homogêneos, de onde se retirou a “vontade regional”, representação do sistema de todos.

A ressurgência do regionalismo na política mundial na segunda metade da década de 80, está associada a um universo de conjunto de transformações estruturais do sistema internacional, muitas vezes interligadas entre si.

(...). A segunda vaga (Novo regionalismo) foi impulsionada pelo atenuar (desaparecimento de alguns) desses constrangimentos que possibilitaram a aceleração de um conjunto de fenómeno que se denominou de “ globalização” e levou profundas mudanças nas relações inter-estatais de poder e de segurança. E pois, por isso, impossível dissociar o “ novo regionalismo” do processo da “ globalização”, seja este um modo de atenuar os efeitos desta (por vezes perversos), seja este um resultado natural da própria.

Dada a crescente importância das relações inter-regionais podemos dizer que o comportamento de uma determinada região terá, certamente, impacto no com[portamento das outras, sendo disto exemplo o regionalismo na UE, cujas ações provocaram e promovem o regionalismo noutras partes do mundo.

Esta “onda regionalismo” (“...alcançou extensao global, embora se tenha apresentado de maneiras diferenciadas em cada região do globo.”), (...) sendo as mais importantes:

- Fim da estrutura bipolar e do sistema de alianças que dominou o período da Guerra Fria;
- Relativo declínio da hegêmonia dos Estados Unidos em combinação com uma atitude mais positiva face ao regionalismo (pelo menos em relação ao regionalismo aberto);
- Reestruturação da economia política global em três grandes blocos: UE, NAFTA e APEC, sendo todos eles baseados em diferentes formas de capitalismo;
- A erosão de estado-nação Vestefaliano e o afirmar da interdependência económica, social e política, que resultaram em novos padrões de interação entre governos e entre atores não estatais;
- A convergência da globalização financeira, produtiva e tecnologica, que deram lugar a uma nova divisão internacional de trabalho;
- Receios em relação a estabilidade das trocas multilaterais devido ao cescendo de importância das barreiras nao tarifárias ao comércio e
- O fim do “ Terceiro Mundismo” e amudança de atitude em relação ao desenvolvimento económico(neoliberal) e ao sistema político dos países em desenvolvimento.

3.2.1 Novo Regionalismo

O mundo em que vivemos está regionalizado. Com o Mercado interno da União Europeia (UE), o NAFTA (North America Free Trade Agreement), a APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation), ou MERCOSUL (Southern Common Market), a SADC(Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), em consolidação emergente, para nomear apenas alguns, a economia política global está dividida em regiões. É aqui que entra o fenómeno que se denomina de “ Novo Regionalismo”, um fenómeno que ainda se está a desenvolver e que começou a emergir em meados da década de oitenta, em contraste com o “ Velho Regionalismo”, que se sabe, começou na década de cinquenta e foi desvanecendo na década de setenta.

a) Abordagem Conceptual

Um dos primeiros conceitos a ter em atenção é o próprio termo “ regionalismo” que é entendido por diversos autores como de certo modo, reporta-se a uma associação, entre Estados neste caso, com vista a cooperação num esforço de superação das limitações da escala estatal na resolução de problemas cuja resposta terá necessariamente de passar por regime regulatório de nível regional. Apesar disso, e particularmente no que consiste a segunda vaga, importa salientar a relevância da dimensão social na formação destes grandes espaços regionais. Ou seja, a formação de uma identidade coletiva, que veícula um sentimento de pertença, reforça a sua coesão dotando-os de uma maior capacidade de projecção externa.

É nesta base que surge o conceito de “ região” enquanto um cluster de estados geograficamente próximos, embora esta proximidade geográfica não a comporte em si a essência das definições existentes na literatura especializada. O elemento geográfico fica completo quando existam laços culturais, económicos, linguísticos e políticos comuns entre os membros de uma região que pode não coincidir com uma delimitação estritamente geográfica.

Estas transformações conduziram a uma inevitável perda de capacidade por parte dos governos nacionais em controlar as empresas transnacionais, as problemáticas ambientais, o crime organizado ou internacional, a especulação cambial e bolsista, pois estas são actividades que não se fundam no conceito territorial. No fundo o Estado vê a sua concepção tradicional de território profundamente alterada, pois passa a não ter

controlo sobre todo um conjunto de dinâmicas que “ viola” a sua, até então, impermeabilidade fronteiriça e reduzem a sua relevância e a capacidade efectiva da governabilidade. Passaram a existir todo um conjunto de situações (transporte em áreas fronteiriças; mobilidade de pessoas, capitais, bens e serviços; meio ambiente, etc.) que transcendem o alcance regulatório dos Estados. Além disso, surge todo um conjunto de actores (instituições; elites de negócios; organizações não governamentais e movimentos transregionais) que têm forte impacto na capacidade de intervenção do próprio Estado.

De acordo com alguns autores sobre a abordagem, uma região pode apresentar três níveis distintos de “ regionness”;

- “ pré-região” – sendo a região uma construção social, constantemente criada e recriada no seu processo de formação, ela representa uma “ proto-região” baseada apenas em alguma espécie de laços informais e não laços contratuais. A região potencial e nesta fase dominada pela anarquia, onde a balança de poder tende a ser uma grande secundária (Balcas);
- “ Região formal” – é neste fase que se desenrola o processo de regionalização propriamente dito que se inicia com institucionalização da cooperação formal governamental da região promovida pelos Estados - membros ou processos de regionalização informais espontâneos induzidos pelo mercado/sociedade nos campos culturais, económicos, políticos ou militares.

O “Novo regionalismo” surge como resposta a uma multiplicidade de situações novas, para as quais os Estados não têm capacidade de agir singularmente, e fundamenta-se basicamente na criação de blocos económicos comerciais. O “ Novo Regionalismo” apresenta uma fronteira tenue entre a dimensão económica e a dimensão política. Neste sentido podemos dizer que o “ novo regionalismo” foi impulsionado pela consciencialização dos Estados da crescente exposição a desafios externos relacionados com a necessidade de uma “ governação alargada” da economia e da vertente multidimensional que o conceito de segurança adquiriu.

b) “Novo Regionalismo com características diferentes em muito do Velho regionalismo”:

- Aberto vs. Fechado – O “ novo regionalismo” não se baseia na definição de fronteiras e jurisdição regional, baseia-se sim no conceito de abertura e

elásticidade das fronteiras que são definidas pelo assunto ou conjunto destes que se visa resolver ou pelas características deste. O “velho regionalismo” por base uma orientação governamental que visava o protecionismo e se orientava pela inflexibilidade fronteiriça;

- Colaboração vs cooperação – O “velho regionalismo” centrava-se na coordenação, sendo que esta significa tipicamente uma hierarquia. O “novo regionalismo” centrava-se na colaboração e acordos voluntários entre partes que embora se vejam como distintas se reconhecem como iguais;
- Responsabilidade vs. Confiança – A relevância atribuída pelo “velho regionalismo” a coordenação conduza a uma busca pela responsabilização e consequente inflexibilidade deste. O “novo regionalismo” baseia-se mais na confiança mútua entre os pares, e isto confere-lhe uma flexibilidade acrescida; e
- Absorção de Poder vs. Atribuição de Poder – o “velho regionalismo” adquire o seu poder das unidades que o constituam conduzindo a um jogo de soma nula. O “novo regionalismo” adquire poder através da atribuição de poder aos níveis inferiores da estrutura e a sua vizinhança, de modo a que estes participam no processo de decisão.

Finalmente, o novo regionalismo surge como um conjunto de mecanismos e instituições, impulsionadas pelos Estados devido a mudanças na ordem mundial e devido a aceleração do processo de globalização, com a finalidade de lhes permitir enfrentar as novas dinâmicas de “governança alargada” da economia e da segurança multidimensional, de forma coordenada e cooperativa.

c) Enquadramento Teórico

No cenário das relações internacionais as teorias são dos melhores (se não o melhor) instrumentos na análise e leitura de determinado evento ou processo. Assim sendo, o estudo do regionalismo nas relações internacionais tem sido dominado por algumas correntes teóricas de onde sobressaem o realismo/neoliberalismo, o institucionalismo neoliberal e o funcionalismo/neo-funcionalismo.

Embora isso, existem outras teorias, as quais tendem a ser remetidas para segundo plano, mas que são necessárias para que se consiga uma visão global do fenómeno. São disto exemplo o construtivismo e a teoria da integração económica, que se revestem de um carácter mais específico e, por conseguinte, não propiciam uma explicação cabal e

abrangente do fenómeno em questão, embora nos dêem uma visão muito pertinente e astuta do processo.

d) Integração Económica

A teoria da integração económica (*originária de Bela Balassa no seu livro “ The Theory of Economic Integration” de 1961*) entende o regionalismo uma sucessão, relativamente linear, de etapas cada vez mais avançadas na sua índole de integração. Sendo que estas etapas seriam:

- Zona de comércio livre
- União aduaneira
- Mercado comum
- União económica e monetária
- União política

O exemplo mais paradigmático desta teoria é precisamente a União Europeia, pois esta tem passado efectivamente por todas as etapas apontadas por Balassa.

3.2 O Regionalismo e Integração no Processo Evolutivo da SADC e sua Inspiração no Modelo da União Europeia

A senda central desta pequena abordagem consiste em estabelecer uma análise sobre os processos de integração regional existentes na SADC e na União Europeia. Neste contexto, apesar de os objectivos e de as finalidades aparentemente serem os mesmos, os dois continentes sofrem processos distintos de integração. Isto porque cada qual possui sua cultura, sua política económica e outras especificidades.

No campo teórico, uma longa tradição de pesquisa e um intenso debate se desenvolveram, procurando compreender o fenómeno da integração regional com a atenção, em grande parte, para a experiência de integração europeia.

A expressão *integração regional* refere-se como unidades nacionais autónomas compartilham parte de uma autoridade decisória em uma organização internacional emergente¹⁵.

¹⁵ Antonio Augusto Goncalves Tavares, - regionalismo e Integracao, reflexao sobre o Processo Evolutivo do Mercosul e sua Inspiracao no Modelo da uniao Europeia, 2012..

Desde os primórdios de período de libertação, com a criação dos Países da Linha da Frente, da Conferência de Coordenação para a África Austral (SADCC) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), analisaram-se as primeiras medidas políticas tendentes à reconstrução e desenvolvimento dos países que inoportunamente foram inviabilizados com a guerra de desestabilização na Região Austral. Nos espaços para a integração económica são igualmente, analisados os compromissos dos países-membros, e particularmente Angola, com o intuito de identificarem as vantagens e desvantagens competitivas do país para o processo de integração regional e as medidas que deveriam ser tomadas para assegurar e transformar as desvantagens competitivas em oportunidades económicas que permitissem um processo de convergência e integração económica bem sucedida. Se por um lado os países saídos da independência inacabada ainda debatiam com problemas de ordem estrutural, o processo tornava-se mais difícil ainda, com a fuga dos poucos quadros técnicos que na altura tinham.

Por outro lado, a falta de acordo entre os países de níveis económicos diferentes, sobre como as políticas de cooperação poderiam ser conduzidas, pois, um dos fatores que constringia o avanço de empreendimento. Aliado a este problema, o próprio cenário político da época com a implantação de sistemas ditatoriais em diversos países membros africanos, contribuiu significativamente para o insucesso do processo de industrialização pretendida. Remetendo-se os países a conservar o estatuto de observador dos processos de integração regional noutros espaços mais avançados, nos casos de União Europeia e do MERCOSUL.

Porém, na década de 1990, para a SADC surge a nova onda de integração. Diferentemente da fase anterior, os novos processos de integração não estavam muito interessados em promover uma integração fechada, baseada no processo de industrialização.

Ao contrário disso, as unidades que surgiram, neste momento, buscam obter uma maior inserção na economia mundial, por meio de abertura comercial e da aproximação de outros blocos fora do bloco, sobretudo, a aquelas detentoras de tecnologias.

O foco desta nova fase conhecida “ regionalismo aberto”, é tornar as indústrias existentes, mais eficientes possíveis. Os Estados assumem o papel de coordenador da

políticas empresariais não mais o único responsável de política de desenvolvimento. Função esta compartilhada com o setor privado.

O surgimento do modelo de integração regional a partir dos anos 1980 e 1990, no contexto de um novo cenário internacional, identifica-se o nascimento de uma nova onda de regionalismo, que se distingue quantitativa e qualitativamente daquelas verificadas no passado. A formação do Mercado Comum do Sul insere-se nessa nova onda de regionalismo e se revela, possivelmente, o projeto mais ambicioso da política externa regional daquele período.

Apesar de que a experiência de integração europeia, face as suas especificidades, não se traduza num modelo para a integração de outras regiões ou sub-regiões, pelo grau de avanços que logrou, figura-se como uma importante referência para outros projetos de interação à SADC.

3.3 Surgimento e a Evolução dos Blocos Regionais – a integração regional como fundamento

A integração entre comunidade ou mesmo entre nações não é um fenómeno novo. Segundo Fawcett(1995), antes mesmo da existência de organizações regionais formalizadas como sabemos, já existia o que chamou de um senso de *consciência regional* e do desejo dos estados de beneficiar-se deste ambiente.(...).

No período em referência desenvolveram-se duas gerações de regionalismo, trata-se de Velho e Novo Regionalismo. A primeira dessas gerações tem lugar na Europa Ocidental, no fim dos anos quarenta, a segunda onda, que marca o resurgimento do regionalismo na política mundial, tem início em meado dos anos oitenta, novamente partindo da Europa Ocidental e, gradualmente, se torna um fenómeno global.

Na perspectiva manifestada segundo Milner e Mansfield (1997), apud Tavares (2012), a identificação dessas duas ondas de regionalismo no pós-guerra não encontra grande contestação na literatura, a não ser pequenas variações nos intervalos compreendidos. Na idade de uma nova onda também está inserida a percepção de um novo regionalismo, no sentido de possuir características específicas que o distingue em qualidade do que se pode chamar de *Velho Regionalismo*. Mais importante do que se falar numa nova era de regionalismo é a identificação de novos padrões de regionalismo que podem coexistir com formas antigas.

Certo é que durante a evolução de processo de globalização os países perceberam que as negociações comerciais seriam mais eficientes se houvesse uma aproximação setorial de duas economias. Assim iniciaram-se a formação de grupos de países, no princípio, regionais (diante da proximidade de duas fronteiras), dando origem aos hoje conhecidos blocos economicos regionais onde se unem países que vivem cenários semelhantes.

Ainda assim, e segundo Tavares (2012), a tendenciada globalização da economia reflete-se basicamente, na tentativa de se ultrapassar barreiras alfandegarias e fiscais ao comércio internacional. E a união tem por escopo o aumento do poder de barganha e assertividade frente a negociação bem como o fortalecimento e auto sustento de países membros.

O fundamento principal enquadra-se na teoria segundo a qual, os países que compõem os blocos se organizam com finalidade de negociação conjunta quanto da comercialização de produtos e serviços. Isto porque o poder económico exercido pelos países componentes do bloco é maior do que exercido isoladamente.

No meio de toda a conjuntura foi perceptível a identificação de cinco fases evolutivas do sistema de integração económica entre países: 1) zona de livre comércio – as barreiras comerciais de bens e serviços entre os países membros são eliminadas; 2) união aduaneira – circulação interna de bens e serviços e franca, a política comercial é uniformizada e os países membros utilizam uma tarifa externa comum; 3) mercado comum – se revela como a forma mais sofisticada de integração económica e segue a etapa de união aduaneira, são abolidas não só as restrições sobre os produtos negociados, mas e principalmente, restrições nos elementos produtivos, no caso de trabalho capital; 4) união económica – fase associada a superação de restrições sobre investimentos de mercadorias e fatores com importante carga de harmonização de políticas económicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes de distorções entre essas políticas, buscando torná-las mais semelhantes possível; 5) integração económica total – a adoção de uma política monetária, fiscal, social e anticíclica padrão, bem como a delegação à uma autoridade supranacional poderes para elaborar e aplicar essas políticas. As decisões dessa autoridade são acatadas por todos os Estados-membros.

3.2.1 A União Europeia

As teorias integracionistas foram construídas e desenvolveram-se tendo por base a exitosa e longa experiência de processo de integração europeia. O longo período desde o início dessa experiência e o grau de complexidade institucional alcançado, gravitam a via para a abordagem em torno do estudo integração. No entanto, sem embargo da visão nitidamente eurocêntrica das abordagens é perfeitamente possível, escapar do modelo da experiência europeia e identificar teorias gerais a respeito do fenómeno do regionalismo. Ou seja, em boa verdade, as teorias construídas sob inspiração da experiência europeia buscam ser portadoras de fundamentos teóricos muito mais amplos.

Sendo que, a história da União Europeia tem início no período seguinte a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocasião em que o continente europeu deixou de ser o principal polo económico do mundo e os Estados Unidos da América se consolidavam como grande potência capitalista que financiou a reconstrução do velho continente por meio do Plano Marshall. Foi nesse cenário que os países europeus resolveram reunir-se em organizações económicas para ampliar mercados com vista a competir com os Estados Unidos e a União Soviética, potências já consolidadas a época.

A eliminação de fronteiras alfandegárias revelou-se aos países membros um mercado até então não experimentado ou imaginado, na medida em que os tratados em vigor impunham prioridade de negócios aos produtos fabricados dentro do bloco o que fortaleceu o comércio regional entre as nações, não obstante, a União Europeia não raro é acusada por terceiros de práticas protecionista e concessão de subsídios, especialmente na área agrícola.

A unificação económica foi vinculada ao cumprimento de critérios técnico-objetivos todos fixados no âmbito do Tratado de Maastricht e que basicamente exigem; a) um deficit público inferior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB); b) inflação e juros, respetivamente, de não superiores a 1,5% e 2% acima da média dos três países de menor índice; c) dívida pública não superior a 60% do PIB.

3.2.2 O MERCOSUL

No curso da primeira metade da década de oitenta, uma combinação de crises económicas e disputas por recursos naturais entre diversos países da América Latina tendia tornar improváveis as perspectivas de cooperação no âmbito regional. todavia essas preocupações se revelaram infundadas e os países da região se mostraram aptos de, na segunda metade da década construir uma via da cooperação. Para Hurrell (1995), em nenhuma parte os avanços em direção a cooperação foram tão evidentes quanto no relacionamento entre Brasil e a Argentina que culminaram na formação do MERCOSUL.

Os primeiros movimentos do Mercosul, em 1991, foram sucedidos de uma série de iniciativas de aproximação entre os governos dos dois países. Em 1985, os presidentes Jose Sarney (1985-1990) e Raul Alfonsin (1983-1989), assinaram a Declaração de Iguazu, criando a Comissão Mista Bilateral de Alto Nivel, presidida pelos chancelares das duas nações, que ficou encarregada do aprofundamento do diálogo bilateral. Sendo estabelecido em 1986, o Programa de Integração e Cooperação Económica-Pice, que já contemplava uma tarifa preferencial em relação a terceiros membros. Posteriormente tendo estabelecido o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, pelo qual se pretendia a remoção dos obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio bilateral de bens e serviços, num prazo maximo de dez anos, e a harmonização de políticas, com vista ao estabelecimento gradual de um espaço económico comum.

As relações económico-comerciais dos dois países, durante o período de transição ao mercado comum (1991-1994), estavam disciplinadas ao ACE-14, que abrangia e ampliava todos os acordos de alcance parcial (de complementação económica e comercial) negociação no âmbito da Associação Latino-Americano de Livre Comércio (ALALC) e, posteriormente Associação Latino-Americana de Integração em momento recente. Em Março de 1991, as partes firmaram o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), por iniciativa de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

CAPITULO IV. Análise do sistema e dos instrumentos de integração regional de Angola na SADC

4.1 Sistema e instrumentos de integração regional na SADC

De acordo com Boulding, (S.D, p. 147)¹⁶, apud Dougherty e Pfaltzgraff, Jr, (2011), revelando as teorias em confronto mostra o quão representa o sistema. Para ele, o termo *sistema* tem sido frequentemente utilizado de forma generalizado nos textos de relações internacionais. Isto logicamente inclui a análise dos sistemas que descreve uma grande variedade de técnicas, como é o caso dos estudos que analisam comparativamente os custos e a eficácia das ações que pretendem orientar decisões racionais no que toca a distribuição de recursos.

Os sistemas são caracterizados por níveis maiores ou menores de complexidade. Da análise do sistema e dos instrumentos que orientam o processo de integração na SADC, compreenda a teoria em que se desenvolva e encera estes diferentes níveis de complexidade através da sua integração nos campos estritamente a que se propõe a análise.

A SADC, considera o Protocolo Comercial da SADC (PC-SADC), assinado em Agosto de 1996 por 11 países, e em vigor desde 25 de Janeiro de 2000, na vertente política e económica, como um instrumento que orienta o processo de integração regional, com a finalidade de criação da Zona de Comércio Livre em 2008, através da qual estabeleceram-se essencialmente os objetivos seguintes:

- Fomentar a liberalização do comércio intra-regional em matéria de bens e serviços, na base de acordos comerciais justos, equilibrados e de benefício mútuo, complementados por Protocolos noutras áreas;
- Garantir uma produção eficaz dentro da SADC, que reflitam as atuais e potenciais vantagens comparativas dos seus Membros;
- Contribuir para o melhoramento de um ambiente favorável ao investimento nacional, transfronteira e estrangeiro;
- Incrementar o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização da região;
- Estabelecer uma Zona de Comércio Livre (ZCL) na região da SADC.

¹⁶ Boulding, (S.D, p. 147) James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr, no seu livro “ Relações Internacionais- As Teorias em Confronto.

O enfoque do Protocolo Comercial é fundamentalmente o comércio de bens que vem expresso nos seus estatutos que advogam para medidas de facilitação do comércio e do investimento. Os instrumentos para a implementação do mesmo incluem anexos sobre os seguintes assuntos:

- Regra de origem para os produtos comercializados entre os Estados Membros da SADC (este anexo contém um apêndice sobre o comércio de têxteis e confeções);
- Regras para a cooperação aduaneira;
- Formas de simplificação e harmonização de documentação e procedimentos comerciais;
- Comércio transitário e instalações de trânsito;
- Desenvolvimento do comércio, em particular as formas de facilitação do mesmo;
- Mecanismos de resolução de disputas;

A par disso, os Estados Membros do referido Protocolo, assinaram um Memorando de Entendimento sobre a Cooperação entre os Estados Membros em Normalização, Garantia da Qualidade, Acreditação e Metrologia. Instrumento sobre qual ficam comprometidos em fazer velar não só o espírito do entendimento mas sobretudo as obrigações e outros elementos afins.

Da análise coerente do sistema e instrumentos, em face dos princípios e objetivos de longo prazo sobre a atuação externa de Angola, a sua perspetiva de integração regional assenta nas alterações enfatizadas ao longo da história, pode adaptar-se às mudanças de conjuntura, regional e internacional. Angola desde a criação da SADC e agora com o alcance de paz, vem tornando-se numa placa giratória e um parceiro com quem se pode orgulhar na manobra da política externa, na vertente de consultas em relação a gestão de processos que demanda da conjuntura política e económica, e mesmo em relação a integração no ambiente regional que vem gradativamente mudando a consciência dos vários vetores e atores na arena regional e internacional. Essa reorientação da perspetiva de Angola sobre o seu entorno-geoestratégico, entretanto, é apenas mais uma etapa da longa história de integração com seu contexto regional.

Segundo **Van-Dúnem, (2011, p. 1)**, o Intergovernamentalismo para o Funcionalismo, afirma (...), o processo de integração regional em África está numa fase decisiva do ponto de vista político, mas no que concerne aos aspetos técnicos e económicos ainda existe um longo caminho a percorrer.

A ideia de uma África unida é antiga, desde os Pan-africanistas cujo objetivo era a solidariedade e unidade africana através de um projeto de desenvolvimento económico e social que permitisse a reconquista dos recursos do continente e as capacidades

humanas para o bem-estar das suas populações. A solidariedade apregoada desde os anos 50 teve um grande impacto na luta contra a escravatura e passou, mais tarde, na junção de esforços para libertação contra o jugo colonial, atingindo o auge através da criação da OUA, atual União Africana.

Na verdade, apesar de os primeiros anos após as independências em África, revelaram com muita frequência alguns desentendimentos mais ou menos profundas entre si, ao mesmo tempo, foi possível, no essencial, preservar alguns dos aspetos mais importantes de uma herança histórica cultural comum, permitindo deste modo o estabelecimento na década de 80 do bloco regional.

Entretanto, parece ser verdade indiscutível que a defesa dos interesses permanentes de continente africano, aconselha pertinente a realização coordenada, articulada e pertinaz de um conjunto de ações que permitam consolidar, de facto, os objetivos que, por força de contexto político-diplomático e das vantagens do crescimento económico que se assinalam, foi possível a manutenção das conquistas obtidas através de libertação da África.

4.1.1 Sistema político

O sistema, como qualquer mecanismo a adotar, constitui um conjunto de vários componentes de estudo dos fatores determinantes, considerando a amplitude que se pretende alcançar com a definição do respetivo sistema, aberto ou fechado. No caso do sistema político, é perceptível considerar o interesse político objeto de estabelecimento do ambiente político. De acordo com Michael Rosecrance, apud Waltz (2011, p.64), para ele, o sistema político internacional parece-se com o seu modelo formado por quatro elementos: (1) uma forte perturbação ou *input*, (2) um regulador, e (3) uma tabela de construções-menos ambientais que traduz os números um e dois em (4) resultantes (1963, pp.220-221). Os estados são os perturbadores-tanto mais, por exemplo, se as suas elites são revolucionárias e controlam precariamente, os recursos disponíveis, tanto menos se as suas elites são conservadoras e controlam consistentemente, uma oferta limitada de recursos. (...) O ambiente é o conjunto de constrangimentos físicos que influenciam a política- a oferta de terras colonizáveis, por exemplo, numa era de acção imperialista [(S.L)1963, pp.224-230].

Segundo Waltz (2011, p.75), revela que qualquer abordagem das relações internacionais que seja propriamente chamada de sistémica deve, pelo menos, tentar inferir algumas expectativas sobre resultados do comportamento e intenções dos estados de um conhecimento dos elementos de nível sistémico. Contrariamente a este pressuposto afirmativo, para Hoffmann, de acordo com Waltz e especialmente, para Rescance, as explicações importantes encontram-se ao nível dos estados e dos estadistas; o nível sistémico torna-se assim produto e não é, de forma nenhuma, produtivo. (...) Morton A. Kaplan afirma: apesar de chamar à sua tentativa teórica um «sistema de ação», as características distintivas dos seus seis sistemas parecem residir nos seus princípios de organização e nas suas configurações de poder. (...). As suas regras são as seguintes:

- Agir de forma a aumentar as capacidades mas negociar em vez de lutar.
- Lutar em vez de rejeitar uma oportunidade de aumentar as capacidades
- Parar de lutar em vez de eliminar um ator nacional essencial.
- Agir de forma a opor-se a qualquer aliança ou ator individual que tenda a assumir uma posição de predominância com respeito ao resto do sistema.
- Agir de forma a constranger os atores que subscrevem princípios de organizações supranacionais.
- Permitir a atores nacionais essenciais, derrotados ou diminuídos a reentrada no sistema como parceiros ou agir de forma a trazer algum ator anteriormente considerado não-essencial para a classificação de ator essencial. Tratar todos os atores essenciais como parceiros aceitáveis.

De conformidade com Kaplan (1964, pp.9, 25, 52-53), assegura ainda, que as seis regras têm todas as características seguintes: São descritivas e prescritivas; são essenciais, interdependentes e em equilíbrio umas com as outras; e, como prescritivas para os atores são inconsistentes e contraditórias.

4.2 Os modelos da integração regional da SADC

Hoje em dia a sociedade internacional se caracteriza por uma relação horizontal de coordenação das soberanias, em resultados dos problemas atuais do direito internacional público. Faz-se mister em que o individualismo de cada um dos Estados se sobreponha aos interesses comuns do grupo social.

A ideia adjacente admita a nova realidade das relações entre os Estados em face do contexto atual da globalização sem no entanto aboli-los. Antes a cooperação entre estes entes soberanos era baseada no consenso das decisões. Mas todavia, diante da ineficácia desse Modelo (Cooperação intergovernamental - Regional), enquanto um dos caminhos mais procurado, para o processo de integração com a formação de blocos regionais, fixaram-se avanços para que o Estado reassuma seu ponto de principal ator na cena internacional, resgatando das esferas privadas este poder.

Contudo, no contexto atual, vigoram àqueles que por si só, promovam e incentivam os mecanismos dos processos de integração com vantagens recíprocas entre si, como são: (integração política; integração económica-verso “*Zona de Comércio Livre*” estabelecida através do Protocolo Comercial). A integração política constitui a base política através do qual os Estados constituem uma organização para estabelecimento e definição de um objetivo comum. Porquanto, a integração económica, resume-se na manifestação da vontade dos Estados-membros cooperar, desenvolver com vista vencer o subdesenvolvimento, ambos modelos que se orientam para o alcance dos fins e objetivos, apesar dos seus limitados avanços. O consenso de Windhoek, estabelece para a consolidação dos grandes ganhos já obtidos neste campo e a necessidade de momento do mercado comum incluem medidas adequadas para revisar os modelos de integração e relançar todo o conjunto de bases sólidas de modo a evitar erros de interpretação prática entre o bloco comunitário.

A Zona de Comércio Livre, conceitua o primeiro modelo de integração regional da SADC, mais concertado. Entende-se por Zona: um grupo de países aduaneiros, atualmente, e entre os quais se eliminam barreiras de tarifas alfandegárias e os demais regulamentos comerciais restritos” exceto, na medida em que seja necessárias as restrições autorizadas em virtude das imposições estatutárias do Protocolo Comercial, com respeito ao essencial dos intercâmbios comerciais dos produtos originários dos territórios constitutivos da referida zona de livre comércio.

A pertinência desse modelo ou seja da zona de livre comércio, caracteriza-se tendo em vista, inicialmente, os efeitos que induzam no estabelecimento de tarifas preferências para, no momento seguinte eliminar todas as barreiras interiores à circulação de mercadorias, sejam da natureza aduaneira ou não. Nos outros termos, são abolidos quaisquer obstáculos as importações e exportações de produtos originários de Estados-

membros da zona, desde que se cumpra com o requisito: a comprovação através de certificação de origem.

Nas relações comerciais com terceiros, entretanto, conservam os Estados-membros, total liberdade de atuação. A interpretação dessa liberdade é suposto, os países não se encontram proibidos de firmarem negócios com outros países que não sejam componentes do bloco, nem mesmo em relação àqueles produtos que recebem tratamento especial pelas normas comunitárias.

Outro aspeto não menos importante do qual o processo de integração não pode ignorar e a ter em consideração, prende-se essencialmente, nas relações com dos Estados fora do âmbito do bloco da zona de livre comércio, sobre as importações e exportações que incidirão todas as tarifas e barreiras económicas, salvo se as partes contratantes tenham celebrado acordo específico para tal fim que, em consequência, ressalta-se, estará totalmente alheio a regulamentação do bloco.

A maior parte do atual bloco regional económico aptou por essa modalidade de integração embora, incipiente. Entretanto, Angola apesar de defender o processo de uma integração mais forte, de ponto de vista das realizações que lhe dão ênfase constitutivo no continente que conserva sua pretensão inicial de formar conglomerados de indústrias para se dispor de produtos a concorrer no espaço SADC. Posição reiterada pelo Governo Angola aquando da realização da recente Cimeira de Chefes de Estado e do Governo em Malawi.

Nessa expectativa é importante superar as etapas anteriores que impendem dos limites a adesão de Angola ao mercado comum, tratando-se de um elemento-chave nas manobras da política externa da SADC, e que se pretende forte em tantos outros compromissos regionais, ou seja, é necessário a consolidação de uma tarifa exterior comum na medida em que o processo integracionista exige a liberalização de todos os fatores produtivos não somente das mercadorias, objetivo já atingido, mas também de se prever os trabalhadores, serviços e capitais entre os nacionais dos Estados-membros.

É interessante entender que a liberdade só atinge por completo seus objetivos na fase seguinte do processo de integração comunitário, provavelmente, da União Económica e

Monetária, quando se desdobrarem esforços para consolidar a cooperação monetária e a coordenação das políticas económicas entre os países membros da região.

Com base na doutrina da integração, a União Económica e Monetária, constituirá o último estágio do processo integracionista. Considerando que o objetivo a ser alcançado é a atribuição da política monetária e cambial para uma autoridade comunitária supranacional que obrigue nas suas decisões aos Estados -membros. Angola definiu metas e fins a observar desde 2008, na perspetiva de uma inflação de menos de 10% e de 5 % até 2010 para atingir os 3% até 2015, como pressuposto da sua integração na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na Comunidade Económica da África Central (CEEAC).

Esses desafios consubstanciam-se no facto da criação na SADC, até 2008 de uma zona de livre comércio que permitisse a remoção de todas as barreiras comerciais e a perspetiva da criação até 2010, de uma união aduaneira, que culminaria com adoção de uma pauta exterior comum a todos os países da SADC. A integração económica exige também que as reservas internacionais líquidas dos países membros sejam estáveis, como objetivo até 2015, atingir níveis consideráveis de liberdade de circulação de mercadorias e capitais. Entre 2010 e 2020 terá a necessidade de integração da SADC na economia global, uma forma de partilha da produção e do comércio mundial do comércio mundial. Na ótica visionária de Caholo, (2011), incerto no portalangop, - SADC, afirmou em Luanda (...)

- A entrada em vigor de uma moeda única na Comunidade da África Austral, SADC, depende sobretudo de uma integração fiscal, estabilidade de política sólida e segurança nas fronteiras da região, como modelo para integração do bloco económico regional, (...)

A expectativa é de que este modelo da integração, prevista para 2018, mas para tal é necessário, além de algumas questões que merecem cuidados, uma base jurídica legal e disciplina fiscal impõe-se necessária. Não obstante estar em curso neste momento um processo, que iniciou com o Protocolo de Finanças e Investimentos, documento sobre o qual vai sustentar o roteiro para se chegar a implementação da moeda única. Mais adiante, Caholo, (2011) reafirma:

- Julga indispensável haver um grande esforço conjugado da região no sentido de procurar direcionar à boa vontade política sólida, instrumento complementar de recursos domésticos próprios para se realizar o que se tem como prioritário para o desenvolvimento comum.

4.3 Etapas do processo de integração na SADC

- Zona de Comércio Livre na SADC (ZCL)

O processo sobre trocas comerciais da SADC, foi criado em 1996, entrou em vigor em 2000 e foi assinado e ratificado pelo Governo de Angola em Fevereiro de 2003. Acontece que, a implementação do protocolo sobre as Trocas Comerciais da SADC, esta condicionada a apresentação de uma Oferta Tarifaria a Comunidade com vista a eliminação de barreiras tarifárias para o comércio Intra -SADC (art.3). Desde a assinatura e ratificação do Protocolo Sobre as Trocas Comerciais da SADC em 2003, Angola tem estado a adiar a sua participação no processo de liberalização tarifária prevista neste instrumento¹⁷.

Em Angola, a questão sobre a entrada do País na ZLC da SADC e o seu impacto sobre a economia nacional fomentou numerosos debates, não só a nível do setor público como também do setor privado. Fruto deste debate, o Governo criou, em 2006, um Grupo Técnico Multissectorial liderado pelo então Ministro da Industria para preparar uma oferta de desarmamento pautal com vista a entrada na ZLC da SADC. Dai a esta parte, não existe uma posição única sobre a adesão de Angola, o que tem feito com que, ate a data o país não seja parte deste processo de Integração Regional da SADC.

Uma eventual entrada de Angola na ZLC da SADC poderia ter um impacto considerável na execução e o sucesso do Subprograma de Substituição Competitiva das Importações e Fomento das Exportações por quanto este implica a criação e o desenvolvimento de uma serie de indústrias e fabricas que poderiam entrar em concorrência com as importações provenientes da SADC no mercado angolano.

O processo de paz iniciado em Fevereiro de 2002 em Angola, trouxe perspectivas novas e por conseguinte, positivas em face ao enorme potencial que Angola apresente, quer como entidade política, quer como protagonista no campo económico. Com as novas perspectivas, novos parceiros se posicionam.

¹⁷ Plano Nacional 2009 (Revisto), Maio de 2009

Simultaneamente, os parceiros tradicionais tendem a reforçar a sua posição e o seu protagonismo no quadro da economia angolana e podem por isso, constituir legitimamente, um importante desafio para os interesses supremos e legítimos de Angola na sua relação com os países-membros da sub-região austral. Deste ponto de vista pode-se dizer que o potencial da expansão económica angolana é evidente.

Porém, Angola, por seu turno, não manifestou tanto interesse imediato na aplicação do Protocolo do Comércio, pois, a sua indústria está numa fase muito incipiente de desenvolvimento. A visão que prevalece deste país é de que, para que a indústria se desenvolva, torna-se necessário que se mantenha um certo controlo a entrada concorrencial de bens e serviços no seu mercado, induzindo por essa via ao aumento da produção interna de bens e serviços, essencialmente.

Defende-se que a aplicação do protocolo do Comércio pode atrapalhar o esforço de industrialização que o país desenvolve, e até mesmo sufocar a pequena indústria existente, pois, esta não estaria capaz de competir com os produtos produzidos pelos países mais desenvolvidos da região, nomeadamente; a África do Sul. Os argumentos objetivos de Angola a despeito, são partilhados por outros países da região. Ao contrário da visão comercialista da África do Sul, Angola, estará mais interessada num modelo de integração estruturalista, parecido com o que foi seguido pela União Europeia na segunda fase do seu processo de integração. Este modelo privilegia o investimento comunitário em infraestruturas como via para acelerar a integração regional.

A diversificação de posicionamento em relação ao Protocolo do Comércio da SADC é sintomática e ajuda-nos a perceber o quão longe está a sub-região da unanimidade de ideias e objetivos sobre o modelo de integração económica na região. A falta de consenso quanto ao Protocolo do Comércio evidencia, por seu turno, as diferenças assimétricas entre os países da região. Alguns já alcançaram níveis razoáveis de desenvolvimento e pretendem com a SADC alargar a sua influência comercial e o seu mercado. E nesta perspetiva em que se abram agora espaços para que este país se dedique de corpo e alma à realização do grande projeto de integração económica regional da África Austral.

Tal como no passado Angola desempenhou e cumpriu no quadro dos objetivos político-militar da Linha da Frente, um papel importante na estabilidade da SADC, o desafio atual de Angola na região é o de impulsionar a integração sustentável das economias da região, em benefício dos seus respetivos povos.

O principal interlocutor estratégico com o qual Angola terá de se concertar é o seu principal parceiro e concorrente económico na região- a África do Sul.

4.4 Os Sectores de integração regional na SADC

Os sectores de integração regional prosseguidos na SADC são vários de acordo com o plano estratégico indicativo de desenvolvimento regional, tem ainda a finalidade de traçar as linhas mestras em termos de desenvolvimento como podemos observar a contribuição de Moreira (2011):

- O sector económico é tradicionalmente o que exige prioridade de integração, sendo o modelo mais frequente o de mercado comum, com várias definições. Aponta os exemplos, da Comunidade Económica Europeia (CEE), o Mercado Comum da América Central (CACM), a Associação Latino-americana de Comércio Livre (LAFTA), e a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) ...). (... Usando dois instrumentos principais: eliminar as barreiras alfandegárias entre os Estados-membros, permitindo a livre circulação de mercadorias, a que pode acrescer a livre circulação de pessoas e capitais, definir uma política económica comum e única em relação aos Estados exteriores ao mercado comum.

O setor social, considerado pelo seu peso particular, tem em atenção não ser possível fazer circular livremente mercadorias, capitais e pessoas, sem encarar o contexto de modelos culturais diferentes e que por vezes incompatíveis, ou objetos de percepções incompatíveis.

Na abordagem mais mediática, o sector político é por si só o que suscita maiores interpretações na sua dinâmica, quer do ponto de vista funcional, quer do ponto de vista mais ambicioso, político, pois, estão em causa todos os valores históricos do patriotismo, da lealdade à Pátria, à Nação, afinidades e ao Estado, e sentido das diferenças, identidades nacionais e independência soberana.

Para além disso, entende-se que a predisposição social para a integração pode preceder a instituições dos mecanismos integradores. Porquanto, a instituição dos mecanismos integradores por Estados afins é que desencadeia a disposição social.

Ainda assim, na afirmação do General De Gaulle apud, Moreira, (2001):

Como um dos dirigentes europeus que na década de sessenta quem melhor se apercebeu de conflito de valores e procurou encontrar formulas para a coexistência de velhos valores com as causas respeito, sem constituir sacrifícios a identidade e liberdade nacional”.

Como se pode observar, no processo integracionista, a integração militar ocorre através do Órgão de Defesa e Segurança, na despetiva na manutenção e a garantia de estabilidade política da região, na medida em que as guerras não alienam necessariamente o controlo estratégico em instituições transnacionais.

Outro sector não menos importante e que se afigura como recurso ao processo atual de integração é a política tecnológica considerada estratégica no contexto da globalização. Havendo contudo, necessidade de definição da parte do PIB para a rede de tecnológica e às atividades de investigação e desenvolvimento em face de interesse empresarial e do Governo, que se coloca, claramente, numa perspetiva de crescimento do produto potencial da economia nacional e regional.

É perceptível compreender, o rendimento disponível para o desenvolvimento tecnológico no passado, terá sido afetado devido às necessidades de defesa e segurança, uma matéria de soberania nacional. Sendo certo que para o futuro é uma matéria que seja objeto de uma discussão específica no domínio da programação económica, tão importante quanto a da repartição entre consumo e investimento.

(...) a estruturar de raiz a indústria nacional, de modo a torná-la competitiva e a garantir o seu crescimento acelerado, ainda que à custa de benefícios imediatos; e/ou utilizar em pleno a capacidade industrial instalada e aproveitar as condições existentes de modo a retirar-se o máximo benefício no mais curto espaço de tempo, mas aceitando as incertezas quanto ao longo prazo e visão de adesão ao Protocolo Comercial Regional (...).

Na esfera da política fiscal, a participação de Angola, a tempo inteiro, na Zona de Livre Comércio da SADC e nas fases subsequentes, apesar contraditória com o tempo necessário à construção duma competitividade estrutural, mas mesma assim impõe-se. Como a competitividade estrutural leva tempo a construir-se, este feriado fiscal de longa duração contribuiria para o aparecimento duma competitividade imediata via custos de produção, que a contrapartida para o sucesso deste estratagema teria de ser encontrada no rigor da gestão orçamental e na transparência da política fiscal.

Para além da África do Sul, que é um parceiro comercial significativo, os dados disponíveis revelam que o comércio “intra- SADC” angolano apenas tem alguma expressão com o Zimbabwe, com a Zâmbia, com o Botswana e com o Malawi. Uma aposta numa estratégia de desenvolvimento na qual a reabilitação da agricultura comercial e da indústria manufatureira desempenharia um papel central, permitindo a Angola vantagens competitivas, resultantes das suas condições naturais favoráveis e das

infraestrutura de transporte (por exemplo, o corredor do Lobito que faz a ligação ferroviária entre Benguela, a República Democrática do Congo e a Zâmbia) existentes. Outra vantagem comparativa apontada resulta do elevado potencial hidroelétrico, que abre a perspectiva de o país vir a ser um importante exportador regional de energia hidroelétrica no contexto da SADC. Sendo a água um recurso crítico para o desenvolvimento económico a longo prazo, e dispondo Angola de cerca de dois terços das reservas hídricas da região, perspectiva-se igualmente uma posição preponderante no fornecimento de água para satisfazer uma procura regional, atual e futura, exponencialmente crescente.

4.4.1 O Valor estratégico das matérias-primas

As matérias-primas em qualquer sector de integração económica constituem uma aposta a considerar e sobretudo nas relações internacionais. Hoje, mais do que nunca, os Estados independentes no estabelecimento das suas políticas estratégicas para o desenvolvimento quer em termos das relações entre os seus parceiros, quer no campo da expansão económica, apoiam-se decisivamente nos seus recursos naturais, em cujo, Angola enquanto Estado-Nação, é exemplo disso, através dos seus abundantes recursos (petróleo, hídricos, minerais, florestais, energéticos etc.)

[...] O confronto dos recursos naturais oferece uma vantagem económica e política importante. Se não tiverem este facto em consideração, os governos não podem garantir a sua independência. Exportar as matérias-primas constitui uma vantagem evidente, mas os Estados não produtores podem usar estratagemas que lhes permitem fazer deste handicap um triunfo, nomeadamente no que diz respeito à relação de dependência. Se as matérias-primas são múltiplas, o interesse estratégico comporta-se de forma muito clara relativamente aos recursos energéticos, como uma aposta das relações internacionais, simultaneamente entre os Estados e os acores intraestatais [BONIFACE, 2009, p.46]

4.4.2 As Relações de força entre produtores e consumidores

No contexto regional e internacional, as relações entre Estado se estabelecem sob ponto de vista de valores e políticas estratégicas, na base aos intraestatais comerciais como sector de desenvolvimento das economias perspectivas.

Segundo Boniface, (2009, p. 46). As matérias-primas, e muito especialmente os recursos energéticos, pressupõem uma relação de dependência entre exportador e importador. Os produtores procuram aproveitar-se do seu carácter indispensável para impor uma dependência que controlam, nomeadamente modificando as tarifas alfandegárias de acordo com os seus desejos.

Ainda sobre esta temática, mais concretamente no campo estritamente «da colonização às políticas nacionais» de acordo com Boniface, (2009, p. 64), os impérios coloniais basearam a sua relação com as regiões sob controlo no comércio das matérias-primas, tendo, por conseguinte, de «especializar» certas zonas na exportação de alguns produtos. Com a descolonização, o controlo dos recursos naturais constitui rapidamente uma aposta de afirmação nacional e, a partir de 1962, o «Grupo dos 77» conseguiu uma resolução da ONU que afirmava que «o direito da soberania permanente dos povos e das nações sobre as suas riquezas e os seus recursos deve exercer-se no interesse do desenvolvimento nacional e do bem-estar da população e do Estado interessado». Em 1964, a criação da CNUCED (Conferencia das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento) marcou de forma definitiva o direito concedido aos povos de controlar os seus recursos.

4.4.3 União Económica e Monetária

Segundo um debate levantado em torno de temática num coloquio que reuniu vários líderes e académicos da sociedade civil angolana, numa plataforma denominada “ A Convergência de Angola (2002, p.37) ”, defende a necessidade de se empreender profundas reformas estruturais e ao mesmo tempo que advogam, necessários investimentos enormes para a reabilitação dos sectores produtivos. Sendo que as reformas deveriam ser direccionadas a:

- Reforçar a estabilidade macroeconómica e a disciplina fiscal;
- Melhorar a gestão da despesa pública;
- Criar um ambiente conducente a negócios;
- Criar uma gestão transparente dos recursos petrolíferos;
- Reativar o sector agrícola.

Preliminar a qualquer destas intervenções é o melhoramento das questões de administração pública, como a transparência e a prestação de contas públicas.

A. Melhorar a administração pública

- Garantir o estado de direito, reconstruir o sistema judiciário e atualizar a legislação;
- Implementar uma política contra a corrupção;
- Restabelecer um departamento de estatística autónoma.

B. Reforçar a gestão macroeconómica fiscal

- Reforçar e reformar as agências de administração fiscal de modo a que possam exercer a recolha eficaz de impostos
- Reformar as normas fiscais de modo a simplificar o sistema de finanças e para que a recolha de receitas seja mais cativa;
- Reforçar o controlo e a monitorização das despesas. Implementar o SIGFE;
- Melhorar o controlo fiscal nas províncias visto que Angola tem um sistema fiscal que é baseado no federalismo fiscal.

Monetária

- Incrementar a confiança do público na moeda nacional; Controlando a inflação e eliminado o Mercado negro de divisas.
- Reforçar os instrumentos da política monetária, introduzindo instrumentos mais apropriados e desenvolvendo os mercados monetários;
- Aprofundar os sistemas intermédios financeiros e desenvolver a banca rural; o banco central deve continuar a reforçar a supervisão bancária, estabelecendo as normas para manter o sistema financeiro sólido e fiável para os negócios;
- Criar incentivos para a poupança em kwanzas, fazendo com que os juros reais dos depósitos em kwanzas sejam positivos;
- A autonomia do Banco Central.

C. Melhorar a eficiência económica em apoio ao crescimento guiado pelo sector privado: Ambiente de Negócios

- Criar um enquadramento jurídico em apoio à concorrência; melhorar as normas comerciais existentes e os tribunais para a resolução de litígios;
- Introduzir novos instrumentos financeiros de modo a satisfazer as necessidades financeiras do sector privado;
- Investir em infraestruturas físicas;
- Fasear adequadamente a abertura dos mercados às importações(considerando que os custos de produção da maioria dos produtores locais São muito elevados);
- Permitir que o câmbio seja determinado pelo mercado;
- Fasear o programa de privatização a fim de maximizar os ganhos pela sociedade e não só pelos novos donos.

Agricultura

- Apoiar a agricultura, a comercialização de produtos agrícolas e o crédito rural;
- Reabilitar a rede rodoviária rural e os mercados locais;
- Apoiar a comercialização e a transformação do sector agrícola e dos seus produtos;
- Formular uma política equitativa para os títulos da terra futuros em favor da comunidade local e dos agregados familiares.

O objetivo de Angola é alcançar um crescimento sustentável e equitativo, não só no sector petrolífero como numa variedade de atividades económicas para a população inteira. Para o efeito, é dada prioridade ao sector agrícola, de que dependem dois terços da população.

4.5 A Estrutura da União Africana.

A União Africana enquanto uma organização continental a par de outras congéneres, e de acordo com Paulo, (2013, p. 58), em 9 de Setembro de 1999, os Chefes de Estados e de Governo da Organização de Unidade Africana emitiram uma declaração que ficou conhecida como a *Declaração de Sirte*, com vista a criação de um União Africana cujo escopo centrava-se em acelerar a integração do continente de modo que permitisse desempenhar o papel de direito na economia global, abordando diversificados problemas sociais, económicos e políticos que são manipulados pelos aspetos negativos da globalização.

Os principais objetivos da OUA eram livrar o continente dos vestígios da colonização e do apartheid, promover a unidade e solidariedade entre os Estados Africanos, coordenar e intensificar o desenvolvimento, salvaguardar a soberania e a integridade territorial dos Estados e promover a cooperação internacional no âmbito das Nações Unidas (AFRICAN UNION).

A busca da unidade por parte dos países africanos, nomeadamente, o desenvolvimento económico e social sob bandeira da OUA, foi marcada por iniciativas e progressos substanciais em muitas áreas que, de facto, pavimentaram o caminho para o estabelecimento da OUA. Destacamos apenas algumas:

- A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Nairobi 1981); Declaração e Plano de Ação de Grand Bay sobre Direitos Humanos: dois instrumentos adotados pela OUA a promoverem os Direitos Humanos e dos Povos no Continente. A Carta dos Direitos Humanos levou a criação da Comissão Africana dos Direitos Humanos localizada no Banjul, Gâmbia;

- Declaração da OUA sobre situação política e Socioeconómica em África e as mudanças fundamentais que ocorrem no mundo (1990): o que resultou a determinação da África para aproveitar a iniciativa, para determinar o seu destino e para enfrentar os desafios para a democracia, paz e segurança;
- O Tratado que constitui a Comunidade Económica Africana (AEC) - 1991: comumente conhecido como Tratado de Abuja, cuja criação assenta-se em seis etapas, culminando em Mercado Comum Africano, usando as Comunidades Económicas Africanas (CERs), como blocos de construção;
- O Mecanismo de prevenção, gestão e resolução de conflitos (1993): a expressão prática da determinação da liderança africana para encontrar soluções para os conflitos, promover a paz, segurança e estabilidade em África;
- Declaração Solene de 2000 relativa à Conferencia sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação em África: estabelece os princípios fundamentais para promoção da democracia e boa governação no continente;
- Ato Constitutivo da União Africana: adotada em 2000 na Cimeira de Lomé (Togo), entrou em vigor em 2001;
- A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD): adotado como um programa da UA na Cimeira de Lusaka (2001)

Saída da Organização de Unidade Africana, a União Africana, foi criada no dia 9 de Julho de 2002, em Durban, República da África do sul, contou com a presença de mais de 40 chefes de Estado africanos e outras celebridades do continente e não economizou em pompas, emoções e até momentos cómicos.

Em termos de objetivos declarados a União Africana reafirma todos aqueles da extinta Organização da Unidade Africana (OUA) - com exceção da erradicação de “todas as formas de colonialismo” tarefa que foi considerada como realizada e acrescenta novos itens que deveriam refletir tanto os novos desafios do continente africano quanto a nova agenda internacional e seus valores”.-

No advento da União Africana, as iniciativas da OUA que pavimentaram para o nascimento da UA, começaram a dar sinais. Em Julho de 1999, a Assembleia convocou uma sessão extraordinária no intuito de agilizar o processo de integração económica e política do continente, assim, quatro Cúpulas foram realizadas para o lançamento oficial da União Africana:

- A Sessão Extraordinária sobre Sirte (1999) decidiu estabelecer uma União Africana;
- A Cimeira de Lomé (2000) adotou o Ato Constitutivo da União;

- A Cimeira de Lusaka (2001) chamou o roteiro para a implementação da UA;
- A cimeira de Durban (2002) lançou a UA e convocou a 1ª Assembleia de Chefes de Estados da União Africana.

Destarte, a visão da União Africana assentou-se na integração próspera e pacífica da África, impulsionada por seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global. A União Africana pauta-se pelos seguintes objetivos:

- Alcançar por uma maior unidade e solidariedade entre os países africanos e os povos de África;
- Defender a soberania, integridade territorial e independência dos seus Estados-membros;
- Acelerar a integração política e socioeconómica do continente;
- Promover e defender posições africanas comuns sobre questões de interesse para o continente e dos seus povos;
- Incentivar a cooperação internacional, tendo em conta a Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Humanos;
- Promover a paz e segurança no continente;
- Promover princípios e instituições democráticas, a participação popular e a boa governação;
- Promover e proteger os direitos humanos e os direitos dos povos e outros instrumentos relevantes de direitos humanos;
- Estabelecer as condições necessárias que permitam o continente desempenhar o seu papel de direito na economia global e nas negociações internacionais;
- Promover o desenvolvimento sustentável a nível económico, social e cultural, bem como a integração das economias africanas;
- Promover a cooperação em todos os campos da atividade humana para elevar os padrões de vida dos povos africanos;
- Coordenar e harmonizar as políticas entre as existentes e futuras Comunidades Económicas Regionais para a realização gradual dos objectivos da União;
- Promover o desenvolvimento, incentivando a investigação em todos os domínios, nomeadamente em ciências e tecnologias;
- Trabalhar com os parceiros internacionais relevantes na erradicação de doenças evitáveis e da promoção da boa saúde no continente.

A União Africana do ponto de vista das instituições financeiras apoia-se pelo Banco Central Africano; o Banco Africano de Investimentos e o Fundo Monetário Africano.

Dentro das estruturas auxiliares da União Africana, a Comissão Africana é o Órgão chave e desempenha o papel central na gestão das políticas do dia-a-dia da União

Africana. Entre outros, ela representa a União e defende os seus interesses; elabora projetos de posições comuns da União; prepara planos estratégicos para a consideração do Conselho Executivo; elabora, promove, coordena e harmoniza os programas e políticas da União com os das Comunidades Regionais (CERs); garante a integridade do género em todos os programas e atividades da União Africana (AFRICAN UNION) A Comissão é composta por presidente; vice presidente; oito comissários e membros de equipa. A Comissão para o seu funcionamento e operações rege-se pelos seguintes valores:

- Respeito pela diversidade e trabalho em equipa;
- África acima de tudo;
- Transparência e prestação de contas;
- Eficiência e profissionalismo;

Acrescentando a estes valores, a Comissão é guiada pelos seguintes princípios:

- Subsidiariedade e de complementaridade com os outros órgãos. Estados-Membros e das CERs;
- Estreita cooperação e coordenação com as CERs;
- Coerência das políticas e programas.

Através e guiados por esses valores e princípios, a Comissão envidará esforços para cumprir a sua missão pela implementação de metas e estratégias claras.

A Assembleia cuja sua composição, supra apresenta, tem algumas das seguintes funções:

- Determinar as políticas comuns da União, estabelecer suas prioridades e adoptar o seu programa anual;
- Acompanhar a implementação de políticas e decisões da União e assegurar o cumprimento por todos os Estados-Membros, através de mecanismos adequados;
- Deliberar sobre intervenção de um Estado-Membro em situações graves nomeadamente, crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade;
- Determinar as sanções a serem impostas a qualquer Estado-membro de não pagamento de contribuições...
- Nomear e encerrar a nomeação dos Juízes do Tribunal de Justiça e aprovar o orçamento da União;
- Dar diretivas ao Conselho Executivo, o PSC (Conselho de Paz e Segurança) da Comissão sobre a gestão de conflitos, guerras, atos de terrorismo, situações de emergência e na restauração da paz.

a)Parlamento Pan-Africano

O Parlamento Pan-Africano (PAP) foi inaugurado em 18 de Março de 2004. A sua criação foi inspirada por uma visão de fornecer uma plataforma comum para os povos africanos e suas organizações de base a fim de serem mais envolvidas nas discussões e tomadas de decisões sobre os problemas e desafios que o continente enfrenta. O objetivo principal do PAP é evoluir para uma instituição com plenos poderes legislativos, cujos membros, são eleitos por sufrágio universal. Atualmente, o PAP exerce poderes de consultoria. O PAP tem atualmente 230 membros. Eis algumas das suas funções:

- Facilitar a implementação efetiva das políticas e objetivos da OUA/AEC e, finalmente, da União Africana;
- Trabalhar em prol da harmonização ou cooperação das legislações dos Estados-membros;
- Incentivar boa governação, transparência e prestação de contas dos Estados-membros;
- Familiar os povos da África, com os objetivos e políticas que visam a integração do continente africano, no quadro da criação da União Africana;
- Promover a coordenação e harmonização de políticas, medidas, programas e atividades dos fóruns parlamentares da África.

b) O Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos

O Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos é um tribunal continental estabelecido pelos países africanos para garantir a proteção dos direitos humanos e dos direitos dos povos na África. O Tribunal complementa e reforça as funções da Comissão Africana dos Direitos Humanos.

O Tribunal foi criado em virtude do artigo 1º do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos, o (Protocolo) foi aprovado pelos Estados-membros da Organização da Unidade Africana (OUA), em Ouagadougou, Burkina Faso, em Junho de 1998. O Protocolo entrou em 25 de Janeiro de 2004, depois de ratificado por mais de 15 países. (AFRICAN UNION).

O Tribunal é composto por 11 juízes, nacionais dos Estados-membros da União Africana. Os juízes são eleitos, depois de indicados por seus respectivos Estados, a título pessoal dentre juristas africanos de integridade comprovada e de reconhecida competência prática judicial ou académica e experiência no campo dos direitos humanos. (...)

4.6 Blocos económicos regionais

4.6.1 CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central: Criação e objetivos

A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) é uma comunidade económica da África Central criada em Libreville, Gabão, em Dezembro de 1981. A Comunidade Económica dos Estados da África Central, tornou-se operacional em 1985 e seus objetivos são: promover a cooperação e o desenvolvimento autossustentável, com particular ênfase na estabilidade económica e melhoria da qualidade de vida. (sadctoday,2013, p.Web,1 e 3)

Países Membros: Angola, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

A CEEAC, na sua política doméstica inclui um plano de um horizonte de doze anos para lutar na eliminação de impostos de alfândegas entre os Estados Membros e estabelecer uma pauta extra comum; consolidar a livre circulação de pessoas e bens; melhorar a indústria, o transporte e a comunicações; a união dos bancos comerciais e a criação de um fundo de desenvolvimento. A sua sede social está montada em Libreville, Gabão. Wikipédia (03/10/2013).

Atualmente existem vários blocos regionais em África, que também se conhece com Comunidades Económicas Regionais (CER), muitos dos quais têm sobreposições de afiliações, e em razão disso formam pilares e que por sua vez destes pilares igualmente, podem criar subgrupos:

Pilares

Comunidade dos Estados Sahel-saarianos

(CEN_SAD)

Mercado Comum da África oriental e Austral

(COMESA)

Comunidade da África Orienta **(em inglês: Eas**

African Community-EAC)

Comunidade Económica dos Estados da África

Central **(ECCAS/CEEAC)**

Subgrupos

Comunidade Económica e Monetária

da África Central (CEMAC)

União Económica e Monetária da

África Oriental (UEMOA)

Comunidade Económica dos Estados da África

Ocidental (CEDEAO)

Subgrupos

Zona Monetária da África Ocidental

(ZMAO)

Autoridade Internacional para o desenvolvi-

Mento (IGAD)

Comunidade para o Desenvolvimento da África

Austral (SADC)

Subgrupo

União Aduaneira da África Austral (UAAA)

União Árabe do Magrebe (UAM)

Blocos económicos

Tópicos

Integração económica

Integração regional

Livre comércio

Regionalismo

Protecionismo

Protecionismo. Nação mais favorecida

Barreiras alfandegária

Organização regional

Economia internacional

Comércio internacional

Estágios

Zona preferencial de comércio

Área de livre-comércio

União aduaneira

União monetária

Mercado comum união aduaneira e monetária

União económica

União económica e monetária

Integração económica total

Acordos comerciais

Acordo preferencial do comércio/Acordo preferencial do comércio

Acordo de complementação económica

Tratado de livre comércio

Tarifa externa comum

Blocos

África: ACLT. CAO; CEDEAO; CEMAC-CEEAC; UAA; UEMOA-CEDEAO.

América: aliança do Pacífico: ALADI; CAN; CSME-CARICOM; MCCA;

MERCOSUL; NAFTA; OECO; TLC-EUA-AC-RD

Ásia: ALCAANZA&ANSA+3; ALC-CEI; AASACR; CCG; CEEA

Europa: ACELC; EEE; UA-EU e UEM-EU

Pacífico: ACAP; IEOM

P4; SPARTECA

4.6.2 CEDEAO: Comunidade Económica do Estados do Oeste Africano

ECOWAS: -Criação e objetivos

O tratado de Lagos que instituiu a CEDEAO foi assinado em Maio de 1975, com o objetivo de promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento na região. Desde então houve apenas duas mudanças entre os membros: a entrada de Cabo Verde em 1976 e a saída da Mauritânia em 2002. O tratado da CEDAEAO foi revisto e assinado em Julho de 1993, de forma a acelerar a integração económica e aumentar a cooperação na esfera política, incluindo o estabelecimento dum parlamento oeste-africano, um conselho económico e social e um novo tribunal para assegurar a execução das decisões da Comunidade. Este novo tratado dá formalmente à Comunidade a responsabilidade de evitar e resolver conflitos na região.

Sete países desta região formaram uma união económica e monetária chamada de União Económica e Monetária do Oeste Africano sob o compartilhando do franco CFA, a moeda comum desses países. (sadctoday,2013, p.Web,1 e 3).¹⁸

Blocos económicos

(tónicos)

Integração económica

¹⁸ Membros da Comunidade: Benim; Burkina Faso; Cabo Verde; Costa do Marfim; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné Conacri.

Integração económica
Integração regional
Livre comércio
Regionalismo
Proteccionismo. Nação mais favorecida
Barreiras alfandegária

Organização intragovernamental
Organização regional
Economia internacional
Comércio internacional

Estágios

Zona preferencial de comércio
Área de livre-comércio
União aduaneira

Bissau; Libéria, Mali; Níger; Nigéria; Senegal; Serra Leoa; Togo. Ex-membro: Mauritânia.

Estágios

Zona preferencial de comércio
Área de livre-comércio
União aduaneira
União monetária
Mercado comum união aduaneira e monetária
Integração económica total

Acordos comerciais

Acordo preferencial do comércio/Acordo preferencial do comércio
Acordo de complementação económica
Tratado de livre comércio
Tarifa externa comum

Blocos

África: ACLT. CAO; CEDEAO; CEMAC-CEEAC; UAA; UEMOA-CEDEAO.

América: aliança do Pacífico: ALADI; CAN; CSME-CARICOM; MCCA;
MERCOSUL; NAFTA; OECO; TLC-EUA-AC-RD

Ásia: ALCAANZA&ANSA+3; ALC-CEI; AASACR; CCG; CEEA

Europa: ACELC; EEE; UA-EU e UEM-EU

Pacífico: ACAP; IEOM

P4; SPARTECA

NB: é perceptível notar que a estrutura do esquema das duas organizações comunitárias, não difere um do outro, o que se pode considerar terem os mesmos objetivos tangíveis rumo ao desenvolvimento dos países membros.

4.6.3 Parceria Estratégica: NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

Segundo Paulo, (2013, p. 63) os países africanos conquistaram as suas independência nos anos 1970 e 1980, ma estas foram décadas marcadas e caracterizadas pelas instabilidades políticas, golpes militares, criação de partidos-governos, ditaduras e a elevada influencia da Guerra Fria em assuntos africanos, confrontados com o inicio de uma crise económica, enormes dividas externas e declínios no desenvolvimento social e o fracasso das políticas das instituições financeiras internacionais de livre mercados, os povos africanos tentaram reverter essas tendências focando-se a uma Nova Ordem Económica Internacional cujo escopo visava a criação autossuficientes de estratégias culturalmente relevantes e influenciar os Estados ao desenvolvimento. (.....)

(...) estas iniciativas incluem: O Plano de Ação de Lagos (1980), o Ato Final de Lagos, o Programa de Prioridade de África para Recuperação Económica (1986-1990), o Quadro Africano alternativa ao Programa de Ajustamento Estrutural (1989), o Tratado de Abuja (1991) e a Agenda do Cairo (1994), entre outros.(NEPAD)

Diante das falhas destes planos, os desastrosos programas de ajuste e modernização estrutural e taxas de crescimento em queda, quando outras regiões, como a Ásia estavam em ascensão, uma nova geração de líderes africanos entrou no século XXI com proclamações de renascimento para a África. É neste contexto, que a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) é o resultado de três iniciativas paralelas.

A primeira é a Parceria do Milénio para o Programa de Recuperação Africana (MAP), liderado pelo Presidente Sul-africano Thabo Mbeki e apresentado ao Fórum Económico Mundial em Davos, em Janeiro de 2001. A segunda iniciativa é o Plano OMEGA, criado pelo Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, e apresentada à Cúpula de líderes africanos francófonos em Camarões em Janeiro de 2001, A OUA corroborou e, a MAP e o Plano OMEGA foram então combinados para dar nascimento a uma terceira iniciativa a *New African Initiative (NAI)*, que, em seguida, levou a NEPAD em 2001.

(...) (...) Assim NEPAD foi adotada pelos Chefes de Estados e do Governo da OUA em 2001 e foi ratificada pela União Africana (UA), em 2002, para tratar de problemas do

desenvolvimento de África dentro de um novo paradigma, cujos objetivos centram-se em reduzir a pobreza, colocar a África no caminho do desenvolvimento sustentável, acabar com a marginalização da África no processo de globalização; integrar a África na economia global e capacitar as mulheres. (...)

4.6.3.1 Estruturas de governação da NEPAD

Com a integração da NEPAD nas estruturas e processos da UA, a 14ª Cimeira realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Fevereiro de 2010, fortaleceu o programa da NEPAD, transformando o secretariado da NEPAD em uma agência de implementação – Agência de Coordenação e Planificação da NEPAD (Agência NEPAD). A liderança e a estrutura da NEPAD são: A Assembleia da União Africana (UA); Heads of state and Government Implementation Committee (HSGIC) e a Comissão de Coordenação da NEPAD.

A NEPAD administra uma série de programas e projetos em seis áreas temáticas:

- Agricultura e Segurança Alimentar;
- Alteração Climática e Gestão de Recursos Nacionais;
- Integração Regional e Infraestruturas;
- Desenvolvimento Humano;
- Governação Corporativa e Económica;
- Questões transversais, incluindo o sexo, Desenvolvimento de Capacidade e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

3.6.3.2 Princípios da NEPAD

Os princípios pelos quais a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África se baseia são:

- Propriedade e liderança africana, bem como q participação ampla e profunda de todos os sectores da sociedade;
- Firmar a remodelação do continente sobre os recursos e desenvoltura dos povos africanos;
- Parcerias entre os povos africanos;
- Aceleração de integração regional e continental, construindo a competitividade dos países africanos e do continente;
- Forjar uma nova parceria com o mundo industrializado por, entre outras coisas, assegurar que mude a relação desigual entre a África e o mundo desenvolvido;
- Compromisso de assegurar que todas as parcerias com a NEPAD estejam ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e outras metas de desenvolvimento acordadas.

CAPITULO V- Desafios e Fatores Estratégicos de Angola na Integração na SADC.

5.1 Desafios e Oportunidades

O alcance de paz em Angola foi uma das tarefas a mais engenho e difícil, que se traduziu num desafio a vencer cada vez mais permanente e consolidada.

Os desafios-chave ligados a implementação dos seus objetivos compreendem os seguintes:

- Desafios relacionados com os recursos humanos;
- A implementação do Protocolo relativo a Educação e Formação, com o enfoque para o reforço de capacidades dos Estados-Membros, através de formação de profissionais na Arte de Ensino Aberto e a Distancia (EAD);
- Implementação da Política de Centros de Especialização (CdE) e disponibilização de equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) aos Estados-Membros;
- Falta de Fundos para a implementação dos Programas Prioritários que são unicamente financiados pelo Orçamento Geral do Estado angolano;
- A Consolidação da ZLC da SADC, continua a ser o principal foco de atenção visando promover o avanço da agenda do processo de integração económica da SADC.

Enfatizar, sem dúvida a abertura de um caminho sustentável para a concretização das premissas do desenvolvimento e do crescimento económico. Mas além desses avanços em direção ao crescimento, mas mesmo assim, Angola ainda não se manifestou quanto a sua indústria que está numa posição muito incipiente desenvolvimento, o que pressupõe favorecer a empolgante economia Sul-africana, e/ou ainda, pode atrapalhar o esforço de industrialização que o País desenvolve, e até mesmo criar sufoco aos sinais existentes de indústria, o que não lhe permite estar capaz de competir com os produtos produzidos nos países mais desenvolvidos da região. Esta posição de Angola enquadra-se no interesse de modelo de integração estruturalista, que se compara com o que foi seguido pela União Europeia na segunda fase do seu processo de integração. Este modelo privilegia o investimento comunitário em infraestruturas como via para acelerar a integração regional.

A falta de consenso quanto ao Protocolo do Comércio evidencia, por seu turno, as diferenças e assimetrias entre os países da região. Não obstante a isso, alguns já

alcançaram níveis razoáveis de desenvolvimento e pretendem com a SADC alargar a sua influência comercial e o seu mercado. Outros estão ainda num estágio muito débil de desenvolvimento, não se esforçam com o pouco que têm, pretendem tão-somente andarem a reboque através da SADC consolidar a sua independência económica e estruturar e desenvolver internamente os seus mercados. Assim torna-se mais difícil a afirmação da região.

Os últimos cem anos da história de Angola caracterizados por conflitos violentos, a fase mais destruidora e sangrante destes conflitos ocorreram de 1975, quando o país conseguiu a independência, até 2002.

Com efeito, apesar do elevado grau de exposição da população à violência no decurso da guerra, com consequências profundas, e a semelhança de muitos países africanos, em situação de pós-conflito, Angola enfrenta múltiplos desafios resultantes de processos de transição inacabados: a transição do colonialismo para a construção do estado no período pós-colonial; a transformação da sociedade, de uma sociedade politicamente orientada para o socialismo para uma democrática pluralista. Os desafios da transição incluem a mudança, de uma guerra civil prolongada que fragmentou o país, para um estado unitário baseado no respeito pela lei, pelos direitos humanos e pela boa governação. Desafios adicionais incluem a transformação das culturas de violência em cultura de paz, onde é dada atenção a questões de ordem psicológica e à integração da juventude; distribuição equitativa de oportunidades e recursos a população.

Estes desafios vão requerer intervenções para a edificação de paz, sob a forma de programas a curto, médio e longo prazo, com o objetivo de impedir que o país volte a cair numa situação de conflito violento e para consolidar uma paz duradoira.

Sublinha-se, desde logo, que a seleção destes eixos de análise fria longe de abarcar a totalidade e complexidade dos desafios que se colocam a Angola, alguns deles articulados entre si, e de entre os quais se podem referir, por exemplo, as vicissitudes do processo de transição para a economia de mercado e da consolidação do regime pluripartidário, a natureza do modelo de governação adotado, as características da estrutura da tomada de decisões em termos da política económica e as implicações económicas e sociais de deslocação compulsivas das populações.

Para tanto, vale sublinhar, diferentemente do que se vai observando em muitos outros países africanos destruídos por conflito armado desde a sua descolonização, continuam estagnados e pobres sem perspetivas de desenvolvimento, em tese, o objetivo de

superação das mazelas de guerra é perfeitamente factível em Angola, na medida em que os resultados provenientes do aproveitamento de seus abundantes recursos naturais, associados com as oportunidades de negócios, constitui o principal e fundamental alicerce para o desenvolvimento e do crescimento económico.

As disparidades económicas não ocorrem apenas entre Angola e os demais membros da SADC, considerando que vários países da região encontram-se ainda fortemente vinculados aos programas de reajustamento estrutural, supervisionados pelo FMI, cujo enfoque é notoriamente doméstico, no entanto, muitas vezes contraditório à coordenação regional.

Os desafios para a SADC referem-se aos seus objetivos, incluindo a sua definição inequívoca, bem como as estratégias para atingi-los. Tradicionalmente, a ênfase da SADC era em projetos de infraestrutura que impulsionassem o desenvolvimento. Para tanto, após a adesão da África do Sul. Contudo, o estabelecimento de uma área de livre comércio começa a ser discutido e o Protocolo de Livre Comércio é assinado em 1996. No intuito de tornar a organização mais eficiente, em especial diante deste novo objetivo, ganha corpo a proposta de criação de estruturas próprias da SADC.

Como membro da SADC, Angola está também a implementar as diretrizes para a Política Regional da água e Estratégia Regional. Também assinou um Memorando de Entendimento do Tratado de Okavango -Zambeze, com o Botswana, a Namíbia, a Zâmbia e o Zimbabwe. Angola é parte de uma iniciativa transfronteiriça com a República Democrática do Congo e a República do Congo, e com a participação do Gabão, para a conservação da floresta do Maiombe, uma iniciativa financiada pela União Europeia.

Nalguns casos, diversas universidades angolanas oferecem graus de Engenharia Ambiental, Casos incipientes de formação profissional sobre Energia Renováveis, Energia Solar e Energia Eólica- refletindo a crescente preocupação do Governo com as questões ambientais.

Porém, ávida por investimentos, Angola estabeleceu laços económicos e de cooperação com vários parceiros que necessitam de seu petróleo e diamantes: (China, EUA, EU, principalmente Portugal), o mesmo não sucedendo com o Brasil, não fossem as restrições impostas na concessão de linhas de créditos especiais, acresce a falta de instituições financeiras brasileiras no mercado angolano.

Na perspetiva segundo Salomão (S.D), “desafios e oportunidades” afirma, o que representa o fator de integração das economias numa perspetiva mais abrangente.

Contudo, na arena internacional o Brasil clama igualmente por reavaliar os ratados e outros Termos de Cooperação, firmados com Angola na década 80, com vista a ampliar as relações entre os dois Países, que se pode entender provavelmente, tenha faltado expediente para que tal marco diplomático comercial e de cooperação funcionam.

5.1.1 Política de Estabilidade Macroeconómica: Objetivos e medidas da Política

Durante uma década depois da Independência, Angola adotou um modelo de planeamento central marxista, envolvendo-se num enorme programa de nacionalizações em todos os sectores da economia, e viu-se enredada no cenário internacional da guerra fria por que era aliado dos países do Bloco de Leste. A transição de uma economia socialista para uma economia de mercado teve início em 1987, mas o processo foi caótico, especialmente no que diz respeito à privatização: falta de compromisso político para com a estabilização da economia e para com a introdução de mais transparência fez com as relações com as instituições de Bretton Woods fossem muito tensas e funcionários do FMI. Como resultado, a economia de Angola entrou numa longa fase de recessão e o crescimento médio anual no período de 1975-2003 foi- 1.1%. todos os sectores da economia foram afetados, com exceção do sector petrolífero.

O sucesso do programa macroeconómico permitiu que Angola melhorasse o seu relacionamento com as instituições de Bretton Woods, uma condição necessária para recuperar a confiança da comunidade internacional.

Para além dos desafios já destacados nos pontos procedentes, ainda assim, e de acordo com a Convergência (2010, p.34), enfatiza também alguns desses desafios que Angola enfrentara no futuro nomeadamente:

- A provisão de serviços públicos à população, atualmente reduzidos a zero;
- A reabilitação das infraestruturas destruídas;
- A diversificação da economia;
- O combate ao HIV/SIDA; e
- O alívio da pobreza geral.

Para concretizar estes objetivos, o governo teve de conceber uma estratégia apropriada de desenvolvimento que superasse os constrangimentos estruturais para acelerar o crescimento da economia. (...).

A perspetiva da Síntese do PND2013-2017, sendo o suporte deste instrumento, estabelece como objetivos a perseguir, os seguintes pressupostos:

Garantir a capacidade solvente do Estado e limitar os encargos para as gerações futuras.

Entretanto, e para dar forma e estabilidade na realização dos objetivos foram definidas mediadas de política que garantam a segurança nomeadamente:

- Reduzir fundamentalmente, o défice orçamental não petrolífero das contas do Estado, afetando, geralmente, o aumento das receitas correntes oriundas do sector não petrolífero a parcelas correntes da despesa pública, na proporção da queda das receitas petrolíferas sobre a receita real;
- Limitar os recursos ao endividamento para a cobertura das despesas de capital;
- Apoiar os títulos de dívida com taxas de juros sustentáveis, que se constituem no patamar de taxas de mercado financeiro e que não elevam o serviço anual de juros a um percentual do PIB superior à taxa de crescimento deste em termos reais;
- Alargar os prazos de resgate da dívida pública, através da sua distribuição temporal equilibrado, reduzindo o custo financeiro e assegurando a garantia de proteção contra risco de volatilidade da taxa de cambio e a observância dos limites para o crescimento da dívida líquida estabelecida na Lei Anula de Orçamento Geral de Estado.

O Programa de estabilidade Cambial é um instrumento produzido pelo Governo angolano, para in loco assegurar os seguintes objetivos e medidas da política:

Assegurar a flutuação da Taxa de Cambio para proteger as reservas internacionais líquida e fomentar a produção nacional;

Considerando as medidas da Política como sendo:

- Garantir uma oferta de divisas no mercado Cambial primário que garanta a execução do Orçamento Geral de Estado e o atendimento a procura de moeda estrangeira da economia, em articulação com uma adequada oferta de meios de pagamentos em moeda nacional, de modo a que a taxa de Cambio primária passa à constituir-se no vector fundamental para a estabilidade de mercado secundário;
- Intervir no mercado Cambial gradualmente, apenas para alinhar a taxa de Cambio com os objetivos de política macroeconómica.

A integração económica na SADC, é suposto compreender os fatores internos e externos, criando um guião de suporte das medidas económicas e financeiras que consiste desde a definição e execução da política de reforma Tributária e das Finanças Públicas.

Acautelando todos esses fatores endogénese Angola traçou a Política de Reforma Tributária e das Finanças públicas tendo como objetivo perseguido o de criar um sistema tributário Justo, simples, eficiente e eficaz na arrecadação de receitas.

Este instrumento permita oferecer maior confiança não só aos operadores inter-regionais, como os operadores extra-regionais além fronteira, considerando que o sistema tributário, de Reforma de Administração Tributária, assim como a Reforma de Justiça Tributária, são instrumentos muito valiosos e de peso na realização da

diplomacia Económica de qualquer País. E considerando Angola na sua perspectiva de um Poder e Expressão de Potencial e de capacidade no contexto da União Africana e SADC

Como é óbvio os objetivos traçados para alcançar as metas do seu potencial, são sumamente comuns, visando salvaguardar o seu papel de líder no Crescimento Económico Sustentável na sub-região austral, destacando:

Melhorar o desempenho da administração tributária e das alfândegas; e assegurar o crescimento dos deveres e a proteção integral dos direitos dos contribuintes, são entre outros objetivos que conformam os pressupostos da Reforma tributária e de Justiça Tributária

5.2 Angola, um Poder e Expressão de Potencial e de Capacidade na SADC

Para avaliar a possibilidade de Angola de ser uma perspectiva de um poder e expressão de potencial na SADC, julga – se necessária e imprescindível avaliar o impacto à política externa de Angola desde o contexto da crise pós-independência, estabelecer uma ponte sobre o potencial abundante dos seus recursos naturais e hídricos, e do facto de que a economia angolana era quase completamente dependente do Ocidente, ao mesmo tempo que o modelo de Estado e do partido estavam estritamente ligados, ao campo socialista.

O reforço e a consolidação desse desiderato, começou a reopontar-se gradualmente, a partir de década 80, visando a institucionalização da economia nos moldes capitalista, em que a adesão ao sistema monetário internacional, apesar tímido, mas já se podia notar um avanço, assim como ao multipartidarismo e do abandono da aliança político-militar do Campo Socialista, de acordo com Conceição, apud José (2010, p.22)¹⁸, Angola é, pois, um País próspero, dinâmico em franco desenvolvimento, e por conseguinte, a sua base doutrinal para a afirmação no patamar do tema, consiste na aplicação teórica e pratica dos sistemas internacionalmente aceites e que se traduzem no pensamento teórico defendido por exemplo pelo Kaplan citado pelo Waltz (2002, p.72), baseado nas seguintes regras:

¹⁸ José Maria Nunes Conceição, livro: Angola: Uma política externa em contexto de crise, 1975 – 1994.

- Agir de forma a aumentar a capacidade, mas negociar em vez de lutar;
- Lutar em vez de rejeitar uma oportunidade de aumentar as capacidades;
- Parar de lutar em vez de eliminar um ator nacional essencial;
- Agir de forma a opor-se a qualquer aliança ou ator individual que tenda a assumir uma posição predominante com respeito ao resto do sistema;
- Agir de forma a constringer os atores que subscreveram princípios de organizações supranacionais;
- Permitir atores nacionais essenciais derrotados ou diminuídos a reentrada no sistema como parceiros, ou agir de forma a trazer algum ator anteriormente considerado não-essencial para a classificação de ator essencial. Tratar todos os atores essenciais como parceiros aceitáveis.

Para corresponder as expectativas de Angola de ser um Poder e Expressão de Potencial, a perspetiva de conformidade com (PND2012),o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, constitui o principal instrumento a ser utilizado para efeito e com ele dever-se-á orientar e intensificar o ritmo e a qualidade do desenvolvimento em Angola, com vista a aumentar e melhorar a qualidade de vida, (...), transformado a riqueza potencial que constituem recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível dos angolanos face ao processo de integração na SADC. (...)

É neste contexto através do qual Angola define-se e tem-se assumido como um Estado Progressivo em todo o processo de transformações que ocorrem nas relações internacionais e a sua política externa tem-se baseado nos princípios do respeito e igualdade jurídica entre os Estados, de resolução pacífica de conflitos, de cooperação entre os povos, de progresso e de justiça social. Ao longo de trajetória de estabelecimento de Angola enquanto um povo livre e independente, a estratégia seguida tem sido a de promover não só uma inserção competitiva de Angola no concerto internacional aproveitar as vantagens de cooperação internacional recíproca, em face dos processos de integração regional na SADC.

O crescimento económico impetuoso que o País vive nos últimos 12 anos, e dos passos importantes que têm sido dados na superação dos obstáculos e dificuldades, fazem com que Angola, seja vista e considerada como um País Forte, serio, e um Estado-Poder e respeitado pela Comunidade Internacional, com vista a uma integração próspera e firme. A afirmação desse desiderato é igualmente suposto abrirem-se caminhos rumo a adesão de Angola a ZLC da SADC.

Na expectativa de Walt (2011, p.143) «Ordens Anárquicas e Balanças de Poder», diz-se muitas vezes, que o estado entre estados conduz os seus assuntos envolto na sombra da

violência. Porque alguns estados podem em qualquer altura usar a força, todos os estados têm de estar preparados para o fazer ou então viver à mercê dos seus vizinhos militarmente mais vigorosos. (...)

a) A interdependência e integração

Na óptica definida por Waltz (2011, p.145), entende que o significado político de interdependência varia dependendo se um domínio é organizado, com relações de autoridade específicas e estabelecidas, ou se permanece formalmente desorganizado. (...) Apesar dos estados serem unidades funcionalmente semelhantes, eles deferem muito nas suas capacidades, ao mesmo tempo que entendem a (...) «*Interdependência*» é o lugar-comum do dia.

b) O Poder e estratégia

Na verdade o estudo sobre o poder e estratégia, é uma matéria de vanguarda na cadeira das relações internacionais, e sobretudo quando comparado para criar suporte de fatores endógenos em processos de integração⁷. Porquanto é do poder que servem objetivos determinados pelo poder político e, por isso, o poder político é o fim para o qual a estratégia trabalha.

Assim, faz-se mister, proceder a uma singular abordagem sobre o poder, necessariamente muito sumário, entendendo que a política e o poder constituem matéria que é aprofundada noutras áreas das ciências através dos estudos em relações internacionais, como por exemplo, as de Análise Política e Teoria Jurídica e ou Política. Julgamos no entanto, procurar destacar os aspetos de poder que se afiguram mais diretamente relacionados com a estratégia e a polemologia, baseada na teoria de Correia, (2010,p.72) (...), o Termo poder, na sua aplicação específica de poder político, que é aquela que aqui nos interessa, envolve alguma ambiguidade.

Com base nos depoimentos de Raffstin, apud Correia (2010, p. 72), usa exatamente este termo, ambiguidade, e explica porquê: «(...) porque há o Poder e o poder. Mas o primeiro é mais fácil de localizar porque se manifesta através de aparelhos complexos que dominam o território, a população e domina os recursos. É o poder visível, maciço, identificável (...) mas o mais perigoso é o que não se vê, ou que já não se vê porque se pensa ter – se desembaraçado dele (...)» (p.24).

Na mesma tese de contribuições de Aron, apud Correia (2010, p 72) diz que «*no sentido mais geral, o poder é a capacidade de fazer, de produzir, de destruir*» entendendo a possibilidade de se considerar os três patamares do poder estabelecidos nos seguintes termos:

O primeiro é o simbólico e anímico: é ter poder, expressão do produto de uma vontade por uma capacidade (ter e exercer); é o patamar da soberania;

- O segundo é o institucional: é ter poder, expressão de uma autoridade dos órgãos de soberania; é o patamar de Estado;
- O terceiro é o instrumental: é exercer poder, expressão de potencial, de uma capacidade dos agentes do Estado; é o patamar da defesa nacional.

O termo poder tem aplicações apropriadas nos distintos patamares, constituídos de acordo com Correia (2010, p.74):

- Poder e a soberania
- Poder e Estado
- Poder e a defesa nacional (...)

O poder quando é entendido no significado de soberania, não é algo de material, ainda que dependente de fatores materiais. (...) Moreira, «O poder não é uma coisa, é uma relação» (Janeiro, Março 1991, p.42), que é também o conceito de Aron (p.58), e é muito semelhante ao Foucault, citado por Raffestin: «o poder é parte inseparável de toda uma relação» (p.42). (...)

Como é importante julgar, no contexto das relações Internacionais, as civilizações modernas ou clássicas evidenciam também o modo de Relacionamento/Cooperação. Pois, no meio disso, estão subjacentes os factores histórico-culturais entre os povos e Estados. Ainda sobre esta expectativa, por exemplo, e segundo Correia (2010, p.212) caracterizando «*as divisões pós-Guerra Fria*» no pensamento do “Huntington Civilizações Africanas”, refere que é a África Subsaariana, urge e não a Islâmica, deixando em dúvida se deve ou não ser considerada uma civilização própria (possivelmente, como teve o cuidado de acrescentar).

Concluindo, observando o seguinte depoimento segundo Waltz, (2011,p.261). O poder militar já não traz controlo político, mas, oficial, nunca trouxe. Conquistar a governar são processos diferentes, (...). Contudo, quer os responsáveis governantes quer os estudiosos da antiga dificuldade de usar a força, que a força é agora, efetivamente, obsoleta, e que as estruturas internacionais já não podem ser defendidas em função da distribuição de capacidade pelos estados.

Waltz, desenhou duas formas como a seguir podemos destacar: a primeira variadamente discutida anteriormente, é que a utilidade da força é encarecidamente identificada com o seu uso.

A segunda fonte de confusão sobre o poder é encontrada na sua estranha definição. (...) O poder é então medido pela capacidade de conseguirmos que as pessoas façam o que nós queremos, quando, de outra forma, não o fariam (cf.Dhl,1957), (...) Definir «poder» como «causa» confunde processo com resultado. Identificar poder como controlo é afirmar que apenas o poder é necessário para conseguir o que queremos. Usar o poder é aplicar as nossas capacidades numa tentativa de mudar o comportamento de outros de certas formas.

As relações internacionais são necessariamente um sistema de pequenos números.

Mas nas tentativa de compreender melhor o sentido de poder, Waltz, (2011,p.265), questiona o uso do poder nos seguintes termos:

- (...) Se o poder não traz fiavelmente o controlo, o que é que faz por nós? Primeiro, o poder fornece os meios para mantermos a nossa autonomia face à força que os outros exercem.
- Segundo, maior poder permita maiores raios de ação enquanto deixa incertas as resultantes da Ação.
- Terceiros, quais poderes gozam margens mais largas de segurança ao liderem com os menos poderosos e têm mais a dizer sobre que jogo serão jogados e como?

Duncan e Schnore (1959,p.139), definiram o poder em termos cronológicos como « a capacidade de um grupo de atividades para estabelecer as condições sob as quais os outros têm de funcionar».

5.3 Aspetos políticos/diplomáticos

Para ilustrar o novo clima político do país, vale sublinhar que as forças políticas continuam a organizar-se internamente, por formas a garantirem a estabilidade política considerando irreversível o processo da normalização democrático de direito com base na realização dos processos eleitorais periódicos que assentam na vontade popular.

O ambiente da paz estável que Angola conhece, tem constituído um requisito essencial as melhorias que se regista em vários domínios da vida política económica e social do País.

Neste contexto é lícito afirmar os vários fatores estratégicos de Angola referentes ao processo de integração regional na SADC, influenciam o processo de implementação efetiva do PC-SADC, criando desafios para o país. A estabilidade política em constante consolidação através de realização regular e sistemática de eleições gerais constitui por isso, um fator estratégico determinante e uma mais-valia para o processo de integração regional, conferindo credibilidade as instituições. No campo diplomático Angola melhorou o nível das relações quer bilaterais como de cooperação regional através de acreditação de cada vez de missões diplomáticas e das agências de cooperação, não obstante a sua participação e contribuição ativa e efetiva para o desenvolvimento sustentável do bloco, em particular e no geral para o continente africano.

Considerando que por mérito próprio, Angola tem vindo a emprestar no campo diplomático, um saber na resolução de conflitos internos no quadro dos objetivos políticos desde os definidos por então Movimento de Linha de Frente, assim como da estratégia da criação da SADC, abrindo novos caminhos para que o país se dedique intensamente à realização do grande capítulo de integração económica regional da África Austral, impulsionar a integração sustentável das economias dos países da região em benefício dos seus despectivos povos.

Por outro lado, é nota assente e aqui vale aqui sublinhar que apesar dos esforços considerados positivos do desempenho do Governo, na realização de projetos sociais, a população mesmo assim, ainda não sentiu os benefícios dos resultados da produção do petróleo que rende receitas enormes para a economia angolana.

Implica com isso, haver um desdobrar de pirâmide para que paulatinamente seja invertida a situação, de acordo com Dos Santos (2012) que reorienta a política social do país na expectativa de que quem muito deve criar condições para dar emprego a quem não quase nada. Dai que considerar importante o aspeto solidário, que assenta na política de reconciliação nacional, visando essencialmente a inclusão social e económica de todos os segmentos na vida ativa e pública da sociedade angolana, como um fator determinante na cicatrização das sequelas de conflito armado.

1.A República de Angola respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana e estabelece relações de amizade e de cooperação com todos os Estados e povos, na base dos seguintes princípios, estabelecidos na sua Constituição. Artigo, (12º):

- Respeito pela soberania e independência nacional;
- Igualdade entre os Estados;

- Direitos dos povos à autodeterminação e à independência;
- Solução pacífica dos conflitos;
- Respeito dos direitos humanos;
- Não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados;
- Reciprocidade de vantagens;
- Repúdio e combate ao terrorismo, narcotráfico, racismo, corrupção e tráfico de seres e órgãos humanos.
- Cooperação com todos os povos para a paz, justiça e progresso da humanidade.

2. A República de Angola defende a abolição de todas as formas de colonialismo, agressão, opressão, domínio e exploração nas relações entre os povos.

3. A República de Angola empenha-se no reforço da identidade africana e no fortalecimento da Acção dos Estados africanos em favor da potenciação do património cultural dos povos africanos;

4. O Estado angolano não permite a instalação de bases militares estrangeiras no seu território, sem prejuízo da participação, no quadro das organizações regionais ou internacionais, em forças de manutenção da paz e em sistemas de cooperação militar e de segurança coletiva.

O Direito Internacional é um facto fundamental assegurado através do estabelecido no artigo 13º da Constituição da República de Angola:

- O direito internacional geral ou comum, recebido nos termos da presente Constituição, faz parte integrante da ordem jurídica angolana.
- Os tratados e acordos internacionais regularmente aprovados ou ratificados vigoram na ordem jurídica angolano após a sua publicação oficial e entrada em vigor na ordem jurídica internacional e enquanto vincularem internacionalmente o Estado angolano.

5.3.1 O Posicionamento de Angola no Contexto Internacional e Regional (UA e SADC)

a) Objetivos

Elevar a relação de Angola com as Organizações Internacionais, melhorando as condições de financiamento da economia e as capacidades de gestão económica.

b) Medidas de Política

- Negociar o aumento do volume e das condições de financiamento do Banco Mundial a projetos estruturantes da economia angolana;
- Apresentar a evolução da economia angolana, numa base regular, a organizações como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial ou o G20;
- Formular e implementar um plano de Ação para promover a candidatura de quadros qualificados angolanos a posições de destaque nestas organizações;
- Estabelecer protocolos com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para o desenvolvimento de estágios para graduados universitários angolanos, bem como para a implementação de programas de assistência técnica aos técnicos dos órgãos de gestão macroeconómica do país.
- Aumentar o nível de influência política e económica de Angola na região e no mundo, procurando beneficiar das potencialidades existentes na região.

b) Medidas de Política

- Assegurar o cumprimento dos acordos, protocolos e metas firmados com a SADC, contribuindo ativamente para a integração económica da sub-região;
- Promover a candidatura de quadros qualificados angolanos para ocuparem posições de relevo na União Africana, nas Nações Unidas, na SADC, na CEEAC e noutras organizações regionais;
- Acompanhar e participar ativamente nas organizações internacionais, em particular no que respeita à reforma do sistema das Nações Unidas, na SADC, na União Africana e ao processo de transformação em curso nesta organização.

5.3.2 Diplomacia Económica: As Relações com as Organizações Financeiras Internacionais e Regionais.

A concorrência é forte e os interesses económicos se sobrepõem aos afetos históricos com os seus tradicionais concorrentes. A necessidade de reavaliar a política aplicada ao desenvolvimento das relações bilaterais sobretudo com África do Sul, seu principal concorrente, é uma constante.

Acredita-se que este fato de concorrência cada vez mais amplo e visível de Angola, pode se consolidar eficaz numa perspetiva de uma ação governativa transparente que assenta para atingir:

- A criação de um ambiente de negócios especiais para as empresas de sul-africanas que se instalaram em Angola e vice-versa, em projetos de investimentos substantivos e prioritários para o país.
- Um plano conjunto no âmbito bilateral para uma abordagem programada de empresas aos dois mercados, considerando as reformas aduaneiras que visam proteger as indústrias existentes ou que venham a ser instaladas em Angola tendo em vista a concorrência externa.

A justificação desta problemática deve-se ter em atenção os aspetos histórico-político-militares, económico-financeiros, sociais e do ambiente em que se desenvolvam os negócios em Angola.

Na plataforma defendida durante a realização da Convergência de Angola, na sua (p.55), examine os fatores, “ política macroeconómica - política fiscal e monetária”. Enquanto durou a guerra civil, que terminou em 2002, Angola registou taxas de inflação superiores a 100 por cento. O nível permaneceu elevado mesmo depois de 1987, quando o país abandonou o planeamento centralizado, abraçou a liberalização económica e criou uma série de programas para combater a inflação. Os enormes desequilíbrios orçamentais, juntamente com os consideráveis défices das operações do banco central, minaram a estabilização dos preços. Numa conjuntura de preços mundiais firmes e um aumento da extração, as receitas provenientes do petróleo e os elevados empréstimos garantidos pelo petróleo, contraídos junto a bancos comerciais internacionais, serviram para financiar o aumento constante das despesas (salários de grandes efectivos de militares e funcionários públicos, compras de armas, e subsídios ao consumo), situação que será difícil de inverter nos períodos de baixo dos preços do petróleo e/ou de baixa das reservas petrolíferas.

Após a introdução de medidas enérgicas de estabilização em Setembro de 2003, a inflação caiu para 77 por cento no final de 2003 e para 31 por cento no final de 2004. Em 2003, o défice orçamental permaneceu relativamente elevado (7,9 por cento do PIB). Em 2004, o défice público desceu a 3.5 por cento do PIB, devido a um aumento das receitas petrolíferas e á aplicação de medidas visando melhorar a fiscalização e o processo de execução do orçamento.

A análise dos destinos das exportações de Angola evidencia que os principais parceiros importadores de seu petróleo e diamantes são EUA, a China e a União Europeia e secundariamente África do Sul. Já o exame da origem das importações angolanas em 2006 demonstra que os parceiros comerciais mais relevantes são: a União Europeia

(35,7% do total), da qual Portugal se destaca com 14,3% do total, quase a mesma participação dos EUA (14,6%), seguidos pela África do Sul (6,4%). Do conjunto das importações angolanas, 60% de seu valor FOB é representado pelas compras de bens de consumo, 11% por produtos intermediários e 29% por bens de capital

Objetivos e medidas de política

De acordo com, a Síntese (2010, p,36), na despectiva do Plano Nacional de Desenvolvimento, foram definidos e estabelecidos termos de referências para a realização de uma ação proactiva que se cingiram nos seguintes objetivos:

- Adotar uma política ativa de promoção das exportações no exterior, procurando aproveitar a reciprocidade de vantagens das relações mantidas com Angola no plano bilateral com instituições internacionais.

Nesta expectativa, o plano visou medidas de política que assentam na realização e busca dos resultados tendo em conta:

- Definir um quadro institucional de concertação e implementação entre política externa e política comercial de promoção de exportação;
- Facilitar o acesso a mercados externos, através do conhecimento dos obstáculos com que as empresas angolanas exportadoras se deparam e da realização de acções de diplomacia comercial para responder a tais constrangimentos, junto dos parceiros comerciais de Angola;
- Operacionalizar as estruturas de representação comercial e de apoio à actividade exportadora nos principais mercados-alvo identificados, nomeadamente através da recolha de informação relevante sobre a competitividade dos produtos angolanos e sobre o seu acesso aos mercados (acompanhamento e difusão de informação sobre novas normas);
- Conduzir um programa de reforço das capacidades dos quadros técnicos das instituições de apoio às exportações;
- Acompanhar o processo de internacionalização de empresas seleccionadas.

Melhorar a imagem dos produtos angolanos no exterior, constitui uma das prioridades definida pelo Governo, considerar efetiva a promoção das seguintes medidas de Política. (PND,2012,p.37)

- Desenvolver o conceito e de uma marca representativa “ Feito em Angola”;
- Definir e implementar um programa de promoção da marca junto dos principais mercados-alvo;

- Apoiar a adaptação dos produtos angolanos às normas exigentes pelos principais mercados-alvo.

5.4 Defesa e segurança regional

5.4.1 Protocolo sobre o Órgão de Cooperação nas Áreas de Política de Defesa e Segurança da SADC

O Protocolo sobre Cooperação em Políticas, Defesa e Segurança, assinado em Agosto de 2001, foi ratificado e entrou em vigor no dia 2 de Março de 2004, dando um quadro legal ao órgão, cujo objetivo é de promover a paz e segurança na região. As estratégias e programas são elaborados através do Plano Indicativo Estratégico para o Órgão (SIPO) sobre Políticas, Defesa e Segurança. O Órgão funciona ao nível dos Chefes de Estado e do Governo com um presidente e uma troica de três líderes (o presidente atual, passado e o próximo), que reportam à Cimeira da SADC. (...)

O SIPO é um instrumento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral SADC, uma ferramenta facilitadora da implementação da agenda de desenvolvimento da comunidade, e tem como objetivo proporcionar um clima político de segurança pacífico e estável na região.

Nos últimos tempos a sub-região tem sido confrontada por crises políticas, nomeadamente na República Democrática do Congo, Zimbabué e Madagáscar. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral pretende, ainda, reforçar o combate aos crimes transfronteiriços, tráfico de drogas, tráfico de seres humanos e imigração ilegal.

Nesta despectiva, os Países-membros do bloco regional, tendo em vista a dimensão político-militar que a resolução dos processos dos conflitos e crises em África, reclamam, entenderam normalizar as suas relações nessas áreas em busca de mecanismos de atuação comum. A sua estrutura funcional compreende três Comités especializados em:

Comité Ministerial- constituído por Ministros dos negócios estrangeiros, defesa e segurança de todos os Países-membros e partes do Protocolo. Reúne uma vez por ano, com encontros (peritos) solicitados por ISPDC ou ISDSC.

Comité-Inter-Estatal de Políticas e Diplomacia (ISPC), presidido pelos Ministros das áreas dos negócios estrangeiros, para reportarem ao Comité Ministerial acções relacionadas com a política e diplomacia, reúne igualmente, uma vez por ano;

Comité-Inter-Estatal de Defesa e Segurança (ISDSC) composto por Ministros das áreas da Defesa, Segurança Pública e Segurança de Estado, cuja principal tarefa é assegurar a coordenação e a execução das ações que concorram para o alcance dos objetivos relacionados com a defesa e segurança regional, levando-as ao conhecimento do Comité Ministerial.

Toda essa envolvimento surge em resposta a criação de uma frente comum para combater contra o regime de apartheid e conseqüentemente com o fim da Guerra Fria teve lugar o surgimento de uma (Nova) ordem internacional. Este fenómeno como se sabe, a intervenção de Angola em prol de defesa e segurança regional, levou a cabo ações e participações sublimes para o alcance da paz e estabilidade cada vez mais visível e pontual, evocando mesmo assim, a procura de trazer respostas a boa vontade política sólida da região, um instrumento complementar de recursos domésticos próprios para se realizar o que se tem como prioritário para o desenvolvimento comum.

Evidentemente, a estabilidade política e segurança na sub-região já esteve melhor, apesar das situações de tensão que ainda se regista nalguns países. Nota-se uma participação e influencia no processo de criação de uma ordem justa e democrática em África e no mundo contemporâneo, através da busca de soluções colectivas para os problemas de continente e dos problemas internacionais na base da carta da União Africana e da ONU.

A contribuição para a diminuição dos focos de tensão e conflitos bem como para a prevenção dos mesmos, sobretudo nas regiões circunvizinhas de Angola. A pretensão de interesses de Angola no exterior e a promoção de uma viragem do país como um Estado democrático de direito, de economia social do mercado e com uma política externa independente, procura mostrar o quanto o apoio da SADC alimenta esses esforços que conduz a Angola a confirmar o epicentro para uma boa governação.

Este maior empenhamento na cooperação no campo da defesa e segurança regional, é suposto notar a viragem que veio proporcionar para uma maior contribuição e intervenção geoestratégica nesses espaços de vital importância, levando que a constituição de Órgão que cuida criteriosamente dos dossiers militar fosse um êxito dos Estados-membros da organização regional, constituindo por isso, num novo modelo de apontar as baterias para a África, impostas pelas dinâmicas da globalização do sistema de defesa e segurança, considerar que a segurança de cada Estado é atividade que depende de segurança de todos e pró conseguinte, a segurança de todos, depende agora

mais do que nunca da segurança e do desenvolvimento de cada um dos Estados-membros.

5.4.2 As Tensões e Crises da integração regional

Segundo Moreira, (2011, p.497), afirma, - no seu conteúdo operacional, o conceito de integração significa que grupos diferentes, submetidos à mesma jurisdição, devem possuir os mesmos direitos legais, embora possam (*affirmative action*) ter privilégios desiguais em função da sua específica identidade religiosa, linguística, cultural. (...)

Oposto a qualquer movimento neste sentido está o integrismo, uma expressão devida a Charles Maurras, que subordina tudo à preservação e desenvolvimento das diferenças, coisa que, partindo do modelo Estado-Nação, contraria qualquer internacionalismo ou transnacionalíssimo, de acordo com Moreira, [2011, p. 497]

É por isso que a integração tem como corolário a tolerância que preside à coexistência e cooperação das diferenças sob a mesma instituição política. As normais resistências que ficaram referidas é que inspiram o gradualismo funcionalista que retira das observações dos factos que a integração de um sector, com êxito, acelera a integração seguinte, o contrário sendo igualmente verdadeiro.

As crises internas têm posto em evidência o malogro dos aparelhos estatais todopoderosos e das suas políticas voluntárias, que de uma maneira não souberam aproveitar o rendimento constituído pela matéria-prima durante os anos 60, e que não puderam promover, por falta de meios, uma política de educação e portanto de modernização.

Hoje, apesar de rendimento da produção do petróleo e o dos seus derivados constituírem em diferenças, Angola deve ser capaz de impor todo o seu peso nos assuntos regionais e internacionais. Uma das maiores forças de Angola é a capacidade de expandir os seus valores regionais interpretados como o respeito pelos direitos humanos, manutenção de padrões sociais na economia social de mercado, na persuasão, diálogo e resolução de conflitos e crises para além das suas fronteiras, assim como a aplicação de Estado de direito, a proteção ambiental etc.

Crise: A tipificação do conceito em si conduz-nos acima de tudo, a necessidade de esclarecer o que se entende por “ crise” para que de facto, se possa fazer um enquadramento mais adequado no contexto em que se insere a questão. A situação de crise corresponde ao grau de conflito de não-guerra. Há, no entanto, e quem tenha uma

perceção mais lata da situação de crise, considerando que todos os graus de conflito, em exceção da guerra violenta correspondem a situação de crise. (...), de acordo com Correia, [2010, p.52].

A situação de crise em África é caracterizada por vários fatores: fator económico, fator político, fator social, (fome, pobreza, epidemias ou seja doenças endémicas, etc..).

Segundo Edgar Morin, apud Correia, (2010,p.52), dá a seguinte definição de crise: «é um momento de desordem e da incerteza no seio de um sistema (individual ou social),» (p.138). (...) Todas as grandes Transições se têm processado em situações de crises. (...), Sendo esta a guerra, o desenlace mais perigoso e menos desejável de uma situação de crise, que pode influenciar no sentido de uma crise desembocar numa guerra:

- Em primeiro lugar a dinâmica da escalada; a tendência natural para que cada uma das partes coloque em jogo argumentos cada vez mais fortes que possam sobrepor-se aos da outra leva, pela sua própria lógica, a pensar do patamar da ameaça ao da violência;
- Em segundo lugar, a natureza dos interesses em jogo: se a crise for desencadeada por desafios que ponham em causa interesses considerados inevitáveis para ambas as partes, a guerra pode tornar-se inevitável; a Tecnologia hoje corrente é a dos interesses vitais, cuja definição é exatamente a de que a sua defesa justifica o recurso de todas as forças disponíveis;
- Por último as definições de deficiências mais exatamente, análise definições sobre o valor que os interesses em jogo têm para a outra parte, sobre a sua capacidade ou vontade para os defender, sobre eventuais apoios com que este, pode conduzir a erros de decisão que levam a se ultrapassar o patamar da crise do que depois é impossível regressar.

5.5 Perspetivas geoestratégicas regionais.

5.5.1 Perspetivas Inter-regional

Considerado ter cumprido os principais objetivos políticos essenciais da região que reclamavam a sua intervenção direta, incluindo a instauração da paz no seu território, Angola, passou a ser vista como a nação do futuro no projeto de integração económica Regional da SADC.

Contudo, estes caminhos encontram na sua trajetória uma pergunta que se coloca segundo a qual: o que podem esperar os povos da Região Austral da África com o

alcance e conseqüentemente, consolidação da paz em Angola e que papel desempenhará no projeto de integração económica regional da SADC?

A resposta a esta questão pode resultar na necessidade de se ter em vista os fatores históricos que levaram ao surgimento da SADC e o papel desempenhado por Angola no quadro dos compromissos políticos regionais desta organização.

Convínhamos sublinhar também que Angola só pode vencer eficazmente os desafios propostos graças a uma determinação, a uma solidariedade mais atuante e a um maior unidade de ação que já vem demonstrando na arena regional e internacional, de modo que o seu discurso para o desenvolvimento sustentável cada vez notável e forte possa enfim, falar de uma só voz, sobre as questões que envolvem o seu futuro.

A África, continente tão afetado que importa quase 85% de bens e serviços e de tecnologias, não só esta situação agrava o destino pouco invejável dos grupos mais vulneráveis como também transporta em si os tumultos das crises e conflitos regionais, da fome cuja conseqüências desestabilizadoras não devem ser subestimadas, porquanto, elas comprometem as perspectivas de um futuro melhor não só para Angola como para a África em si.

É neste contexto de regionalização que Angola projeta a sua perspectiva de integração regional na SADC, através da qual concorra para o alcance dos seguintes eixos:

Acelerar o processo de integração económica, considerando o contexto atual na anciã de, nenhum país individualmente, pode ultrapassar eficazmente os múltiplos problemas com os quais se confrontam;

Acelerar o processo de consolidação da estabilidade política e económica, fundamentalmente, como garanta da participação efetiva de implementação do programa Global de Desenvolvimento da Agricultura Africana, adotado em Maputo em Julho de 2003.

As bases metodológicas em que a estabilização assentou fazem com que a mesma tenha deixado de ser um mero episódio do processo económico de Angola e passado a ser uma situação de rotina, ainda assim exigente em conhecimentos científicos, capacidade de entendimento da *causa das coisas*, habilidade de gestão, flexibilidade de medidas, políticas e competência de intervenção imediata.

Ainda assim, em síntese, o objetivo estratégico neste domínio é o de criar um território mais equilibrado, dinâmico e competitivo, que seja um fator de integração do mercado nacional, valorizando o potencial de cada área, para o reforço da economia e do desenvolvimento, em correspondência com as perspectivas nomeadamente:

- Consolidar a paz, reforçar a democracia e preservar a unidade e coesão nacional;
- Garantir os pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento;
- Melhorar a qualidade de vida dos angolanos;
- Elevar a inserção da juventude na vida ativa;
- Apoiar o empresariado nacional;
- Reforçar a inserção competitiva da Angola no contexto regional e internacional.
- Angola deverá ter até 2015, uma inflação de 3%, como pressuposto da sua integração na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na Comunidade de Desenvolvimento da África Central (CEEAC)

Para tal, é indispensável a participação de todos os cidadãos, nas tarefas de reconstrução nacional, de modo a corresponder as expectativas goradas no Plano Nacional de desenvolvimento do Governo angolano na sua perspetiva da criação de polos de desenvolvimento, eixos de desenvolvimento e polos de equilíbrio (PND2013-2017).
(...)

Ainda assim, e de acordo com a Convergência de Angola na SADC.pt (2010, p.25,26,27), O declínio económico de Angola depois da Independência é explicado por três fatores:

- A abordagem Marxista adotada para governar o país;
- A Guerra civil prologando;
- O processo de transição para uma economia do mercado, mal concebido e implementado.

Contudo, para assegurar estas metas, a prioridade é garantir a manutenção da segurança e de um ambiente pacífico para a população e para a reabilitação das instituições públicas de que a população pode depender.

No lado económico a perspetiva de Angola é continuar a executar o seu programa económico, concentrando-se num *número limite de reformas* a fim de garantir uma implementação efetiva.

Outra perspetiva não menos determinante, é a reconstrução do INE, e a adoção de novas metodologias que ofereçam dados fiáveis e consistentes para o país.

O Governo angolano deverá assegurar a manutenção do desempenho do crescimento de Angola, considerando a taxa de crescimento da economia muito acima das metas da SADC, que se pretende continue a este nível elevado de curto a médio prazo. Empreendendo algumas reformas estruturais de modo que o país se liberte

paulatinamente da dependência do sector petrolífero impulse a diversificação da economia.

Finalmente, é necessário melhorar a produção de dados quantitativos. A interpretação das estatísticas macroeconómicas é, por vezes, confusa quando se consultam várias fontes. A falta de exatidão dos dados pode prejudicar as conclusões relativamente à concretização das metas.

Crescimento económico

Com vista a alcançar um crescimento sustentável, Angola deve diversificar a economia por forma a utilizar o potencial que os recursos oferecem. O sector dos petróleos apesar de dominante a médio prazo, mas é o sector que pouco impacto estabelece na criação de postos de trabalho.

A agricultura em Angola possui um potencial impressionante devido às suas boas condições climáticas favoráveis à produção agrícola e a uma variedade de ecossistemas. Logicamente, a antes da independência, Angola era autossuficiente em produção alimentar e era, igualmente, um produtor significativo de culturas de rendimento. Por conseguinte, era o quarto maior exportador de café, empregando cerca de 200.000 pessoas, era o terceiro maior produtor de sisal. (Convergência de Angola, 2007, p.35/6). Caracterizado o desempenho macroeconómico Angolano, apresenta-se uma síntese dos principais resultados alcançados a nível sectorial (resumidos no Anexo 1.A), de que se destacam os seguintes aspectos, no período 2009-2011: (PND. 2013-2017).

- a) Nos **Sectores Económicos**, as produções em rápida expansão, no conjunto do período 2009-2011, foram os seguintes: Café (43%), Cereais (+34%), Leguminosas (30%), Frutas (27%), Pesca Continental (311%), Pesca industrial (197%), Produção de Bebidas (44%) e Turistas (34%).

Os Sectores Económicos que registaram uma evolução negativa foram os seguintes:

Pesca Artesanal (-47%), Produção de Rochas Ornamentais (-31%), Produção de Diamante (-11%) e Produção de Petróleo (-8%);

- b) Nos **Sectores de Infraestruturas**, as actividades que registaram melhor evolução foram as seguintes:

Serviços de Internet (369%), Instalação de linhas telefónicas (153%), manuseamento de objectos de correspondência (66%), Utentes de serviço de telemóvel (46%), Produção de Energia Hídrica (23%), Distribuição de Energia (16%), Construção de Chafarizes (21%) e Construção de Pontos de Água (9%).

Os Transportes registaram evolução negativa na carga transportada e nos passageiros transportados;

c) Nos **Sectores Sociais**, merecem destaque pela positiva os seguintes factos:

Forte expansão do número de alunos no ensino não universitário (15%), melhoria da taxa bruta de escolarização (melhoria de 29 pontos percentuais em 3 anos), incremento do número de aulas (9%), rápido crescimento do número de alunos matriculados (68%) e de docentes (21%) do ensino superior, fortíssimo aumento do número de bolsas internas (200%) e, em menor grau, de bolsas externas (21%), redução do número de casos de doenças diarreicas agudas (-68%) e de doenças respiratórias (-24%), progressão da participação feminina na magistratura pública (progressão de 9 pontos percentuais) e judicial (mais 7 pontos percentuais), enorme aumento do número de beneficiários de lares (aumentou 7 vezes), aumento de número de veteranos de guerra beneficiados por pensões (mais 6%) e do número de assistidos bancarizados (aumentou 6 vezes), finalmente, o número de praticantes desportivos quintuplicou.

d) Alguns indicadores revelam evolução negativa que importa sublinhar:

Crescimento da taxa de abandono escolar (de 8,8% para 15,5%), redução da taxa de aprovação escolar (de 78% para 72%), aumento do número de casos de malária (21%), de sida (127%) e febre tifoide (95%), redução do número de leitores da Biblioteca Nacional (-25%) e quebra sensível do número de visitantes de museus (-23%).

5.5.2 Perspetiva extra-regional

Com este conjunto de instrumentos pretende-se viabilizar a transferência, por via do mercado externo, de indústrias, empresas agropecuárias e serviços produtivos tecnologicamente atualizados, para a sua localização em Angola, ao abrigo dos benefícios destas perspetivas que se poderiam traduzir-se em programa realizável.

A SADC não se fará por via de golpe, nem nunca por meio de uma construção de conjunto: mas na verdade se houver um acutilar de esforços, far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto. A solidariedade entre os povos e nações membros da SADC e do continente africano em geral ter de ser constantemente ajustada aos seus desafios colocados por um mundo em constante mutação.

Considerando que a realização de um mercado comum interno constitui uma grande vitória que deve ser consolidado a todos os níveis de intervenção da SADC. Para que esse mercado funcione em pleno e eficácia impõe-se necessário a criação de uma moeda única, havendo portanto, que considerar as experiencias de outras comunidades regionais e internacionais.

Com este conjunto de instrumentos pretende-se viabilizar a transparência, por via de mercado externo, de indústrias, empresas agropecuárias e serviços produtivos tecnologicamente atualizados para a sua localização em Angola, ao abrigo dos benefícios dessas perspectivas que se poderiam traduzir-se em programas realizáveis.

Conclusões:

O processo de integração regional em África está numa fase decisiva do ponto de vista político, mas em contrário no que diz respeito aos aspetos económicos e técnicos ainda existe um longo caminho a trilhar decorrente da complexidade do processo em si, associada como a vontade e a atitude das elites africanas, que precisam de definir uma locomotiva para assumir a liderança do processo.

A SADC atravessa na atualidade enormes desafios de evitar que se consolide o retrocesso da integração regional ou que seja substituído por falsa perceção de esforços de relançamento da integração mediante a criação de novas metas sem cumprir com as previstas e sem criar instituições que permitam cristalizar os novos objetivos regionais.

Se isto não se realiza, a erosão da credibilidade da SADC como processo de integração continuará. A SADC deve ser um instrumento para melhorar o bem-estar através de um maior ritmo de crescimento económico e de uma melhor inserção da região na economia mundial. Consolidar uma agenda política que deve proporcionar a atenção a três áreas prioritárias:

- Em primeiro lugar, dever-se-ia melhorar as condições de acesso aos mercados, incluindo o estabelecimento de mecanismos para enfrentar situações especiais e específicas.
- Em segundo lugar, concluir o estudo da definição da política comercial frente entre os membros.
- E terceiros, ou seja, mantendo a meta de criar uma união aduaneira ou optando por uma opção estratégica.

A criação da competitividade nacional é um processo longo, exige tempo, esforço e dedicação e vai ter de se alicerçar na acumulação de conhecimentos, de ativos físicos e de ativos económicos (recursos naturais) como se pode compreender no esforço da consolidação da estabilidade política e económica não só de Angola, bem como de todos os países integrantes da África Austral.

O que se verifica é que para alcançar o estagio de mercado comum, o bloco deverá consolidar a coordenação de políticas macroeconómicas, a efetiva liberalização do comércio de serviços e principalmente a livre circulação de pessoas, bens e capitais, temas que vêm sendo aos poucos aprimorados neste âmbito.

Outra razão a sublinhar fundamenta-se pois, a existência de um bloco económico não se traduz em garantia de solução dos problemas existentes num determinado grupo integracionista. Basta observar como a SADC, na qual a Angola e África do Sul, dominam quase todo o processo defendido pelo bloco.

A pesquisa no âmbito da SADC revela que o bloco se enquadra num contexto histórico marcado por uma geração de regionalismo que significa a disseminação de diversas experiências de integração em nível global, quantitativa e qualitativamente diferentes de outras vagas de regionalismo verificadas na história mundial.

Finalmente, estabelecer-se mecanismos de formulação e aplicação de regras que sejam mais efetivas, na perspetiva de atingir o desenvolvimento económico e humano.

A integração é um fenómeno multidimensional, político, social, cultural e sobretudo económico. É um processo integrador, conduz a um sentido de identidade comum e de comunidade.

A integração surge como um resultado de um apoio conseguido de dentro de unidade que procede a integração, como é o caso da União Africana.

Para atingir-se o desenvolvimento económico é essencial que os países membros promovam as indústrias locais como forma de poder superar a dependência em relação aos produtos industrializados estrangeiros e aos da África do Sul.

Considerar o combate ao VIH/SIDA, como prioridade absoluta eleita da SADC, tendo em conta as metas fixadas, que implicam obter um decréscimo do número de infetados até 2015.

Continuar a desenvolver esforços que conduzem a resolução dos conflitos e as crises política; crises alimentar; crises energéticas; crises climáticas e o combate e erradicação da pobreza, em face do reforço de capacidade institucional dos já fragilizados dos governos da região austral e do continente, através dos mecanismos de consulta da União Africana.

Cooperação Angola/SADC

Em todas as leituras feitas, concluímos que a atual cooperação entre a SADC e Angola, os esforços se tenha limitado apenas em consultas através dos mecanismos políticos/diplomáticos. Não se observam expectativas no que configura o desenvolvimento de infraestruturas. Os projetos transfronteiriços entre Angola e os países limítrofes são muito poucos. Ou seja os existentes, limitam-se entre a Namíbia, ao Corredor Trans-Cunene e a Bacia Hidrográfica do Rio Cunene, no interesse estritamente desses países.

A atenção da SADC, na reconstrução pós – conflito angolano, está mais direcionada principalmente, na zona sul e oriental da sub-região, quanto Angola, não se vislumbra quase nada.

Angola não faz parte da zona do comércio livre da SADC. Segundo o Governo angolano, por não ser uma tarefa prioritária, não obstante, a falta de produtos para garantir as trocas comerciais, na medida em que se preocupar com a implantação de conglomerado de indústria para que tenha produtos para se exportar.

Desdobrar um esforço permanente conjunto para acelerar o tratamento de desigualdades, visando eliminar as barreiras e obstáculos quanto a integração de Angola no ZCL- Zona de Comércio Livre da SADC, tendo em conta a pertinência dessa integração.

Angola, sob ponto de vista de avaliação do contributo para análise teórica, o estudo concluiu que a abordagem afigura-se relevante como forma de melhorar a interpretação dos padrões do paradigma realista definida para uma pró-ativa em proveito de abundante riqueza de ser importante para afirmação do país no sistema internacional e regional.

Concluímos também, a necessidade de fortalecimento das organizações sócio produtivas regionais, com a ampliação social e o estímulo e práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento.

Considerar e promover a inserção social produtiva da sua população, através de capacitação dos recursos humanos e a melhoria de qualidade de vida, como uma meta a alcançar em todo o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONIFACE, Pascal - **Atlas das Relações Internacionais**. Nova edição – plátano Editora 1ª Edição, 2009.

BONIFACE, Pascoal - **Dicionário das Relações Internacionais**. 2ª Edição 2008

CORREIA, Pedro Pizarat - **Manual de Geopolítica e Geostratégia** - Volume I, Conceito, Teorias, Doutrinas, Editor – Edições Almedina S.A, 2010;

DOUGHERY, James E. - **Relações Internacionais – As teorias em conflito**. 2ª Edição, 2011, Gradiva Editora, Guilherme Valente;

MOREIRA, Adriano - **Teoria das relações Internacionais**. Edição Almedina, 7ª Edição, 2011;

SANTOS, J. Loureiro das - **Incursões no Domínio da Estratégia**. Fundação Calouste Gulbenkian – 1982.

SINGER, Peter - **Um só mundo, A ética da globalização**, 1ª Edição, 2004, Gradiva, Editora – Guilherme Valente;

TATI, Raul - **Crise Africana e Progresso de Democratização em África (Pertinência e Implicação, Ético-Antropológicas)**. Leiria, 1999

WALTZ, Kenneth N. - **Teorias das Relações Internacionais**. 2ª Edição 2011, Gradiva – Editora. Guilherme Valente;

ARTIGOS

AFONSO, Janela Almerinda; RAMOS, Lúcio Emílio-Villega - **Estado - Nação, educação e cidadania em transição** – Universidade do Minho Portugal. Revista Portuguesa de Educação, 2007, 20(1), pp. 77-98. Disponível: URL:<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v20n1/v20n1a04.pdf>>. [Consult. 29-10-2013].

ALMEIDA, Miguel Vale de, Estado – **Nação e Multiculturalismo**. Disponível: URL:<www.miguelvalealmeida.net/wp.../estado-nacao-e-multiculturalismo.pdf>.

[Consult. 2010/2013].

ANGOLA – **Perspetivas Económicas na África**- BAD/OECD.2005; Disponível:URL:< [http://www. Africaeconomicoutlook.org](http://www.Africaeconomicoutlook.org)>.

ANGOLA, República de, - **A Economia de Angola: Evolução Recente e Perspetivas**-2007.

ANGOLA, Banco Nacional- Boletim Estatístico 1997, Setembro de 2005

ANGOLA, Governo (<http://www.governo.ov.ao>);

ANGOLA: O Papel do sector Energético na SADC, Luanda, 2010.

ANGOP: SADC Lança plano de Defesa e Segurança em Angola – Luanda, 13 de Maio de 2013, <http://www.portugues.rfi.fr/africa/2013-sadc-lanca-plano-de-defesa-e-seguranca-03-07-2013>.

ANGOP: SADC, (S.D), Órgão sobre Política, Defesa e Segurança; <http://www.sadc.net/editorial/sadctoday>

AUSTRAL, Comunidade de Desenvolvimento da África, – Relatório do Secretariado Executivo, 2012/3.

AUSTRAL, Comunidade para o Desenvolvimento da África, Hoje, SADC today volume 8.nº1- Abril -2005, <http://www.sadc.net/editorial/sadctoday/patview.asp?Vol=107&puhno=v8nl>

A união económica e monetária e a dinâmica da...
www.santiagodantassp.locaweb.com.br/ba/arquivos/defesa/Mestradowww.cerescaico.ufrn.br

BERNARDINO, Luís Brás - **A Importância Geoestratégica do AFRICAM para os EUA em África, 2008**. Disponível: URL:<www.jornadefesa.com.pt./contendes/view>. jornal defesa e relações internacionais.

BNA – (2011), **Relatório&Contas.2010** – Banco Nacional de Angola; <http://www.bna.ao>;

CAHOLO, Domingos - **SADC- Moeda Única na África Austral depende de integração fiscal**.Disponível:URL:< <http://www.portalangop.>>. [Consult. 05-07-2012]

CARVALHO, Adilson Santana - **A Evolução política Brasileira de Integração Regional: Do Mercosul à UNASUL**.Trabalho de Conclusão de Cursos de Relações Internacionais, apresentado como requisito à obtenção de Título de Especialista às Relações Internacionais- Brasília, 2009.

CONFERÊNCIA: **A Integração Regional de Angola na SADC: Mito ou Realidade- Conclusões e Recomendações**, Luanda, 2011.

CUMBUCANE, Amélia Sofia, **Perspetiva de Afirmação do Estado Angolano**, 2009 - [http://macua.blogs.com/files/tese am%C3%A9lia sofia cumbucane 2009.pdf](http://macua.blogs.com/files/tese%20am%C3%A9lia%20sofia%20cumbucane%202009.pdf);

da Organização: www.portanlangop.co.ao/mutix/pt-pt/noticia/politica/2013/4/20/planoestrategico-02-07-2013

ESPANHA, João Carlos; - **O Projeto Europeu: estará o Estado-Nação em vias de desaparecimento?** análise Social, vol. xxxii (141), 1997 (2º), 443-460)

analisesocial.ics.ul.pt/.../1221841553k6mR19uk9Qy00KA6.pdf clipped form oogle -
10/2013 disponível, 29/10/2013

Estratégia de Moçambique para o processo de Integração Regional na SADC, 2010.

FERREIRA, Manuel Ennes – **Integração Económica em África: Poder e Identidade (S.D)**, //ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6891.pdf,

FLORES, Guilherme Nazareno, MERCOSUL e EU – **O Estado da Arte dos Processos de integração regional, segundo Karine de Souza Silva**- disponível www.univali.br

FRAGOSO, Antónia Joana Manuela, Dissertação do Mestrado – Angola: **O Papel do Sector Energético na SADC**, 2006 -
http://run.unl.pt/bitstream/10362/4133/1/dissertação_mestrado.pdf; 2011
<http://welvitchia.com/Novidadesfiles/Convergencia%20de%20Angola%20na%20SADC.pt.pdf>;

<http://www.anpocs.org/portal>;

IAMANI DEVELOPMENT, 2007 **Estudo Atualizados das Barreiras não Tarifárias no Comércio: Angola**, 2007; Disponível: URL:<<http://www.portalangop.co.ao/angola>>.

IANNIS, Octávio – **O Estado-Nação na época da globalização**. Disponível:URL:<www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/...N.1>. [Consult. 29-10-2013]

JOVETA, José; - **A Política Externa de Angola**, UFRGS, Porto Alegre, 2011: Disponível:
URL:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?se=>>.

MANGO, Filomena da Conceição - **Pertinência da Presidência de Angola na SADC**, no período de 2002/3.

MATOS, Orlando; MONTEIRO, Suzana Camacho e SOMA, Denise, – **Choques Externos e Perspetivas de Política nos Países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)** – Luanda- Dezembro de 2011. Disponível:
URL:<<http://www.bna.ao/uploads.>>.

MONDLENE, Universidade: http://www.uem.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=131&Itemid=47,

O REGIONALISMO COMO DEFESA CONTRA A GLOBALIZAÇÃO:
www.sober.org.br/palestra/2/688.pdf.ficheiro PDF

OLIVEIRA, Hélder. BPI, Angola - **Uma Oportunidade para a cooperação portuguesa, XXIII Conferencia Internacional de Lisboa.** Disponível:URL:<www.dw.de/parceiria-angola-e-portugal>.

PAIVA, Mário; JUNIOR, Domingos, Luanda, 2012 - **Integração Regional Mexe com a Sociedade Civil (Angola Conferencia):** Disponível: URL:<<http://www.osisa.org/sites/default/files/Angola%20Conference%20-%20collection%20of%20articles.pdf>>.

PASCAL, Belmale - Angola **Port (S.D).** Disponível: URL:<<http://www.bna.ao/uploads/%7Bf695f340-799c-47a4-ba22-061f327ce7a2%7D.pdf>>.

PEREIRA, José Carlos Fernandes de Azevedo - **Perspetiva para Entrada da África do Sul na SADC (S:D).** Disponível: URL:<<http://adelinotorres.com/teses/jose%20C.%Azevedo%20Pereira-perespectiva%20para%20aentrada%20da%20Africa%20do%20sul%20no%20SADC.pdf>>.

RELATÓRIO DO GOVERNO ANGOLANO - **10 Anos de Paz- Infra Estruturas Recuperadas Espelham os Ganhos da Paz, 2010** – Disponível: URL:<<http://www.portalangop.co.ao/angola>>.

(S.L), O Processo de Integração Regional no Continente Africano

SADC: Cimeira da Troika do Órgão de Cooperação das Áreas de Política, Defesa e Segurança, Pretória, República da África do Sul, 9 de Março de 2013.<http://www.sadc.int/files/7713/6370/9524/org>

SADC/fc/1/2014/6-1: Projeto de Plano Institucional Anual para o Exercício de 2014/15.-2013

SALOMÃO, Luiz Alfredo, Angola – Desafios e Oportunidades- À Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, (S.D)

SANTOS, José Eduardo Dos, Discurso sobre o Estado a Nação na abertura da IV Sessão Legislativa da Assembleia Nacional, Luanda, 18 de Outubro de 201 – <http://www.portalangop.co.ao/angola>

SANTOS, José Eduardo dos, Mensagem sobre o Estado da Nação na abertura da II Sessão Legislativa da III Legislativa da Assembleia Nacional, Luanda, 15 de Outubro de 2013. [Http://www.portalangop.co.ao/angola](http://www.portalangop.co.ao/angola)

SANTOS, Juliana Soares - **A África do Sul e a Integração Regional na África Austral**1. Universidade Católica de Brasília.- <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar>

TJONNELAND-Elling N. **As Infra estrutura angolanas numa perspetiva regional**, 2011:3 <http://www.cmi.no/publications/file/4302-desenvolver-as-infraestruturas-em-angola.pdf>-Desenvolver ;

TORRES, Adelino. Angola: Conflitos e Sistema Social (1928-30)

VAN DÚNEM, Belarmino, **O Processo de Integração em África: O Internacionalismo para o Funcionalismo.**

Disponível:URL:<www.berlarminovanduevn.blogspot.com>. [Consult. 2010/04].

VAN DÚNEM, Cândido Pereira, Ministro da Defesa Nacional – África Austral – Plano Estratégico do Órgão de Defesa e Segurança da SADC poderá Servir de guia às ações.

Yruf- Convergencia de Angola na SADC. pt –

A N E X O S

ANEXO I

1. Desempenho Socio-Económico de Angola (2007-2012)

1.1 Sector Real

1. Nos últimos 5 anos, a economia de Angola cresceu a uma taxa média de 9,2% ao ano. Quando consideramos apenas a economia não-petrolífera, temos que, a taxa média de crescimento foi de 12,0% neste período, de que resulta que a produção da economia não petrolífera quase duplicou nos últimos 5 anos.

Os últimos exercícios de previsão apontam, para o ano de 2012, um crescimento igual a 8,8%, resultante da combinação de um crescimento igual a 9,0% para a economia não-petrolífera e igual a 8,5% para a economia petrolífera.

QUADRO 2.1. TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL

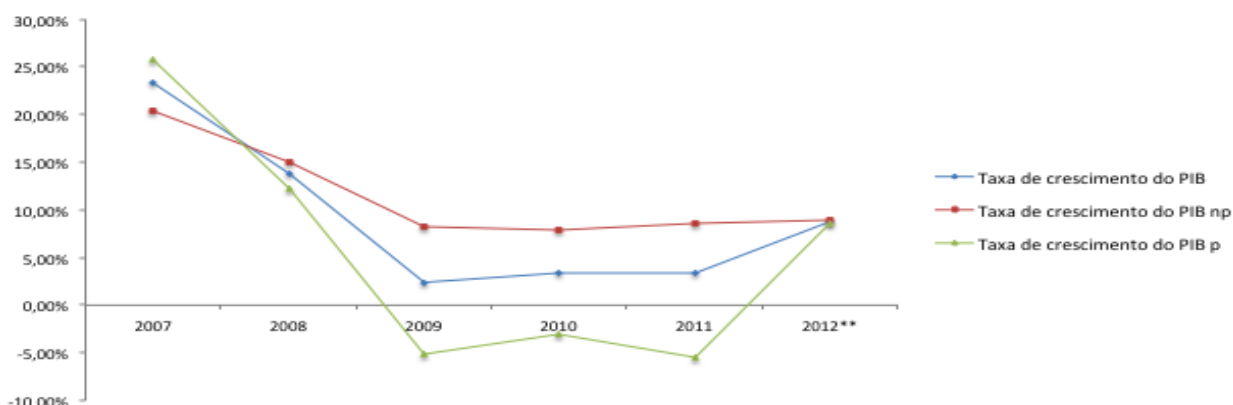
	PIB	PIB np	PIB p
2007	23,30%	20,40%	25,70%
2008	13,80%	15,00%	12,30%
2009	2,39%	8,31%	-5,09%
2010	3,39%	7,80%	-2,98%
2011	3,90%	9,70%	-5,50%
2012 *	8,83%	9,01%	8,50%

A preços constantes
Fonte: Ministério do Planeamento

* Programado

Tal como o gráfico abaixo ilustra, podemos identificar três momentos no desempenho da economia angolana desde 2007. O primeiro momento (2007-2008) caracteriza-se por altas taxas de crescimento do PIB petrolífero e do PIB não-petrolífero, em resultado da entrada e produção de importantes campos nos Blocos 15 (Marimba), 17 (Rosa) e 18 (Grande Plutónio), e de um aumento significativo dos níveis de actividade nos sectores da construção, agricultura e serviços mercantis.

GRÁFICO 2.1. ANGOLA – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL E SEUS COMPONENTES



2. O segundo momento (2009-2010), caracterizou-se por um decréscimo da produção petrolífera acompanhado pela redução do ritmo de crescimento de outros sectores importantes na estrutura do PIB, como o da agricultura e o dos serviços mercantis.

QUADRO 2.2. DESEMPENHO DO SECTOR PETROLÍFERO

	Produção Petróleo (milhões barris/dia)	Preço Médio Petróleo (USD/barril)
2007	1,69	72,9
2008	1,90	92,4
2009	1,80	60,9
2010	1,76	77,9
2011	1,66	110,1
2012	1,80	103,8

Fonte: Ministério do Planeamento

3. O sucesso de um amplo programa do Governo implementado entre 2009 e 2012 que visou aliviar as pressões de liquidez, restabelecer a confiança do mercado, restaurar a excelente posição macroeconómica anterior à crise e realizar reformas estruturais importantes, apoiado pelo Fundo Monetário Internacional com base num acordo *Stand-By* (através do qual o Governo de Angola beneficiou de um financiamento de USD 1,4 mil milhões), e, em particular, a finalização de importantes investimentos, deu lugar ao terceiro momento (2011-2012), caracterizado pela estabilização do ritmo de crescimento do sector não-petrolífero em torno de 9,5%, o que constituiu evidência de que a economia não-petrolífera está a ganhar níveis de sustentabilidade que lhe permitem apresentar um desempenho cada vez menos dependente do sector petrolífero.

QUADRO 2.3. TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES

(%)

	2007	2008	2009	2010	2011 (Est.)	2012 (Proj.)
Agricultura	27,4	1,9	29,0	6,0	9,2	13,9
Pescas e derivados	9,7	-2,4	-8,7	1,3	17,2	0,0
Diamantes e outros	2,7	-8,2	4,6	-10,3	-0,7	9,0
Petroleo	20,4	12,3	-5,1	-2,9	-5,5	8,5
Industria transformadora	32,6	11,0	5,3	10,7	13,0	6,0
Construção	37,1	25,6	23,8	16,1	12,0	7,5
Energia	8,6	26,1	21,3	10,9	3,5	11,7
Serviços Mercantis	21,8	26,9	-1,5	8,7	9,5	10,0
Outros	4,5	1,9	5,9	4,7	9,6	4,3
PIB a custos de factores	20,4	13,3	2,4	3,4	3,9	8,8
PIB a preços de mercado	23,2	13,8	2,4	3,5	3,9	8,8
PIB não Petrolífero	25,4	15,0	8,3	7,8	9,7	9,0

Fonte: Ministério do Planeamento

Como fica ilustrado no quadro acima, três sectores com elevado peso na estrutura do PIB (agrícola, indústria transformadora e serviços mercantis) ressentiram, num primeiro momento, o mau desempenho do sector petrolífero. Entretanto, apesar da continuação da queda do sector petrolífero, qualquer um dos três sectores referidos retomou ou melhorou a taxa de crescimento no período seguinte.

1.1.1 Sector Fiscal

- Um dos pilares do bom desempenho económico de Angola tem sido uma equilibrada política orçamental. No período em análise, exceptuando o ano de 2009, o saldo do OGE, na óptica do compromisso, tem sido sistematicamente positivo, em torno do 9,0% do PIB.

QUADRO 2.4. INDICADORES DO SECTOR FISCAL

(milhões de Kz)

	Saldo Global de Compromisso (% PIB)	Peso das Receitas Petrolíferas (% Total)	Variação de Atrasados	PIP Executado
2007	11,3%	81,2%	136 800,0	169 097,0
2008	8,8%	80,9%	344 300,0	791 130,1
2009	-12,6%	70,1%	-17 000,0	232 383,0
2010	7,7%	93,9%	-73 000,0	242 593,4
2011	8,4%	79,6%	372 800,0	706 492,9
2012*	10,2%	58,80%	3 600,0	999 500,0

*Estimativa

Fonte: Ministério das Finanças

- Para financiar os programas de investimento optou-se por recorrer a financiamento interno e externo, dentro dos limites internacionalmente reconhecidos como sustentáveis. Em 2011, o *stock* da dívida pública total foi de USD 31.546,6 milhões, 61,2% do qual constituída por dívida externa.

QUADRO 2.5. DÍVIDA PÚBLICA*(milhões de USD)*

	Total	Interna	Externa	Dívida Pública/Receitas (%)
2007	15256,0	5334,0	9922,0	35,5
2008	27998,0	13991,0	14007,0	107,4
2009	27406,5	12306,5	15100,0	76,3
2010	28875,0	13200,0	15675,0	80,5
2011	31546,6	12233,8	19312,8	61,9
2012*	-	-	-	-

*Estimativa

Fonte: Ministério das Finanças

Dados referentes ao final de 2011 mostram que 61,3% da dívida externa é comercial, 32,2% é bilateral e a restante está repartida entre dívida multilateral e dívida a fornecedores. Na mesma altura, a dívida titulada representava 88,2% da dívida interna, estando a restante repartida em atrasados do PIP (7,4%) e dívida não-titulada (4,4%).

1.1.3 Sector Monetário e Externo

6. A política monetária tem sido conduzida tendo como principais objectivos, a estabilidade do sistema financeiro nacional e o controlo do nível geral de preços.

Quadro 2.6. Indicadores do Sector Monetário*(taxa de variação, %)*

	IPC	M3	M2	Kz/USD
2007	11,79%	49,40%	38,90%	6,5%
2008	13,17%	64,04%	65,70%	-0,3%
2009	13,99%	21,48%	62,57%	-18,9%
2010	15,31%	7,76%	-0,15%	-3,6%
2011	11,38%	36,60%	34,75%	-2,8%
2012*	10,00%	15,69%	14,93%	-3,0%

*Estimativa

Fonte: Ministério do Planeamento, Banco Nacional de Angola

7. A venda ao mercado, através do BNA, das divisas oriundas dos impostos petrolíferos é essencial para a normal execução do OGE, bem como para atender à procura de moeda estrangeira pelas actividades económicas.

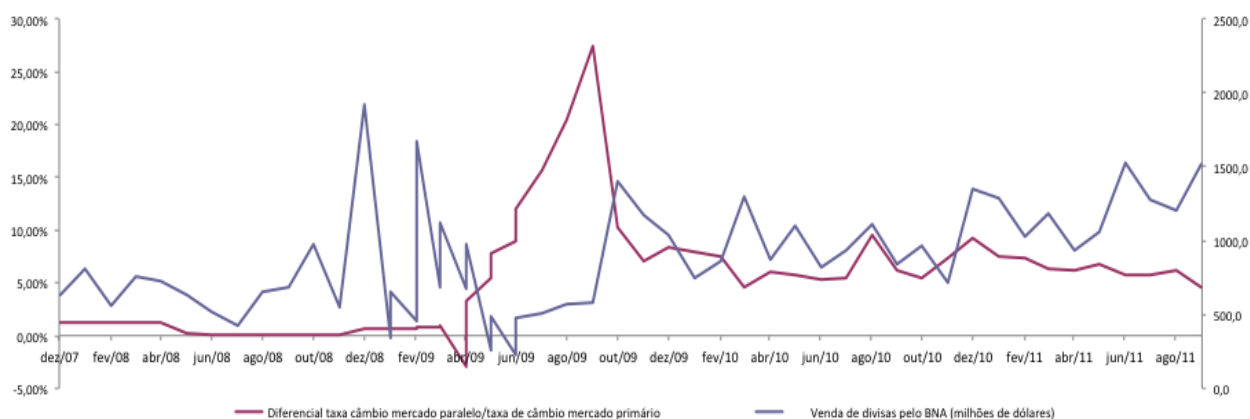
Quadro 2.7. Indicadores do Mercado cambial

	Mercado primário, USD/Kz	Mercado informal, USD/Kz	Diferencial cambial (primário-informal)	Venda de divisas pelo BNA (milhões de USD)
2007	75,00	76,00	1,30%	6.718,63
2008	75,20	75,63	0,61%	9.199,52
2009	89,39	96,83	8,32%	10.636,06
2010	92,64	101,25	9,29%	11.612,64
2011	95,28	102,42	7,49%	14.839,47
2012*	98,14	-	-	-

*Programado

8. Uma variável sinalizadora do grau de estabilidade e do incentivo a informalidade no mercado cambial é o diferencial entre a taxa de câmbio no mercado primário e a taxa de câmbio no mercado informal. Como o gráfico abaixo ilustra, este diferencial manteve-se em níveis baixos até no princípio de 2009.

Gráfico 2.2. Interação entre os Mercados Cambial, Primário e Informal



O volume de reservas internacionais líquidas é um dos principais fundamentos da robustez da estabilidade macroeconómica de Angola. Nos últimos cinco anos, estas cresceram em cerca de 100% o que permitiu cobrir mais de sete meses e meio de importação.

Quadro 2.8. Reservas Internacionais Líquidas

	RIL (milhões de USD)	RIL (meses de importação)
2007	11191,0	5,1
2008	17499,0	5,0
2009	12621,0	3,8
2010	17326,6	6,6
2011	26084,2	7,6
2012*	33711,1	8,6

*Estimativa

Fonte: Banco Nacional de Angola

9. Os dados da conta externa de Angola evidenciam um recorrente saldo positivo da Balança de Pagamentos (BoP), exceptuando o ano de 2009. A sustentar o desempenho positivo da Balança de Pagamentos esteve a Balança Comercial. Entre 2008 e 2009, a queda desta balança de USD 42,9 mil milhões para USD 18,1 mil milhões, foi suficiente para que se incorresse numa situação deficitária na BoP em torno dos USD 4,6 mil milhões, dado que as balanças de Serviços, Rendimentos e Transferências têm apresentado, estruturalmente, saldos negativos.

QUADRO 2.9. BALANÇA DE PAGAMENTOS*(milhões de USD)*

	Saldo Global	Saldo Balança Comercial	Saldo Bal Capitais Financiamentos
2007	3126,4	30734,7	-5813,8
2008	7256,0	42931,8	1297,60
2009	-4616,2	18168,0	2498,1
2010	6010,3	33928,0	-986,8
2011	8598,5	46859,1	-2582,3
2012*	6457,3	40541,5	1297,9

*Estimativa

Fonte: Banco Nacional de Angola

A queda registada em 2009 na balança comercial resultou, em grande medida, da queda do preço e da quantidade do produto que representa 94% das exportações combinada com uma maior rigidez das importações face a uma crise que vinha de fora.